

Coleção Tessituras do Cerrado

Ademir Luiz da Silva
Eliézer Cardoso de Oliveira
o r g a n i z a d o r e s

Saberes & Modernização no Cerrado

SABERES E MODERNIZAÇÃO
NO CERRADO



GRÃO-CHANCELER
Dom Washington Cruz, CP

REITOR
Prof. Wolmir Therezio Amado

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA E PRESIDENTE DO
CONSELHO EDITORIAL
Profa. Milca Severino Pereira

COORDENADORA GERAL DA EDITORA DA PUC GOIÁS
Profa. Nair Maria Di Oliveira

CONSELHO EDITORIAL
Edival Lourenço - União Brasileira de Escritores
Getúlio Targino - Presidente da Academia Goiana de Letras
Heloísa Helena de Campos Borges - Presidente da Academia Feminina de Letras
Heloísa Selma Fernandes Capel - Universidade Federal de Goiás
Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro - Pontifícia Universidade Católica de
Goiás
Márcia de Alencar Santana - Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Maria Luísa Ribeiro - Presidente da Academia Goianiense de Letras
Regina Lucia de Araújo - Pesquisadora
Roberto Malheiros - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Ademir Luiz da Silva
Eliézer Cardoso de Oliveira
(Organizadores)

SABERES E MODERNIZAÇÃO NO CERRADO



Goiânia, 2015

© 2015 by Ademir Luiz da Silva
Eliézer Cardoso de Oliveira
(Organizadores)

Editora da PUC Goiás

Rua Colônia, Qd. 240C, Lt. 26-29
Chácara C2, Jardim Novo Mundo. CEP. 74.713-200 - Goiânia - Goiás - Brasil
Secretaria e Fax (62) 3946-1814, Revistas (62) 3946-1815
Coordenação (62) 3946-1816, Livraria (62) 3946-1080
<http://www.pucgoias.edu.br/ucg/editora/site/>

Comissão Técnica

Biblioteca Central da PUC Goiás
Normalização

Roberta do Carmo Ribeiro e
Juliana Guimarães Rézio
Revisão

Célio Otacílio da Silva
Editoração Eletrônica

Arnaldo Salustiano e
Einstein Augusto
Capa

Foto da capa
Acervo do CEDOC/CSEH - Anápolis

Félix Pádua
Finalização da capa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GO, Brasil

S115 Saberes e modernização no cerrado / Organizadores, Ademir Luiz da Silva, Eliézer Cardoso de Oliveira. – Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.
195 p. : 22 cm.

ISBN 978-85-7103-889-9

1. Desenvolvimento Social – Cerrados. 2. Mudança Social – Região Centro-Oeste – Cerrados. I. Silva, Ademir Luiz da (org.). II. Oliveira, Eliezer Cardoso de (org.). III. Título.

CDU: 316.422(213.54)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem escrita permissão do editor.

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
<i>Ademir Luiz da Silva,</i>	
<i>Eliézer Cardoso de Oliveira</i>	

PARTE 1 – SABERES

Capítulo 1 – Ensino universitário e pesquisa em história: um testemunho	13
<i>Ciro Flamarion Cardoso</i>	

Capítulo 2 – O domador de bicicletas: cultura, identidade e originalidade em Geraldinho Nogueira.....	29
<i>Ademir Luiz da Silva</i>	

Capítulo 3 – “Valente mesmo era Catulino”: um estudo biográfico sobre um policial em Goiás no tempo da República Velha	51
<i>Eliézer Cardoso de Oliveira,</i>	
<i>Talliton Túlio Rocha Leonel de Moura</i>	

Capítulo 4 – Idas e vindas nos giros das folhas: elos que unem religiosidade, cultura popular e sociabilidade	71
<i>Maria Idelma Vieira D’Abadia</i>	
<i>Ondimar Batista</i>	

Capítulo 5 – Os indígenas nos trilhos da historiografia	83
<i>Poliene Soares dos Santos Bicalho</i>	

PARTE 2 – MODERNIZAÇÃO

- Capítulo 6** – O setor sucroalcooleiro em Goiás:
características do espaço produtivo 101
Divina Aparecida Leonel Lunas Lima
Alexandro Leonel Lunas
- Capítulo 7** – Desenvolvimento regional no Brasil dos
anos 1960: uma questão de estado..... 117
Dulce Portilho Maciel
- Capítulo 8** – Da construção “planejada” de Brasília
à (re)produção “desordenada” de seu entorno..... 133
Marcelo de Mello
- Capítulo 9** – Discursos fundadores de Brasília na revista
A Informação Goyana 147
Maria de Fátima Oliveira
Milena d’Ayala Valva
- Capítulo 10** – A greve e a gripe: limites e contradições
do projeto político de modernização paulistana
nos anos 1910 161
Robson Mendonça Pereira

APRESENTAÇÃO

Ademir Luiz da Silva
Eliézer Cardoso de Oliveira
(Organizadores)

O tema e o mérito deste livro é a conexão entre duas categorias muito utilizadas nas ciências humanas e sociais aplicadas: “saberes” e “modernização”. Apesar do emprego inveterado, essas palavras possuem múltiplos sentidos, resultado de sua ambição semântica sem limites, quase que almejando abraçar o mundo com as pernas. A escolha delas para dar identidade ao conjunto de artigos que compõem esta obra requer alguns esclarecimentos adicionais.

Modernização é o desejo de ser moderno. É o desejo do novo, a ânsia pela transformação. Neste sentido, é uma expressão enganosamente simples, pois requer uma definição mais concreta sobre o significado de ser moderno e de ser novo. Aí a coisa complica. É que o moderno e o novo remetem, quase sempre, aos modelos de organização social existentes na Europa e nos Estados Unidos. Nessa conotação, modernização requer abrir mão de uma identidade longamente construída. Requer homogeneização das práticas e expressões culturais populares. Com essa conotação, modernização quase que adquire o significado bíblico de “renascer de novo”. Pelo menos é isso que se desprende de alguns estudos clássicos, como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, que almeja que o brasileiro renegue as suas raízes, deixando de ser um “homem cordial” e adotando o formalismo típico dos europeus e norte-americanos.

A visão de Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro (*Os donos do Poder*), Roberto da Matta (*A casa e a rua*), dentre outros, é que a modernização brasileira, além de precária, é inautêntica e artificial, uma mudança de forma, preservando o conteúdo. Para Jessé de Souza (2000), essa visão por demais rigorosa da modernização brasileira é consequência de se pensar que o único modelo social viável é aquele trilhado pela Europa Ocidental e os Estados Unidos. Em

contraste com esses autores, Gilberto Freyre (2004) mostrou em *Sobrados e Mucambos*, que há um processo constante de modernização da sociedade brasileira, que remonta ao início do século XIX, quando a Abertura dos Portos permitiu a entrada de valores, mercadorias e máquinas europeias, principalmente inglesas, no Brasil. Isso fez com que ocorresse uma efetiva transformação na sociedade patriarcal brasileira, que relegou algumas características orientais, africanas e indígenas e aproximou-se dos valores modernizadores europeus. No entanto, os valores tradicionais, em muitos casos, conviveram lado a lado com os modernos. Para Freyre, o Brasil gradativamente está se modernizando, mas é uma modernização seletiva, na qual se verifica a seleção de algumas práticas e a conservação de outras. Isso não implica afirmar que a modernização brasileira é *inautêntica*; ela é apenas diferente, como são diferentes a modernização alemã, a japonesa, a norte-americana, a chinesa, dentre outros.

A retomada desse debate, já antigo na historiografia, é útil para se fazer uma reflexão sobre a modernização nos dias atuais. A modernização é um processo irreversível, é um redemoinho de dimensões globais para utilizar a célebre metáfora de Marshall Berman (1986). Há tempos chegou, como um trator, no cerrado brasileiro. A modernização não vai parar até porque ela é vital para a sobrevivência da humanidade e nem toda mudança, mesmo que seja inspirada em outros países, é um mal em si. Porém, se não vamos conseguir parar o trator da modernização, podemos lutar para diminuir o seu ritmo, a sua abrangência e o seu impacto.

Karl Polanyi, estudando o processo de modernização inglesa, acarretada pelo *Enclosure*, chamou atenção para algo que geralmente passa despercebido aos estudiosos da mudança social: “o ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção das mudanças” (POLANYI, 2000, p. 55). O Cerrado está passando por um intenso e rápido processo de transformação socioeconômica nas últimas décadas que resultou em desenvolvimento econômico, crescimento demográfico, urbanização acelerada, maior integração logística com as outras regiões brasileiras. No entanto, esse processo de modernização trouxe também consequências danosas, tais como

a degradação ambiental, o crescimento desordenado das cidades, o desaparecimento das expressões culturais e saberes dos grupos tradicionais.

As ciências humanas e sociais têm o papel de fazer a crítica do processo de modernização, evitando colocar a reflexão racional a serviço da técnica e do poder. Walter Benjamin acreditava que as ciências humanas exerceriam a função similar ao do *aviso de incêndio*, alertando para que a humanidade não confundisse catástrofe com progresso, como fizeram seus conterrâneos da Alemanha nazista (LÖWY, 2005). Os políticos prometem modernização, mas esquecem de mencionar que ela, às vezes, tem um custo alto demais.

Outras vezes não. O desafio de nossa época é conciliar a modernização com justiça social, exploração equilibrada dos recursos naturais e respeito às expressões culturais e aos saberes tradicionais. Que a modernização do cerrado brasileiro aconteça, como na sugestiva foto que compõe a capa deste livro, num ritmo lento e que não seja suficiente para retirar os sorrisos das crianças que observam o percurso do automóvel na estrada empoeirada.

A outra palavra que compõe o título deste livro – saberes – requer sempre um complemento. Precisamos diferenciar aqueles produzidos pelos intelectuais daqueles produzidos pela cultura popular.

Os primeiros são produtos dos peritos, especializados em um ramo do saber da ciência moderna. Embora as teorias e metodologias científicas tenham surgido em um lugar específico, o conhecimento científico tem um caráter universal e, portanto, pode ser aplicado em qualquer época e lugar. Com o processo denominado por Weber de “desencantamento do mundo”, a ciência ganhou primazia na explicação dos fenômenos naturais e sociais do mundo.

O principal objetivo do saber científico moderno é fazer uma interpretação ao mesmo tempo, clara, coerente e verdadeira. Um dos seus principais instrumentos é a divisão de tarefas. É aí que surge a figura do especialista, aquela pessoa que detém a metodologia racional para interpretar o mundo. Por isso, o especialista é aquele que detém um conhecimento específico que os leigos não possuem. O especialista é o mediador entre os leigos e a verdade do mundo, uma vez que não fundamenta suas

opiniões no enganoso senso comum, como faz a maioria. Suas opiniões são sempre respaldadas pelo método racional universal.

Os projetos de modernização são sempre legitimados por um especialista moderno. Acontece que a propalada crise da ciência fez com que os especialistas colidam entre si. Em eventos complexos, como por exemplo, a construção de uma grande usina hidrelétrica ou o debate sobre o aquecimento solar, economistas, geólogos, antropólogos, ambientalistas, possuem, cada um, posições diferenciadas e contraditórias. Porém, esse ambiente de incerteza epistemológica propicia novas oportunidades, no que concerne a um diálogo mais franco e aberto entre os especialistas - a interdisciplinaridade - e o reconhecimento dos limites do saber científico.

Foi uma oportunidade, ao menos, para as ciências humanas, reconhecer a importância heurística e social dos saberes populares. Nas comunidades tradicionais, os saberes são preservados pelos chamados “guardiães da tradição”, termo utilizado pelo sociólogo inglês Antony Giddens (1991) para se referir aos indivíduos que são reconhecidos pelo grupo como detentores do saber local. O guardião da tradição não trabalha com regras fixas aprendidas em livros e escolas. Suas regras são transmitidas pela tradição, pela experiência de vida. Desse modo, as benzedeiras, os indígenas, os contadores de causos, são os guardiães da tradição de suas respectivas comunidades.

Portanto, a proposta que se vislumbra no conjunto de estudos que compõem este livro é um diálogo franco e respeitoso entre os saberes acadêmicos e os saberes populares. Nesse sentido, abrindo esse volume está o capítulo “Ensino universitário e pesquisa em história: um testemunho”, de Ciro Flamarion Cardoso, professor e pesquisador especialmente convidado, que apresenta um relato de experiência na docência e na pesquisa, demonstrando em sua rica trajetória acadêmica um exemplo de seriedade no trabalho intelectual.

Apresentamos dois estudos biográficos de duas personalidades altamente representativas de suas respectivas categorias sociais. O capítulo dois conta sobre um caipira tornado popular pela mídia de massa em “O domador de bicicletas: cultura, identidade e originalidade em Geralzinho Nogueira”, de Ademir Luiz da Silva. Um

homem bruto e uma figura cômica, analisados sociologicamente, em um jogo de espelhos entre suas atuações públicas e a recepção que receberam. O capítulo três, “Valente mesmo era Catulino: um estudo biográfico sobre um policial em Goiás no tempo da República Velha” trata de um policial e foi estudado pelo professor Eliézer Cardoso de Oliveira e seu então bolsista de iniciação científica, Talliton Túlio Rocha Leonel de Moura.

Unindo e realizando um balanço entre teoria e prática, temos o quarto capítulo “Idas e vindas nos giros das folhas: elos que unem religiosidade, cultura popular e sociabilidade”, escrito em parceria pelas professoras Maria Idelma Vieira D’Abadia e Ondimar Batista, e realiza um estudo *in loco* de festas populares cerratenses. Poliene Soares dos Santos Bicalho é a autora do capítulo “Os Indígenas nos Trilhos da Historiografia”, no qual traça um amplo panorama dos estudos realizados sobre as comunidades indígenas no Brasil, desde o século XIX até a atualidade.

Abrem a segunda parte do livro, dedicada aos estudos acerca do processo de modernização do cerrado, os capítulos “O setor sucroalcooleiro em Goiás: características do espaço produtivo”, assinado por Divina Aparecida Leonel Lunas Lima e Alexandro Leonel Lunas, e “Desenvolvimento regional no Brasil dos anos 1960: uma questão de Estado” de Dulce Portilho Maciel, que versam a partir de premissas diversas sobre alguns dos processos de produção e exploração capitalista do espaço cerratense.

Na sequência, um pequeno dossiê acerca da questão da expansão urbana, um dos mais evidentes sintomas do processo de modernização. Marcelo de Mello abre o debate com o texto “Da construção “planejada” de Brasília à (re)produção desordenada de seu entorno”, onde um sagaz jogo de palavras no título reproduz aspectos da política de ocupação cidadina.

Unindo e realizando um balanço entre teoria e prática temos o capítulo “Discursos Fundadores de Brasília na Revista *A Informação Goiana*”, produzido a quatro mãos por Maria de Fátima Oliveira e Milena d’Ayala Valva, que faz uma análise das representações acerca da fundação de Brasília presentes na imprensa goiana.

Enfocando tais problemáticas numa perspectiva nacional, embora relacionada com o espaço do cerrado por conta de antigas filiações políticas, temos o artigo “A greve e a gripe: limites e contradições do projeto político de modernização paulistana nos anos 1910”, de Robson Mendonça Pereira.

Ademir Luiz da Silva
Eliézer Cardoso de Oliveira
(Organizadores)

Referências

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Editora Global, 2004.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. RJ: José Olympio Editora, 1984.

LÖWY, M. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Bontempo, 2005.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SOUZA, J. *A modernização seletiva*. Brasília: UnB, 2000.

CAPÍTULO 1 – ENSINO UNIVERSITÁRIO E PESQUISA EM HISTÓRIA: UM TESTEMUNHO

Ciro Flamarion Cardoso¹

Em 1970 surgia em inglês um livro inovador que eu viria a conhecer em tradução posterior para espanhol sob o título *El taller del historiador*, organizado por Curtis Jr. A novidade consistia em tratar-se, não de uma obra coletiva que formalmente constituísse um manual sistemático de Teoria e Metodologia da História, mas sim, de um livro coletivo resultante de fazer com que dezesseis historiadores atuantes nos Estados Unidos e na Inglaterra, incluindo o próprio coordenador, escrevessem sobre a sua “oficina” (*workshop* em inglês, *taller* em espanhol). Entenda-se: como se dirigiram aos temas que estudaram, como chegaram às suas suposições ou hipóteses, como escolheram a sua documentação, como efetuaram a sua pesquisa arquivística e/ou de outros tipos (posto que também a História Oral e a História da Arte foram incluídas), como selecionaram esquemas explicativos, como elaboraram textualmente suas sínteses finais, que problemas encontraram nas diferentes etapas de seu trabalho de pesquisa. Tratava-se então do que no Brasil, mais do que “oficina”, denominar-se-ia, coloquialmente, a “cozinha” da História. Posteriormente, escritos similares, envolvendo um ou mais historiadores, tornaram-se mais frequentes.² Embora nenhum dos livros desse tipo por mim consultados

1 Historiador com inúmeras obras e artigos publicados. Professor titular da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Centro Interdisciplinar de Estudos da Antiguidade da UFF – CEIA.

2 Por exemplo: Pierre Vilar. *Pensar historicamente: Reflexiones y recuerdos*. Barcelona: Crítica, 1997; Jacques Le Goff. *Uma vida para a História: Conversações com Marc Heurgon*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Editora UNESP, 1998; Marcia Mansor D’Alessio (org.). *Reflexões sobre o saber histórico: Pierre Vilar, Michel Vovelle, Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Editora UNESP, 1998; Régis Boyer. *Au nom du viking: Entretiens avec Jean-Noël Robert*. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

incluísse como preocupação fundamental ou central o ensino universitário ministrado pelos historiadores abordados, visto em suas ligações com as pesquisas que empreenderam, o volume mais antigo foi o que ofereceu mais informações interessantes a respeito em algumas das contribuições. Naquele volume, entretanto, como em muitos outros escritos similares, os historiadores, ao tratarem de relatar sua trajetória profissional, pareciam ter maior facilidade em discorrer sobre os seus mestres e as influências que deles receberam quando de sua formação, do que sobre o seu próprio ensino e a eventual influência deste sobre a sua obra e sobre os seus alunos. Mesmo quando reconheceram a importância da docência universitária para seu labor de pesquisa, fizeram-no habitualmente sem muitos detalhes de conteúdo. Isto talvez se explique por ser de fato mais fácil falar das influências recebidas durante a própria formação individual como pesquisador(a) do que acerca das atividades pessoalmente exercidas como docente, relativo às relações que essa docência possa ter tido com a atividade de pesquisa. Aliás, muitos historiadores parecem acreditar que o encaminhamento das ideias durante o processo que dá origem às obras de História seja enigmático ou só em parte explicável pelos autores que as escrevem. Não compartilho esta opinião.

Eu disse que o livro mais antigo dentre os que consultei é, a respeito do assunto que nos ocupa, o mais interessante. Nele achamos, por exemplo, o historiador da arte pré-colombiana Donald Robertson, em seu relato de que, na Universidade de Tulane (Flórida), desde 1957 passou a orientar pesquisas não só de historiadores da arte como também de antropólogos, historiadores da América Latina e estudiosos da literatura espanhola, recebendo de seus estudantes uma “influência estimulante”:

Por exemplo, meu conhecimento das coisas maias aumentou desde que estou em Tulane; e meu interesse pelos maias se intensificou, em grande medida, por ter dado conselhos a alunos que estudavam assuntos maias ...os bons estudantes, ao procurarem uma orientação para redigir seus textos, podem exercer pressões sobre seus professores. Como profissional do ensino e

como historiador da arte, considero este efeito da docência algo muito valioso, porque constitui uma projeção e uma continuação da aprendizagem pessoal (CURTIS JUNIOR, 1975, p. 140).

Este seria o tipo de resposta mais convencional e mais fácil de antecipar à pergunta sobre o que o pesquisador obtém, em matéria de estímulo intelectual, de sua atividade como docente universitário. Outras respostas, porém, foram mais inesperadas. O historiador da tecnologia medieval Lynn T. White (1975) afirmou que o fato de ser nomeado como assistente (preceptor) em Princeton (New Jersey) em 1933, exatamente quando tinha início na universidade em questão, por iniciativa do professor John Pomfret, a introdução dos estudos antropológicos no Departamento de História, bem como a circunstância adicional de –como o preceptor mais recentemente contratado, portanto o membro mais vulnerável do Departamento– ter sido encarregado dos trabalhos práticos com os alunos de Pomfret no tocante aos estudos antropológicos foram os fatores que o levaram ao que se transformou na temática de pesquisa de sua vida. Ele, que anteriormente nada sabia de Antropologia, achou, em certas leituras antropológicas, que foi obrigado a fazer para discuti-las com os alunos, uma preocupação com a cultura material e a tecnologia de povos tribais que até então desconhecia, mas que logo trataria de aplicar, adaptando-a, ao período medieval (CURTIS JUNIOR, 1975, p. 72-73). Quanto ao historiador italiano de economia Carlo M. Cipolla, contou que, enquanto em seu primeiro período como docente nos Estados Unidos, em 1953, quando obteve uma bolsa Fulbright, pôde ensinar em Cincinnati (Ohio) aquilo que já conhecia, isto é, a História Econômica da Itália. Numa segunda ocasião, em 1957, ao ser nomeado professor visitante em Berkeley, na Califórnia, coube-lhe ocupar-se com o ensino da história econômica mundial e do capitalismo, o que lhe acarretou enorme esforço na preparação das aulas, mas acabou por lhe fornecer a sua principal orientação acadêmica (CURTIS JUNIOR, 1975, p. 98).

Um historiador, visto como professor universitário e como pesquisador, é uma unidade complexa e contraditória, como qualquer

ser humano no exercício de atividades profissionais estimulantes e exigentes. Assim, a discussão das repercussões do ensino que leva a cabo na pesquisa que desenvolve – sobretudo ao cabo de uma carreira já longa, como acontece comigo, formado em História em 1965 e ativo simultaneamente como docente e pesquisador desde 1966 – levará a constatações variadas conforme os casos; e elas poderão ter a ver com pesquisa e ensino, sem dúvida, mas às vezes também com outros assuntos.

Pode acontecer até mesmo que preocupações e atividades mais antigas voltem a emergir. Fui músico e ensinei música antes de ser historiador, e continuei a atuar como músico profissional até 1967. No ensino, tal como era feito no Brasil, do que se conhece como Teoria Musical, preocupava-me o fato de limitar-se ele à linguagem musical mais tradicional (tonal), sem qualquer abertura às novidades do século XX. Décadas depois, tal preocupação, agora colorida por debates teóricos do fim do mencionado século e deste início do século XXI, por exemplo, aqueles em torno do pós-modernismo como tendência nos estudos humanos e sociais, desembocou em contribuição a uma obra coletiva (SILVA, 2004, p. 229-231).

Escritos meus puderam também depender de preocupações que tinha, digamos, como cidadão, em coadunação com o ensino universitário de História. Assim, em mais de uma ocasião desenvolvi, recentemente, opiniões que tratei de fundamentar mediante pesquisas, sobre o que se conhece como História Imediata ou História do Tempo Presente, uma temática pouco habitual em minhas atividades – talvez porque as viradas de século (ou de milênio) empurram à reflexão e aos balanços sobre o presente e acerca do futuro imediato. Os textos resultantes também foram usados na docência, no Brasil e na Costa Rica (neste caso, num breve curso na pós-graduação local de História). Em ambos os casos, sofreram modificações em função dos debates levados a cabo com os estudantes (CARDOSO, 1996; 2000; 2001).³

3 Observe-se que os dois primeiros materiais referidos nesta citação têm título idêntico: são, porém, totalmente diferentes quanto ao conteúdo.

Aliás, no que me concerne, o ensino mudou a direção de processos de pesquisa em andamento em mais de uma ocasião. Ao expor a estudantes da Graduação e da Pós-graduação da Universidade Federal Fluminense (doravante UFF) assuntos que estava desenvolvendo como pesquisador dei-me conta, em função de dificuldades de compreensão de parte dos alunos ocorridas ao usá-los em aulas, que era necessário mudar, seja a ordem dos materiais, seja a forma de exposição, para tornar o texto que preparava mais lógico e inteligível. Isto aconteceu, por exemplo, no caso de minha primeira tese para professor titular, defendida em 1987 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), várias passagens da qual foram usadas como material em minha docência de História Antiga na UFF (CARDOSO, 1987).

Lembro-me de diversos casos que exemplificarei em que o ensino suscitou a pesquisa. Foi o fato de ter lecionado na Graduação em História da UFF, no primeiro semestre de 2001, o “Seminário em História da Cultura, Mentalidades e Ideologias I”, em cujo programa incluí um módulo – inédito até então em meu ensino – atinente a diferentes enfoques relativos às fronteiras étnicas (em vinculação com as identidades e as estratégias identitárias coletivas). Esse módulo conduziu o curso a discussões interessantes, estimulantes para minhas reflexões a respeito, aquilo que me encorajou a empreender uma pesquisa sobre o tema para um caso específico, o da Grécia antiga, em que pudesse polemizar com algumas posições pós-modernas hoje habituais acerca do caráter das construções étnicas. O texto resultante foi publicado na Argentina como capítulo em livro coletivo e no Brasil como artigo (CARDOSO, 2001). Outro escrito, claramente derivado deste que acabo de mencionar, mas reforçado em seus desenvolvimentos teóricos, foi depois apresentado como conferência de encerramento da reunião da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos realizada em Pelotas, Rio Grande do Sul, em 2004, e a seguir publicado como capítulo de antologia de minha autoria (CARDOSO, 2005). Exemplo adicional de pesquisa, eventualmente publicada, que se gerou no processo de ensino foi meu livro sobre a ficção científica, resultante de ter lecionado o assunto na UFF em três ocasiões (na Graduação e no Programa de Pós-graduação em História – doravan-

te, PPGH). Pela mesma razão, dediquei-o a três alunos que simbolizavam cada uma das turmas. Mais recentemente, voltei a ministrar na Graduação da UFF o curso em questão (CARDOSO, 2003).

A relação da pesquisa com o ensino passa por mediações. É raro que se possa legitimamente transformar o tema que se está pesquisando na totalidade de uma disciplina, posto que, na maioria das vezes, isto significaria distorcer a disciplina em questão, afunilando-a em demasia. Na pós-graduação costumo lecionar disciplinas instrumentais, mais do que temáticas; e, no início de cada curso, procuro inteirar-me dos assuntos das teses e dissertações que preparam os alunos, para, na medida do possível, adequar os conteúdos às suas necessidades e interesses. É raro, portanto, que minhas pesquisas possam ocupar parte muito considerável dos cursos que leciono na UFF, seja na Graduação de História, seja no PPGH.

Um pano de fundo mais geral é que, necessariamente, tanto minha pesquisa quanto meu ensino se vêem influenciados o tempo todo por uma característica de minha personalidade como intelectual, que é buscar sempre e sistematicamente a polêmica no que tange à teoria e à metodologia. Minha vida profissional esteve muito marcada por dois embates historiográficos. O primeiro foi aquele a favor do paradigma⁴ integrado tanto pelo marxismo quanto pela tendência (chamada erroneamente de Escola) dos *Annalles*, contra uma concepção ainda muito forte na América Latina, mesmo na década de 1970, centrada num enfoque da História que unia - nem sempre com consciência de o fazer - positivismo e historicismo (ou, como preferem alguns, historicismo). O segundo foi o diálogo crítico - *muito* crítico! - com as tendências pós-modernas, com a assim chamada Nova História Cultural e com o “pensamento único” neoliberal e neoconservador.

Minha experiência, que se limita ao ensino universitário – com a única exceção de 1966, quando, recém-formado, lectionei por um

4 “Paradigma” entende-se aqui, seguindo o psicólogo social Jean-Marie Seca, como “uma corrente de pensamento e um espaço de estruturação dos saberes em ciências sociais” (SECA, 2002, p. 35).

ano no Colégio Pedro II do Humaitá, no Rio de Janeiro, constatando na prática minha total falta de vocação para o ensino de segundo grau –, leva-me a concordar com o historiador G. R. Elton quanto ao que diz na passagem seguinte:

O profissional deve pensar constantemente no tipo de audiência a que se dirige? Este costuma ser o conselho a respeito. (...) Tal conselho parece derivar do bom senso e, no entanto, acredito ser errôneo e bastante pernicioso. Leva o historiador a uma arrogância sutil e àquela pretensão do espírito que pode ocasionalmente privar a profissão de vida. Que direito tem alguém de dizer: “Isto é excessivo para as mentes pequenas; isto eu devo reservar para outros que sejam tão capazes, tão dotados, tão profundos quanto eu mesmo”? (ELTON, 1967, p. 146).

Estou de acordo, portanto, com o sistema adotado em alguns países europeus que consiste em abrir as diferentes disciplinas universitárias (muitas delas, pelo menos) tanto a alunos de graduação quanto aos de pós-graduação: elas conduzirão à obtenção, pelo aluno aprovado, de créditos de graduação ou de pós-graduação, conforme o caso. É óbvio que os estudantes de graduação que acharem o curso excessivamente complicado se retirarão dele, após a experiência inicial, nos prazos previstos para tal. O sistema parte do princípio – correto a meu ver – de que não há *a priori* razão alguma de peso para separar estritamente as disciplinas de graduação e de pós-graduação.

Primeira rede temática tomada como exemplo: debates em torno da escravidão e as estruturas econômico-sociais da América Colonial (e da antiguidade)

Em 1971 defendi, na Universidade de Paris X (Nanterre), uma tese de doutorado sobre os aspectos econômicos e sociais da Guiana Francesa no período 1715-1817, texto que só veio a ser publicado integralmente muitos anos mais tarde, em 1999 (CARDOSO, 1999). Os

dois capítulos teóricos da tese, baseados numa perspectiva de História Comparada, haviam sido publicados sem demora em espanhol (CARDOSO, 1973), conhecendo depois edições em inglês, português e polonês. Com a difusão desses escritos, comecei a participar no debate então em curso sobre os modos de produção na América Latina. Em tal debate, concentrei-me preferencialmente nas sociedades escravistas das Américas, permanecendo fiel ao ângulo comparativo. Quando voltei ao Brasil, em 1979, após quase doze anos passados no exterior (França, Costa Rica, Inglaterra e México), ainda participava desses debates, tanto no país quanto no exterior. Comecei a trabalhar na UFF como Professor Visitante com atuação exclusivamente na Pós-Graduação de História, no setor de História da América. No final de 1980 surgiu para mim a oportunidade de entrar para o quadro do Departamento de História. Optei, naquela ocasião, pelo setor de História Antiga e Medieval. Entretanto, sobretudo até 1988 – ano em que um Setor Temático de História Antiga e Medieval começou a funcionar no PPGH da UFF e ocupou crescentemente meus esforços de docência e orientação –, meu ensino de pós-graduação continuou a estar vinculado à História da América e, como ainda ocorre até hoje, à Metodologia da História. Em paralelo, o ensino de Graduação passou a dar-se, sobretudo, em História Antiga. Mesmo assim, houve repercussões de minhas pesquisas sobre a escravidão moderna e, mais em geral, sobre a economia e a sociedade das Américas nos séculos XVI a XIX também no ensino de Graduação, até 1992 (ano em que, pela última vez, atuei como pesquisador em História da América).

Devo ressaltar que, ao interessar-me por dada temática, não levo muito em conta os critérios cronológicos (História Antiga, História Moderna, etc.) ou geográficos (História do Brasil, História da América) que costumam ser invocados para estabelecer as áreas de especialização mais usuais em História. Se me interessa a História Econômica, ou a escravidão, por que deveria limitar este interesse a um período ou a uma área do mundo, em detrimento do resto? Na verdade, na época em que era conhecido como um especialista de História da América com ênfase na escravidão moderna, pesquisei e

ensinei igualmente a economia e a escravidão antigas, disto resultando publicações em paralelo às que tratavam de períodos mais recentes (CARDOSO, 1984).⁵

Um de meus livros sobre a escravidão moderna, mais especificamente acerca da “brecha camponesa no sistema escravista” (isto é, as atividades autônomas de tipo agrícola e comercial exercidas pelos escravos, em muitas regiões das Américas, em seu tempo livre), cuja pesquisa inicial aconteceu quando de um semestre de pós-doutorado (bolsa CAPES-Fulbright) passado em 1984 na New York University, foi dedicado a uma turma de Graduação em História da UFF a que lecionei em 1986. Ao ensinar História Antiga aos alunos em questão, quis ressaltar os vínculos dos estudos da Antiguidade com temas pertinentes à Idade Moderna e à Idade Contemporânea. Mostrei, então, de que modo as pesquisas acerca da escravidão moderna influíram, de diversos modos, sobre aquelas voltadas para a escravidão antiga. Houve nessa ocasião, perguntas de alguns alunos sobre por que não poderia também ocorrer o contrário, ou seja, influências das formas de analisar a escravidão antiga sobre as abordagens da escravidão moderna. Pensei sobre o assunto e expus-lhes quais e quão úteis poderiam ser tais influências, incluindo essas ideias no livro então em preparação, publicado um ano depois (CARDOSO, 1987).

Um aspecto diferente da questão foi a extensão das atividades de pesquisa na área indicada, a estudantes meus de graduação. Seis alunos daquela mesma turma a que ensinei História Antiga em 1986, dotados de bolsas de Iniciação Científica do CNPq, formaram, sob minha orientação, entre 1987 e 1989, um grupo de pesquisa que desenvolveu projetos interligados cujo tema geral era a escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro (século XIX). Acho muito mais proveitoso para os estudantes, um processo de Iniciação Científica em que desenvolvam projetos próprios, do que a experiência que possam

5 Esse livro, embora supusesse considerável pesquisa pessoal sobre o seu tema, nasceu em primeiro lugar para prover material didático para os cursos de graduação brasileiros em História. (CARDOSO, 1988).

adquirir quando se tornam, com esse tipo de bolsa, mão-de-obra (mal) remunerada trabalhando na coleta de dados para projetos de seus orientadores. E isso se tornou frequente.

Um dos bolsistas de 1987-1989 tornou-se co-autor, comigo, de um livro sobre a história da cidade do Rio de Janeiro, publicado na Espanha quando do quinto centenário da descoberta da América (CARDOSO; ARAÚJO, 1992).

Caso curioso foi um curso de extensão sobre o campesinato, do qual participei dando a aula inaugural na Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelo professor André Leonardo Chevitarese, pelo fato de ter-me dado a ocasião de revisitar, em outubro de 2000, um texto meu redigido em 1978 e publicado em 1979. A tal distância no tempo, foi-me possível examinar meu próprio texto “de fora”, quase como se outra pessoa o houvesse redigido, para criticá-lo.⁶

Mencionei que, no PPGH da UFF, de 1979 até principalmente 1988, mas em menor grau também durante alguns anos depois disso, lecionei disciplinas cujos temas vinculavam-se à escravidão moderna e também a diversos outros aspectos econômico-sociais das Américas entre os séculos XVI e XIX. Orientei numerosas dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre a escravidão e outros temas de História Moderna e Contemporânea (em especial, relativos ao Brasil colonial e do século XIX), das quais algumas foram publicadas como livros, enquanto outras deram lugar à publicação de artigos ou capítulos em obras coletivas. Deste modo, o que por um tempo relativamente longo foi um setor importante de atuação em minha carreira, em especial no tocante à pesquisa, teve

6 O texto publicado em 1979 foi “História da Agricultura e História Regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa”, capítulo incluído em Ciro Flamarion Cardoso. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, mais exatamente um item sobre a economia camponesa (p. 51-52 e p. 90). A aula proferida no ano 2000 foi posteriormente publicada: Ciro Flamarion Cardoso. ‘Camponês, campesinato: questões acadêmicas, questões políticas’. In: André Leonardo Chevitarese (Org.). *O campesinato na História*. Rio de Janeiro: FAPERJ-Relume Dumará, 2002, p. 19-38.

efeitos multiplicadores sobre a trajetória acadêmica de pesquisadores mais jovens.⁷

Segunda rede temática tomada como exemplo: as aplicações da semiótica à história

Entre 1971 e 1976 vivi e trabalhei na Costa Rica. Era pesquisador do Programa Centro-americano de Ciências Sociais do Consejo Superior Universitario Centro-americano e professor de História na Universidad de Costa Rica. Na UCR, minha docência foi primeiro na área de História da América, posteriormente também de Teoria e Metodologia da História, por fim de História Antiga. Houve, no entanto, uma disciplina diferente, ministrada a alunos de Letras, em 1976, centrada na Semiótica Textual. Naquela ocasião, os alunos e eu aplicamos métodos criados por Lucien Goldmann e Tzvetan Todorov a obras literárias hispano-americanas. Esta atividade permaneceu como algo relativamente isolado em minha trajetória acadêmica até a década de 1990, apesar de que no período em que estava no México, orientei, em 1978, na Universidad Iberoamericana, uma dissertação de Francisco Hermosillo Adams na área de Comunicação, que aplicava igualmente uma perspectiva semiótica. Na graduação de História (em especial ministrando em diversas ocasiões a disciplina “História, Língua e Texto”) e no PPGH da UFF, passei a ensinar métodos semióticos, muito especialmente, os vinculados à teoria da narrativa ou Narratologia, na linha de Tzvetan Todorov, Lucien Goldmann e Algirdas Julien Greimas.

No decorrer desse ensino, fui levado a adaptar métodos oriundos dos estudos literários para o trabalho com fontes de diversas índoles (textos literários, iconografia, histórias em quadrinhos e fil-

7 Eis aqui algumas dessas obras de orientandos meus: Vilma Paraíso F. de Almada. *Escravidão e transição: O Espírito Santo (1850-1888)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984; Ronaldo Vainfas. *Ideologia e escravidão: Os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986; Manolo Garcia Florentino. *Em costas negras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; Edgard Leite. *Homens vindos do céu: Contatos religiosos no litoral da América Portuguesa, séculos XVI e XVII*. Rio de Janeiro: Papéis e Cópias, 1997.

mes) em História. Tais adaptações eram originais e, portanto, não estavam expostas na bibliografia disponível. Sua exemplificação nas diferentes disciplinas que lecionei exigiu, também, que preparasse numerosos estudos de casos para demonstrar os modos de aplicar os métodos que os alunos fossem aprendendo. Eu enfrentava ainda, o problema de não encontrar obras em português, pertinentes para os cursos, em quantidade suficiente, ou dentro dos enfoques metodológicos que seriam desejáveis. Por todas as razões indicadas, este foi outro caso em que a docência acabou por gerar pesquisas e suscitar publicações (CARDOSO, 1997; 2001b; 2005; 2004b; 2006).

Métodos e técnicas semióticas podem aplicar-se, naturalmente, a materiais provenientes de qualquer período. Já foi mencionado que um dos campos de pesquisa em que publiquei foi o da ficção científica. Mas também apliquei a semiótica a diversas análises egiptológicas realizadas com bolsas de produtividade em pesquisa do CNPq. Estes trabalhos permanecem inéditos, infelizmente, sendo muito difícil, no Brasil, publicar livros monográficos de História Antiga em editoras comerciais. Foram no entanto, expostos por mim com frequência em disciplinas de Graduação e Pós-graduação. Em 2003, o Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (CEIA-UFF), um núcleo de pesquisa da UFF e do CNPq, sob coordenação conjunta da Professora Silvia Damasceno (Letras Clássicas, UFF) e minha, levou a cabo um curso de extensão relativamente longo (suas atividades estenderam-se por mais de dois meses) sobre Semiótica do Espetáculo. Minha participação no curso teve a ver com aspectos teóricos e também com a exemplificação do uso da ópera e do balé narrativos como fontes para a História. Coube-me, a seguir, iniciar a preparação de um volume coletivo sobre a Semiótica do Espetáculo, cuja publicação não ocorreu ainda e cuja coordenação passei recentemente para a Professora Doutora Claudia Beltrão da Rosa, da Uni-Rio. Essa preparação foi realizada com os materiais do curso que teve sua parte mais longa dedicada a análises de filmes cuja temática remetesse à História Antiga, desenvolvidas por vários docentes de História Antiga e de Letras Clássicas da UFF. De minha participação naquele curso de 2003 já resultou, porém, um artigo publicado.

Como extensão dos interesses semióticos e ao mesmo tempo em função do debate teórico-metodológico com as posições pós-modernas, também me interessei recentemente, na docência universitária e na pesquisa, pela noção de representações coletivas ou sociais, bem como por uma crítica à assim chamada Nova História Cultural, que costuma apresentar-se, precisamente, como tendo por fulcro o conceito de representação coletiva. Também nestas ocasiões, aulas e conferências desembocaram em publicações dos resultados de estudos que são, neste caso, de índole teórico-metodológica.

Conclusão

Este testemunho sobre a ligação da pesquisa e do ensino em minha já longa trajetória profissional deve ter mostrado que ela se deu de maneiras muito variadas. Considero-me antes de tudo um docente, só secundariamente um pesquisador. Outra característica minha sempre foi renegar a especialização excessiva e interessar-me por uma gama muito ampla de assuntos e enfoques. Neste texto foi dada apenas uma amostra. Entretanto, ao longo de todas as minhas pesquisas, nunca escolhi temas que não pudesse trabalhar com fontes primárias em suas línguas originais, já que não é possível pesquisar seriamente usando uma documentação primária traduzida. As características de minha carreira expostas neste texto provavelmente expliquem ou ajudem a explicar a frequência considerável com que meus livros e artigos resultaram em cursos ministrados, bem como o fato de ter publicado sobre temáticas muito variadas.

Referências

CARDOSO, C. F. A construção da brasilidade na ópera *Lo Schiavo* (O Escravo), de Carlos Gomes. *Revista Sociedade em Estudos*. Curitiba, v. 1, p. 113-134, 2006b.

_____. *A ficção científica, imaginário do mundo contemporâneo: uma introdução ao gênero*. Niterói: Vício de Leitura, 2003a.

CARDOSO, C. F. Análisis semiótico de películas: un método para historiadores. In: CARDOSO, C. F. *Ensayos*. Editorial da la Universidad de Costa Rica, 2001c, p. 47-64.

_____. Dodecafonismo. In: SILVA, F. C. T. da. (coord.). *Enciclopédia de guerras e revoluções do século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Campus-Elsevier, 2004a.

_____. Economia e sociedade antigas. Conceitos e debates. *Clássica*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 5-20, 1988.

_____. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Editora Brasiliense, p. 7-14, 1987b.

_____. Ficção científica, percepção e ontologia: e se o mundo não passasse de algo simulado? *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v. 13 (suplemento), p. 17-37, 2006a.

_____. La etnicidad griega: una visión desde Jenofonte. In: GALLEGO, J. (Org.). *Prácticas religiosas, regímenes discursivos y el poder político en el mundo grecorromano*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, p. 127-150, 2001b.

_____. *La Guyane Française (1715-1817): aspects économiques et sociaux. contribution à l'étude des sociétés esclavagistes d'Amérique*. Petit Bourg (Guadeloupe): Ibis Rouge Éditions, 1999.

_____. *Narrativa, Sentido, História*. Campinas: Papirus, 1997.

_____. No limiar do século XXI. *Tempo*, Niterói, v. 1, n. 2, p. 7-30, 1996.

_____. No limiar do século XXI. In: REIS, D. A. et al. (Orgs.). *O século XX: o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 249-275, 2000.

_____. O que foi, afinal, o século XX? In: SILVA, F. C. T. da, et al. (Org.). *Escritos sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: FAPERJ-Mauad, 2001a, p. 33-49.

- CARDOSO, C. F. *O trabalho compulsório na antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. Sobre los modos de producción coloniales de América. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, v. 40, p. 135-159, 1973.
- _____. El modo de producción esclavista colonial en América. *Cuadernos de Pasado y Presente*, Córdoba, v. 40, p. 193-242, 1973.
- _____. Sociedade e cultura: comparação e confronto. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUC-RS, v. 29, n. 2, p. 23-49, 2003b.
- _____. Um conto e suas transformações: ficção científica e História. *Tempo*, Niterói, v. 9, n. 17, p. 129-151, 2004b.
- _____. *Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios*. Bauru: EDUSC, 2005.
- _____. *Uma interpretação das estruturas econômicas do Egito faraônico*. Rio de Janeiro: IFCS-Departamento de História, 1987a.
- CARDOSO, C. F.; ARAÚJO, P. H. da S. *Río de Janeiro*. Madrid: Fundación MAPFRE América, 1992.
- CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.
- CURTIS JUNIOR, L. P. (Org.). *El taller del historiador*. Tradução de Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.
- ELTON, G. R. *The practice of history*. London-Glasgow: Collins-Fontana, 1967.
- SECA, J. M. *Les représentations sociales*. Paris: Armand Colin, 2002.

CAPÍTULO 2 – O DOMADOR DE BICICLETAS: CULTURA, IDENTIDADE E ORIGINALIDADE EM GERALDINHO NOGUEIRA

Ademir Luiz da Silva¹

Fantasiar-se de caipira é feio. É caipirice. O caipirismo é outra coisa. Está na alma, vem das origens, tem a fundura das raízes.

(Hamilton Carneiro)

O maior ícone da cultura popular goiana é Geraldinho Nogueira. É provável que sua concorrente mais próxima seja Cora Coralina. Contudo, ao passo que o valor estético da obra da poetisa e doceira de Vila Boa de Goyaz é bastante contestado, muitos críticos acadêmicos consideram-na basicamente uma personagem e não uma artista, a “obra” de Geraldinho é unanimemente considerada como uma pérola do humor. Ninguém que entenda o idioma português, em suas nuances, fica indiferente a sua prosa.

Muitos goianos, que se envergonham de ser conterrâneos de certas duplas sertanejas, costumam presentear amigos que visitam o estado com algum dos CD's que registram o espetáculo *Trova, Prosa & Viola*, estrelado por Geraldinho. Orgulham-se do contador de causos. Não por acaso, os causos do “osso”, do “marimbondo” e, principalmente, o caso da “bicicleta” são considerados clássicos locais. Quase todos os conhecem. Os poucos goianos que não conhecem, é possível imaginar, são justamente àqueles capiaus muito simplórios que alguns teóricos afirmam que Geraldinho representa.

Geraldo Policiano Nogueira, nascido em 1918, na Fazenda Aborrecido, município de Bela Vista de Goiás, casou-se com dona

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professor na Universidade Estadual de Goiás (UEG), nos cursos de História e Arquitetura e Urbanismo. Docente no programa de mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). *E-mail*: ademir.hist@bol.com.br.

Joana Bonifácio, com quem teve oito filhos. Fez fama na região, como dançador de catira, tocador de violão e, principalmente, exímio contador de histórias. Foi justamente sua singularidade, reconhecida por seus pares, que levou sua dupla de descobridores, os publicitários José Batista e Hamilton Carneiro, a procurá-lo em meados da década de 1980. Criteriosamente escolhido entre diversos candidatos, em 1984, Geraldinho estrelou um comercial de fim de ano da extinta Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego).

No site de compartilhamento de vídeos *Youtube* é possível encontrar *links* com a primeira aparição televisiva de Geraldinho. O texto do comercial, produzido pela Stylus Multimídia, agência publicitária de Hamilton Carneiro, é uma pérola. O reproduzimos abaixo, mantendo a fonética o mais próximo possível de sua forma falada:

Geraldinho: Uai, sô, tomara que esse ano que em vem rompeno aí na cabecera chega mais manso aqui prá nós. Ele não pode trazê muita trovoada prá mode não desbarranca esse mundarêu de nuvi e nem o sol muito regalado prá mode não esturrica os viventi das nossa banda. Tomara que esse ano esses homi graúdo tamem emenda e larga dessas estripulia de guerra, aui. Uns cobrim mais farturento tamém é bão, né (ri). Prá gente não firca esbarrano na precisão. E no mais é como Deus tá servido. Pro que só Ele é que pode dá vorta na brabeza do mundo.

Observando com cuidado, à luz de suas desinibidas performances posteriores, é possível identificar certo acanhamento por parte de Geraldinho em sua estréia na mídia de massa. Está levemente intimidado pela câmera. O que é natural, mesmo entre experientes atores de teatro que começam carreira na TV ou no cinema. Em todo caso, Geraldinho impôs-se como novidade. Agradou tanto que se tornou atração fixa do programa *Frutos da terra*, apresentado por Hamilton Carneiro na TV Anhanguera, afiliada à Rede Globo, a maior audiência do estado de Goiás.

É possível encontrar no *Youtube* pelo menos mais três peças publicitárias estreladas por Geraldinho. Todas para Caixego. Todas

produzidas pela Stylus Multimídia. Tornou-se o garoto propaganda do banco, com contrato de exclusividade. A segunda peça mostra Geraldinho, bem mais à vontade frente à câmera, como um candeeiro que guia uma junta de carro de bois chamada Brasil. Na terceira peça, Geraldinho comenta sobre a importância de a nova Constituição Brasileira de 1988 ter leis justas, que promovam a igualdade. No quarto comercial, exibido entre 1988 e 1989, ele fala acerca da divisão das terras de Goiás e a subsequente criação do estado do Tocantins.

Chama atenção nessa série de peças a tentativa de estabelecer um bordão para Geraldinho. A repetição de uma fala do anúncio de 1984, “uns cobrim mais farturento tamém é bão, né”, seguida de uma risada. A estratégia foi posteriormente abandonada, talvez em prol de uma maior liberdade criativa para Geraldinho, sem prendê-lo a necessária repetição representada pelo estabelecimento de um bordão com forte apelo popular.

O sucesso televisivo gerou frutos em outras mídias. Após diversas participações em programas de rádio, Geraldinho protagonizou o espetáculo *Trova, Prosa & Viola*, atuando ao lado de Hamilton Carneiro e da dupla de cantadores André e Andrade. Representou o auge de sua carreira. O sucesso da montagem levou-a a excursionar pelo Brasil, chegando a ser apresentada no Teatro Nacional de Brasília.

Na TV, no rádio e em apresentações ao vivo, Geraldinho provou ser um ótimo ator intuitivo. Obviamente, não da mesma tradição de figuras como Nhô Moraes, Nhá Barbina ou, de um modo extremo, o “Jeca Gay” de Moacir Franco: atores profissionais interpretando caipiras estereotipados. Geraldinho não tinha técnica, nem precisava. Porém, sem dúvida, era consciente de sua veia cômica, carisma e capacidade de hipnotizar a plateia.

Ensaiaava, como qualquer ator que se preza. O diretor Hamilton Carneiro, sua escada cênica, habilmente adaptava seus causos para a linguagem teatral. Aparentemente, até mesmo as pausas para os aplausos em cena aberta eram marcadas. Essa espontaneidade ensaiada não tornava Geraldinho um capiau menos autêntico. Na verdade, tal junção entre autenticidade sociocultural e talento cênico representa sua maior contribuição artística.

Faleceu em 1993, aos 75 anos, vítima de uma trombose intestinal, convertendo-se em um pequeno mito local. Em 2001 foi lançado o primeiro CD com o registro sonoro do espetáculo *Trova, Prosa & Viola*, pelo selo Anhanguera Discos, auxiliado pela Lei de Fomento a Cultura da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico Teixeira. A capa faz menção a sua morte. Apresenta fotos coloridas de André e Andrade à esquerda, o logotipo do programa *Frutos da Terra* semi-centralizado e, à direita, um sorridente Hamilton Carneiro. Acima de todos, em destaque, uma imagem azulada de Geraldinho aparecendo entre nuvens. A criação do design da capa foi assinada por José Eurípedes Rosa (Zirico), da Stylus Multimídia.

O CD apresenta doze faixas, distribuídas equitativamente entre os artistas participantes. Quatro faixas de trova, com Hamilton Carneiro recitando versos, quatro de prosa, com Geraldinho contado causos, e quatro de viola, com André e Andrade cantando. O encarte credita Hamilton Carneiro como autor de todas as trovas e letras musicadas por André e Andrade. Geraldinho recebe crédito pela criação dos causos, que seriam “trechos da própria vida do Geraldinho ou passagens que ele testemunhou ou ouviu contar que sucederam com outras pessoas de sua região”. Comparece com os causos “A Namoradinha” (9:14), “O Osso” (9:09), “O Causo do Marimbondo” (6:46) e “O Causo da Bicicleta” (12:46). Além disso, canta na segunda faixa do CD, acompanhado pelos colegas de palco, uma música que recria uma Folia do Divino.

O segundo volume foi lançado em 2003. Sua capa é ligeiramente diferente. O tom predominante não é mais o azul, é amarelo terra. As fotos de André e Andrade são as mesmas. Porém, agora, estão à direita. Hamilton Carneiro, em nova foto, agora à esquerda, segue sorridente, com o braço estendido. Sua pose sugere que esteja apresentando a estrela principal do espetáculo, sua razão de existir: Geraldinho. A foto do contador de causos está no meio. É a mesma do primeiro CD, tendo sofrido tratamento digital para simular que foi retocada com tinta-óleo. Acima de sua cabeça, no canto esquerdo, o logotipo do programa *Frutos da Terra*. O projeto gráfico da capa foi atribuído a Sávio G. Filgueira, também da Stylus Multimídia.

O CD foi dividido em dezessete faixas. Cinco de trova, seis de prosa e seis de viola. Geraldinho conta os causos do “Porquinho (cicatriz no nariz)” (2:56), “O Causo do Rádio” (4:39), o “Causo do Carro de Boi (carreiro)” (6:57), “Casalzinho Novo” (4:00), “O Causo do Soldado” (4:03) e “O Causo do Peãozinho Novo” (6:02). Dessa vez ele canta, acompanhado somente por Hamilton Carneiro, na sétima faixa, a “Moda do Carro de Boi” (0:54). Via de regra, as faixas apresentam duração menor do que no volume anterior, indicando que são, basicamente, sobras de estúdio. De fato, no encarte encontramos um texto de Hamilton Carneiro explicando que essas trovas, causos e modas de viola:

pertencem à coletânea que preparamos para um segundo show *Trova, Prosa & Viola*, interrompido nos ensaios, com a morte de Geraldinho. Hoje, refeitos do baque, André, Andrade e eu, achamos que o público, que sempre foi tão atencioso conosco, não nos perdoaria ao saber que tínhamos o material desse CD engavetado. (Carneiro. In: TROVA, Prosa & Viola, 2003).

Esgotando o filão audiovisual, em 2007 foi lançada, com menor repercussão, a versão em DVD de *Trova, Prosa & Viola*. A capa segue o padrão estético e cromático do primeiro volume em registro sonoro. Sua criação foi atribuída à dupla Zirico e Chico Nunes, da Stylus Propaganda e Consultoria. Diferentemente dos CD's, que registram o espetáculo teatral propriamente dito, o DVD apresenta, além de cenas filmadas da peça, imagens de arquivo com Geraldinho no cenário do programa *Frutos da Terra* e no terreiro de uma casa de campo, presumivelmente em seu próprio sítio. Não há novas trovas, novos causos ou músicas. Apenas as gravações são inéditas, ligeiramente diferentes das já conhecidas em CD. As filmagens foram feitas por Eurípedes Barsanulfo e Eurípedes Ximenes, sob direção de Hamilton Carneiro.

Portanto, mesmo depois de falecido, Geraldinho, tornado marca, mostrou possuir bom potencial comercial e, o que talvez tenha sido mais inesperado, um recorrente símbolo cultural, entranhado

no imaginário coletivo goiano. Razoável vendedor de cd's e dvd's, regularmente reprisado na TV e objeto de estudos acadêmicos.

Apesar da merecida fama, Geraldinho costuma ser mal compreendido. Não pelo público em geral que deseja apenas se divertir com suas hilárias narrativas, mas por alguns pesquisadores da cultura popular que procuram enquadrá-las em termos sociológicos, históricos ou antropológicos. É comum encontrar livros, monografias universitárias e artigos de imprensa estabelecendo Geraldinho como sendo inconsciente de sua condição de cronista, negando qualquer caráter performático em sua atuação. Advogam a tese de que ele foi um típico representante do homem do interior do Brasil, do sertão, um típico capiau, caipira, matuto, sertanejo etc. “A identidade nacional é também, muitas vezes simbolicamente baseada na ideia de um povo ou *folk* puro, original” (HALL, 2006, p. 55). Nesse sentido, via de regra, tais trabalhos defendem que seus trejeitos, sua inflexão, seu humor derrotista e safado, são manifestações comuns desse tipo de brasileiro que teria permanecido imune ou semi-imune ao processo de modernização. No aspecto linguístico a afirmação parece correta, como pode ser constatado nos glossários inteligentemente incluídos nos dois volumes do CD e no DVD. No restante cabe contestação.

Caso exemplar é o do desembargador Walter Lemes, autor de um livro sobre Geraldinho, no qual defende que:

o célebre sertanejo, filho de Bela Vista de Goiás era, por assim dizer, na exata conceituação euclidiana, o caipira na sua mais pura expressão. Sua postura, quando montado a cavalo, ou pedalando a sua famosa bicicleta, ou mesmo quando parado, ligeiramente arcado para frente, era única. Seu gesto bastante peculiar, ao erguer o chapéu de feltro já bastante surrado, visto que usado diuturnamente, para levemente coçar a cabeça, quando se punha a conversar com aqueles que o cercavam, era previsível. Tudo isso era, por assim dizer, o biótipo geraldiano (LEMES, 2008 p. 28).

A referência explícita a Euclides da Cunha sugere por parte do autor goiano um olhar que procura enquadrar o respetivo estudo de

caso dentro dos limites de um exemplo célebre, o do sertanejo que seria “antes de tudo um forte” de *Os sertões*. Corroborando a tese de Lemes, a pesquisadora Carolina do Carmo Castro, autora de uma dissertação de mestrado sobre práticas e representações da cultura sertaneja, anota que:

a figura de Geraldinho manifesta um personagem cuja figuração em nossa cultura é a de um sujeito não apenas representante de uma visão de mundo não ilustrada e enraizada na roça, mas, daquele que diante à modernização do estado, à necessidade de emancipação cultural, volta-se para o seio caipira em que foi criado e transforma aquele seu mundo não apenas em objeto de afirmação mas, ao mesmo tempo, símbolo de sua própria identidade diversa e cenário das peripécias épicas de seu anti-herói, que de outro modo não deixa de ser ele mesmo. Em um processo histórico e cultural onde o estado de Goiás se integra à nação, e onde a tecnologia torna as diversas culturas mais próximas, ao menos no sentido de poderem mais facilmente se comunicar, Geraldinho opta por seu antigo mundo cada vez mais extinto, distante mesmo ao homem do campo que, a partir da segunda metade do século XX, se torna cada vez mais seduzido pelo novo, pelo conforto e pela tecnologia (CASTRO, 2010, p. 61).

Primeiramente, acreditamos ser um equívoco apontar Geraldinho como uma espécie de bom-selvagem ao estilo de Rousseau. O homem rústico e puro, não corrompido pela sociedade de consumo, avesso aos avanços técnicos da modernidade. Observações mais apuradas de seu modo de vida, exposto nos causos, mostram justamente o contrário. Se Geraldinho ficou surpreendido quando escutou rádio pela primeira vez ou precisou, literalmente, domar uma bicicleta para aprender a andar, logo passou a escutar rádio e andar de bicicleta regularmente. Adotou os avanços tecnológicos em seu cotidiano. Como todos nós fazemos. Afinal, quem nunca teve dificuldades ao manusear pela primeira vez um telefone celular ou um terminal de caixa eletrônico?

Geraldinho é constantemente identificado como uma espécie de guardião, ou encarnação, da identidade goiana. Porém, como mostrou Stuart Hall,

no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (2006, p. 47).

O mais curioso é que muitos dos teóricos que defendem tais teses imaginam estar louvando a pureza de Geraldinho. Fazem como forma de apologia. Não percebem que o pretense elogio acaba por negar sua individualidade. Transformam-no em um mero exemplar retirado ao acaso. Inadvertidamente, sugerem que poderia ser qualquer outro caipira em seu lugar. Nada mais falso. “A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesão – no campo, no mar e na cidade – é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação (...). Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”. (BENJAMIN, 1994, p. 205).

Geraldinho foi um talentoso e original comediante. Certamente era “um capiau autêntico e puro, sem toques ou retoques, natural, espontâneo”, como escreveu o professor Álvaro Catelan no encarte do primeiro volume de *Trova, Prosa & Viola*, mas isso não significava que não fosse uma personalidade singular. Se Câmara Cascudo definiu a Literatura Oral como sendo “contos de fadas, facécias, anedotas, adivinhas, casos, autos cantados e declamados, desafios” que se formavam no imaginário coletivo sem autoria, de modo anônimo (1972, p. 36), os causos contados por Geraldinho ganharam versões definitivas em sua voz. A literatura oral que produziu refletia sua personalidade. Mais do que parte de uma regra, era uma exceção.

Ou, definindo mais pontualmente, Geraldinho era um caipira, mas nem todos os caipiras eram como Geraldinho. Como afirma Stuart Hall, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (2006, p. 13).

Corroborar essa perspectiva a percepção de que é difícil, senão impossível, encaixá-lo em modelos de caipira estabelecidos pela literatura e ensaística nacional. Alguns dos mais célebres intelectuais, escritores e cientistas sociais brasileiros trataram do “homem do campo” em suas obras. Geraldinho não espelha nenhuma delas. Os mais diversos exemplos, ou contraexemplos, são possíveis.

O Jeca Tatu de Monteiro Lobato, que não é o mesmo personagem interpretado por Mazzaropi no cinema, talvez seja o arquétipo máximo do capiau. O mais enraizado no inconsciente coletivo. Em sua descrição literária, trata-se de um indivíduo doente, cabisbaixo. Mais que um homem, é uma lista de sintomas. Criado em 1914, por encomenda dos Laboratórios Fontoura, como parte de uma campanha publicitária de um remédio, que prometia curar quem sofresse dos mesmos males. Posteriormente, em 1917, o tipo foi retomado com mais sofisticação literária na narrativa título do volume de contos *Urupês*. Lobato descreveu-o da seguinte forma: “Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade. Jeca mercador, Jeca lavrador, Jeca filósofo” (LOBATO, 2007, p. 170). Sua indolência, provocada por vermes, não induz risadas, induz piedade. Mercador de frutas caídas. Lavrador que não planta. Filósofo de ócio não grego, improdutivo.

Quando Lobato escreve “como és bonito no romance e feio na realidade”, posiciona-se radicalmente contra a idealização do caipira. Somente a modernidade, representada inicialmente pelo Biotônico Fontoura, pode curá-lo de seus males. A moderna farmacologia faz o que as ervas medicinais caseiras não conseguem. Denunciar a feiúra do Jeca Tatu, ao em vez de louvar sua pretensa pureza, é um caminho para civilizá-lo. Mostrar o que existe de errado para poder apurar, dando um lugar para o caipira no mundo moderno, na era do petróleo. Não é por acaso que a sitiante dona Benta, proprietária do Sítio do Pica-Pau Amarelo, “era uma senhora de muita leitura” (LOBATO,

1958, p. 09), sempre preocupada com a educação sentimental dos netos e educação formal dos empregados.

Darci Ribeiro, em *O povo brasileiro*, afirma que Lobato divulga uma “imagem verdadeira do caipira dentro de uma interpretação falsa (...) o que Lobato não viu, então, foi o traumatismo cultural em que vivia o caipira marginalizado pelo despojo de suas terras” (1994, p. 390). Ao fugir de uma caricatura, forjou uma simplificação.

Em todo caso, com o personagem Jeca Tatu, Monteiro Lobato iniciou um debate dos mais complexos, que está longe de ser esgotado. Debate intelectual-acadêmico deveras distante dos leves propósitos cômicos de Mazzaropi e Geraldinho. O certo é que, ao contrário do Jeca Tatu, Geraldinho, em sua carreira pública jamais se apresentou como tendo saúde precária. Ao mesmo tempo, se curtiu alguns períodos de preguiça, na necessidade jamais rejeitou trabalho. Foi mais trabalhador do que folgado, como declara na introdução do “Causo do Carro de Boi (carreiro)”, que reproduzo: “lembrei do tempo que fui candieiro do meu avô. Eu já sofri demais aqui nessas estrada de Goiás, minino. Buscano sal, arame num tal João Cardoso que tem prá aculá. Descia prá aqui afora, descia pra Goiás Véio”. Como classificar Geraldinho como um Jeca goiano, doente e indolente, diante desse testemunho?

Em outro sistema de reflexão, o caipira do interior paulista estudado por Antônio Candido em *Os parceiros do Rio Bonito* é, apesar de hospitaleiro e solidário, tradicionalista e fechado em seus limites socioculturais, renegando influências externas. Partido das categorias Cultura Rústica e Cultura Caipira, que versam acerca da adaptação do colono português à nova terra em seu contato com o elemento aborígine (CANDIDO, 2003, p. 26), Candido estabeleceu que:

a sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiriam estabilizar as relações do grupo com o meio (...) mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social do tipo fechado, com base na economia de subsistência. (CANDIDO, 2003, p. 46).

Embora inegável que essa seja uma descrição satisfatória do cenário onde Geraldinho vivenciou suas experiências de vida, trata-se, basicamente, de um pano de fundo. Embora forneça o tom, tal ambiente rústico não colabora necessariamente com o humor dos causos. Muitas vezes é a corrupção das tradições que o faz, gerando elementos passíveis de reconhecimento do grande público urbano. Nesse sentido, embora impregnado de tradição, Geraldinho mostra-se pouco afeiçoado a ela. A vivência, sobretudo, por costume, por inércia. Jamais poderia ser categorizado como um defensor intransigente do chamado “modo de vida caipira”.

Por exemplo: conta no “Causo do Rádio” que “lembro da primeira vez que topei com o tal rádio; quase que mi mata de raiva”. Porém, “depois que acostumou acharam o recurso” e viu que é um “trem com muita sirvintia”. Portanto, o novo provoca curiosidade, desejo de conhecer e possuir. Se ocorrer algum desencontro, em pouco tempo a prática trata de normalizar o que inicialmente provocou deslumbramento ou estranhamento. É o que acontece com a inusitada presença do helicóptero, o “avião com papa-vento no lombo”, que sobrevoa sua propriedade. Geraldinho pensava que a máquina servia para “quando eles passa lá perto de casa que dá lá nu rumu ele para prá mi oiá lá, anssim”.

E também com a bicicleta. Na última faixa do primeiro volume de *Trova, Prosa & Viola*, Geraldinho fala para Hamilton Carneiro que “a topada minha com essa tal bicicleta a primera veis mi isfolo tudu”. Geraldinho conta que:

a rua lá na porta era descambada anssim, rapaz. Aí eu tirei ela prá fora e ah “vô começa o jogo é aqui memo”. Tranquei nu chifim dela só, quando eu juguei a perna no pelu dela ela já aluiu. Aí eu saí naqueli trem uma hora prá uma banda, outra hora dotra, pelejanô prá aqueli prumu e ela foi azedanu. Quandu ela gachó memu que vento tava zuando aí eu aprumei. Eu aprumei, mas num sabia administra ela nu rumu qui pricisava não. Eu só quilibrei em riba e nu rumu que ela apontasse ela ia memo.

Tudo isso ocorreu na primeira vez, apenas. Em seguida, necessitando de um meio de transporte mais rápido, Geraldinho aprendeu a andar. Domou a bicicleta. A graça da narrativa está no processo de aprendizagem, de assimilação da modernidade. Porém, mais uma vez cabe o questionamento, qual pessoa que, aprendendo a andar de bicicleta, não teve suas quedas? Com Geraldinho, numa idade mais avançada do que o habitual, não foi diferente. Ao final da narrativa, conclui que “intero treis objeto qui prá mim eu nun tenho confiança mais nunca: é bicicleta, cigarro de papel e sordado tamém”. E ri. Nada mais tradicional do capiau do que seu indefectível cigarro de papel. Em tese, o nível de confiança de Geraldinho no cigarro e na bicicleta seria o mesmo. E usava regularmente os dois.

Geraldinho, ainda que habitante da zona rural, onde as dinâmicas de mudanças cotidianas são potencialmente mais lentas, não estava isolado do mundo. Não era uma ilha, tampouco um indivíduo com identidade cristalizada; imune ou desinteressado no novo. As novidades tecnológicas e de costumes fatalmente o alcançavam, interferindo em sua perspectiva de vida. Câmara Cascudo observou que “o povo conserva o seu patrimônio tradicional, móveis e utensílios antiquados que muito lentamente vão sendo mudados” (1972, p. 18). Mudanças lentas ainda são mudanças. Citando Laclau, Stuart Hall defende que:

as sociedades da modernidade tardia, argumenta ele, são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições do sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta (2006, p. 17).

Ao contrário do que o senso comum consagrou, quando Euclides da Cunha escreveu que “o sertanejo é antes de tudo um forte”, não

estava fazendo uma apologia. Como era comum entre os intelectuais positivistas do século XIX, Euclides da Cunha considerava os sertanejos uma ralé bruta e supersticiosa. Para ele, o conflito entre o atraso sertanejo e a ideia de civilização propagada pela República nascente era natural. A sangrenta Guerra de Canudos ocorreu porque:

o antagonismo era inevitável. Era um derivativo à exacerbação mística; uma variante forçada ao delírio religioso. Mas não traduzia o mais pálido intuito político: o jagunço é tão inapto para compreender a forma republicana como a monárquico-constitucional. (...) A guerra de Canudos foi um refluxo em nossa história. Tivemos, inopinadamente, resurrecta e em armas em nossa frente, uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doudo. (CUNHA, s/d, p. 200, 2001).

O tal “doudo” (doido) citado, Antônio Conselheiro, adepto de longas sessões coletivas de oração, dificilmente conseguia cooptar o apoio de Geraldinho à causa Sebastianista. Isso considerando suas reações no citado “Causo do Rádio”. Nessa narrativa, interessado em escutar música sertaneja no estranho aparelho, Geraldinho visitou um pequeno coronel da região onde morava. Contudo, sintonizando o rádio:

ele deslizô dos caipira e ingarupô numa missa, rapais. E o veio era daquelis devoto antigo. Quando o padre raió lá dentro da-quele caixote, ele barreu o joei no chão lá adiante. Aí a genti foi obrigado a jogá o chapéu di costa e joeiá tamem. E eu nun sei o que qui tinha infezado esse padre esse dia, rapaz, e ele tirava uma meia hora prá reza e uma meia hora prá daná cum nois, rapais. E eu fui infezanó caquilo. Eu nunca vi esse homi e ele daná cum nois desse jeito. Ele ta é loco.

“Loco”, louco, doido. “Doido” como o Conselheiro. Após ser obrigado a ficar longo tempo ajoelhado, escutando as broncas de um padre destemperado, que era só voz, sem corpo presente, Ge-

raldinho prometeu só voltar a ouvir rádio quando conseguisse uma forma de “vedar o joelho”. Não reconhecia autoridade no sacerdote para criticá-lo. Portanto, sua raiva inicial ao conhecer o rádio não foi provocada pela novidade tecnológica em si, mas pela inconveniente intervenção de elementos tradicionais, a missa e o padre. Por algum tempo, antes de achar o “recurso”, ele relacionou ouvir rádio com assistir missa, considerando a presença do aparelho intolerável.

O folião Geraldinho era mais profano do que sagrado. A festa o agradava mais do que o cerimonial sacro, como deixa claro na abertura do causo “A Namoradina”, onde ocorre o seguinte diálogo:

Geraldinho: Oh, sô, ocê já girou numa folia prô cê vê o tanto que é bão?

Hamilton: Oh, rapaz; quando ocê topa assim uma companheirama ranchada mesmo, é um trem bão demais, né!

Geraldinho: Ih, minino, se ocê acompanhá uma ocê não perde mais nunca.

Hamilton: Quer ir todo ano.

Geraldinho: É uma festa das mió!

Por esse trecho, percebe-se que Geraldinho só tem em comum o gosto por festas em portas de igreja e o medo de soldados com Fabiano, o retirante protagonista de *Vidas secas*. O personagem de Graciliano Ramos é um protoexistencialista, matutando uma problemática filosófica, enquanto caminha pela caatinga:

- Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta.

Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. (...) Corrigiu-a murmurando:

- Você é um bicho, Fabiano. (RAMOS, 1982, p. 18)

Cabisbaixo, ensimesmado, Fabiano afasta-se de Geraldinho para aproximar-se do sertanejo inarticulado proposto por João Ca-

bral de Melo Neto. Na poesia "O sertanejo falando", a segunda peça de *A educação pela pedra*, Cabral de Melo defende que os sertanejos falam como se tivessem pedras na boca:

Daí porque o sertanejo fala pouco:
as palavras de pedra ulceram a boca
e no idioma pedra se fala doloroso;
o natural desse idioma fala à força.
Daí também porque ele fala devagar:
tem de pegar as palavras com cuidado,
confeitá-las na língua, rebuçá-las;
pois toma tempo todo esse trabalho (MELO NETO, 1997, p. 04).

O contrário dos sertanejos tagarelas e enganadores da tradição da poesia de cordel, como João Grilo e Cancão. O poeta popular João Ferreira de Lima apresenta João Grilo, que seria usado por Ariano Suassuna como protagonista de seu *Auto da Compadecida*, da seguinte forma:

João Grilo foi um ente
que nasceu antes do dia
criou-se sem formosura
mas tinha sabedoria
morreu antes da hora
pelas artes que fazia (LIMA apud: MEYER, 1980, p. 84).

Tagarela, talvez Geraldinho seja. Enganador, dificilmente. Em todo caso, o ambiente geográfico e sociocultural de Geraldinho é outro.

A versão centro-sul desse ente-vigarista do norte-nordeste, genericamente conhecido como "amarelinho", é Pedro Malasartes. Segundo o antropólogo Roberto DaMatta, Malasartes é um típico "herói sem nenhum caráter", incapaz de reproduzir-se como categoria social (DAMATTA, 1997, p. 281). É um andarilho que começou sua infundável peregrinação com um objetivo único, vingar o irmão maltratado por um fazendeiro, mas que, aparentemente, afeiçoou-se

à vida de pária sem rumo, sem destino, transformando-se em um malandro itinerante.

Nas histórias de Pedro Malasartes, chama a atenção o estilo narrativo marcadamente solto, sublinhado por inúmeros episódios livres, combinados numa ordem dependente do narrador. Esses relatos – que definem o caráter do herói e do meio em que opera – vão de situações nas quais Pedro engana pessoas em posições sociais de poder e prestígio, até a venda de fezes a um rico, passando por situações muito mais ambíguas, quando a distância entre sagacidade e a ofensa social se confunde, como a indução de um poderoso fazendeiro ao assassinato (DAMATTA, 1997, p. 273-274).

Até onde se sabe Geraldinho nunca enganou ninguém, pelo menos segundo as fórmulas mirabolantes de Pedro Malasartes. Se tivesse feito, certamente se lembraria de contar, orgulhoso. Tampouco foi enganado de maneira particularmente degradante. Seu círculo social é mais realista, não há ingenuidade ou esperteza extrema. Na juventude acontecia, às vezes, de ser vítima do orgulho de “um sujeito muito abusante que nois tinha lá. Ele era aqueles bichão. Fio, o pai dele era o tale. Então, tudo dele era mió memo, e ele judiava com nois, rapaz, que nois era mais fraco”, relembrou no “O Causo do Marimbondo”. Nada muito diferente do que ocorre entre jovens urbanos.

Os sertanejos de Guimarães Rosa são guerreiros trágicos, assim como os sulistas que Érico Veríssimo apresentou em *O tempo e o vento*.

Nem mesmo na literatura goiana é possível encontrar personagens que possam ser apontados como seus semelhantes. Por exemplo, via de regra, os personagens de Hugo de Carvalho Ramos convivem com pequenas tragédias da vida rural. As narrativas de *Tropas e boiadas* (1917) não se passam em um sertão bucólico, onde o maior problema é a assimilação dos objetos modernos. A vida é dura, produzindo sertanejos duros. O mal espreita e pode atacar a qualquer

instante, como no conto “Ninho de periquitos”, quando o lavrador Domingos é atacado por uma cobra venenosa, cortando num reflexo a cabeça da cobra e a mão picada com seu facão. Mesmo quando o personagem é mágico, folclórico, como o Saci, no conto com mesmo nome, a conclusão é sempre a mesma: “Porque, Ioiô, concluiu o preto velho que me contava esta história - a todo aquele que viu e falou com o Saci -, acontece sempre uma desgraça” (RAMOS, *apud* DENÓFRIO; SILVA, 1993, p. 54).

Saint-Hilaire, nos relatos de sua viagem pelo interior do Brasil, anotou que “toda essa gente tinha um ar de contentamento e alegria que jamais se veem nos tristes goianos” (1939, p. 113). De acordo com o historiador Luís Palacin, esse semblante eminentemente tristonho era resultado da crise econômico que assolou Goiás com o fim do ciclo do ouro.

A decadência como uma atividade coletiva assumida pela população: um sentimento de fracasso e derrota, de inevitabilidade dos males e da incongruência de qualquer esforço para superá-los. Traduzia-se isto num estado permanente de apatia, de resignação muito próximo da desesperança. E a tradução exterior desta atitude: a apatia (1994, p. 139).

Em Bernardo Élis não é diferente, amplia e complexifica o cenário composto por Hugo de Carvalho Ramos. Não há nenhum humor na tragédia de Nholá dos Anjos enfrentando a cheia arrasadora do rio Corumbá, na narrativa presente em *Ermos e gerais* (1944), ou nas denúncias da exploração dos coronéis sobre os lavradores presentes na novela “A enxada”, escrita ao estilo do realismo-socialista no livro *Veranico de Janeiro* (1966). No começo da narrativa, Piano, o protagonista, encontra-se em uma difícil situação:

Estava em jejum desde o dia anterior, porém mentiu que havia almoçado. Com o cheiro do de-comer seu estômago roncava e ele salivava pelos cantos da boca, mas não aceitou a bóia. É que Piano carecia de uma enxada e queria que Seu Joaquim lhe em-

prestasse. (...) Não aceitando o almoço, o sitiante naturalmente ficaria sem jeito de lhe negar o empréstimo da ferramenta (ÉLIS *apud* DENÓFRIO; SILVA, 1993, p. 90-91).

Recusar almoço, estando “ocado de fome”, como no caso “A Namoradinha”, não condiz com a personalidade antiestoica de Geraldinho.

Enfim, não faltam exemplos de sertanejos em nossa tradição literária ou ensaística e nenhum deles combina com o perfil de Geraldinho. Foi um rebelde (“Causo do Porquinho - cicatriz no nariz”) metido a galante (causo “A Namoradinha”) na juventude. Nunca foi o mais corajoso da turma (“Causo do Soldado”), mas jamais perdeu a oportunidade de se divertir com as derrotas sofridas pelos valentões (“Causo do Marimbondo”). Teve uma vida difícil, como todo brasileiro de origem humilde, mas não transformou essas experiências em melodrama. Muitas vezes seu humor é autorreferente. É o que podemos constatar ao ouvir seu comentário acerca da música “Suspiro”, segunda faixa do segundo volume de *Trova, Prosa & Viola*, interpretada com voz chorosa por André e Andrade. Reproduzo a letra, de Hamilton Carneiro, abaixo:

Quando desato um suspiro, ele apruma dolorido.
Se eu soffro desse martírio é porque Deus é servido.
O tempo me engabelou, mode eu seguir vivendo
Mas a vida me esfolou, desde que eu era pequeno.
Vivi o que eu tinha direito, agora eu vivo de quebra.
Aqui já tirei meu eito, já tirei fogo das pedras.
Eu já dei muito tutano, acabei ficando em jejum.
Já durei setenta anos e posso durar mais um.
Cada ano foi um tombo, cada mês foi uma tunda.
Foi tanta sova no lombo que até verguei a cacunda.
Assim eu lidei com a vida, que me deu muito trabalho.
A estrada foi cumprida e ainda fecharam meus atalhos.
Das taboca que eu tirei, outro que fez o jacá.
E as cordas que eu trancei, outro usou prá me enforcar.

Se a morte bulir comigo, vou com ela sem remorso.
Só encomendo algum amigo, prá mode enterrar meus ossos.

Ao fim da apresentação dos violeiros, o “trovador” e o “prosa-
dor” comentam:

Hamilton: Vendo esses meninos tocando essa música aí que eles inventaram, tava pondo sentindo, prá mim é você sem tirar e sem por.

Geraldinho: (ri) Uai, rapaz, eu tava assuntando ela, parece que eles fizeram a medida de fazê ela foi ni mim memo.

Quando o diálogo parece pronto para converter-se em lamentações, imediatamente o sentido da conversa se modifica.

Hamilton: Foi. Parece que quando você era um capiauzinho assim mais novo, diz que era atentado prá daná, né?

Geraldinho: Ih, rapaz, eu era um caboco custuso, birrento, teimoso, não obedecia ninguém, não atindia. Um vinha mi dá um conseio, virava a cacunda, largava ele pruziando sozim. Um vinha mi dá um parpíte, entrava numa oreia saia na otra, era do memo tamanho. Eu era do avesso pró mundo memo.

Portanto, quando Geraldinho diz que “eu já sofri demais aqui nessas estrada de Goiás”, apenas afirma que já fez sua parte, que merece descanso. Não é, de modo algum, manifestação de queixa, de recalque. Quiçá faz uma tênue referência à fama tardia que conheceu. Comparava seu novo trabalho com os antigos. Certamente mais lucrativo, limpo e divertido.

Por sua originalidade, a contribuição artística de Geraldinho permanece marcante, mesmo tendo passado vários anos de seu falecimento. Ainda não há substituto. Há infindáveis imitadores. No encarte do segundo volume de *Trova, Prosa & Viola*, Hamilton Carneiro escreveu que seu ator foi “o melhor e mais engraçado contador de causos do Brasil... Tão original e tão bom que se tornaram ridículos

os que tentaram imitá-lo”. Se Geraldinho fosse realmente apenas um representante de dada coletividade não haveria problema sucessório. Bastaria adotar outro caipira engraçadinho dentre os muitos que se supõe que há por aí.

Justamente por não haver que a nova edição do espetáculo *Trova, Prosa e Viola*, que estreou em Goiânia nos dias 21 e 22 de dezembro de 2007, não conta com um substituto de Geraldinho. Pode-se pensar que isso ocorreu porque os puristas poderiam considerar uma heresia, mas não é apenas por isso. Como afirma Walter Benjamin, “não se percebeu devidamente até agora que a relação ingênua entre o ouvinte e o narrador é dominada pelo interesse em conservar o que foi narrado. Para o ouvinte imparcial, o importante é assegurar a possibilidade de reprodução” (1994, p. 210). O fato é que o público de modo geral não aceitaria alguém que não fosse do mesmo nível. E é difícil encontrar. A presença de Geraldinho, a estrela do *show*, está garantida por imagens de arquivo apresentadas em um telão. Um gigantesco e moderníssimo telão de cristal líquido. Como podemos notar, o avanço da tecnologia continua sendo o sustentáculo básico do humor do admirável cômico Geraldinho Nogueira.

Referências

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, p. 197-221, 1994.

CANDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito* – estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos meios de vida. São Paulo: Ed. 34, 2001.

CASCUDO, C. *Seleto*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

CASTRO, C do C. *Práticas e representações da cultura popular sertaneja: um contador de “causos”, Geraldinho Nogueira*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

- CUNHA, E. da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Record, s/d.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DENÓFRIO, D. F.; SILVA, V. M. T. (Orgs.). *Antologia do conto goiano I – dos anos dez aos sessenta*. Goiânia: Cegraf / UFG, 1993.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LEMES, W. C. *Janelas do Tempo*: Geraldinho Nogueira e outros escritos. Goiânia: Kelps, 2008.
- LOBATO, M. *História do mundo para as crianças*. São Paulo: Brasiliense, 1958.
- _____. *Urupês*. São Paulo: Globo, 2007.
- MELO NETO, J. C. de. *A educação pela pedra e depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MEYER, M. (Org.). *Autores de cordel*. São Paulo: Abril Educação, 1980.
- PALACIN, L. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822*. Goiânia: UCG, 1994.
- RAMOS, G. *Vidas secas*. São Paulo: Record, 1982.
- SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem as nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás*, v. 78. São Paulo: Nacional, 1939.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ROSA, G. *Grande sertão veredas*. São Paulo: Abril cultural, 1983.
- CARNEIRO, H. *Trova, Prosa e Viola*. Goiânia: Anhanguera Discos, 2001. 01 CD.
- CARNEIRO, H. *Trova, Prosa e Viola – volume 02*. Goiânia: Anhanguera Discos, 2003. 1 CD.
- TROVA, Prosa e Viola – volume 01. Direção: Hamilton Carneiro. Produção executiva: Rodrigo Nunes. Câmeras: Eurípedes

Barsanulfo e Eurípedes Ximenes. Elenco: Geraldinho Nogueira, Hamilton Carneiro, André e Andrade. Brasil, cor, som. 1 DVD. Comédia / Show musical. 60 min.

VERISSIMO, É. *O tempo e o vento*. São Paulo: Globo, 1995.

CAPÍTULO 3 – “VALENTE MESMO ERA CATULINO”: UM ESTUDO BIOGRÁFICO SOBRE UM POLICIAL EM GOIÁS NO TEMPO DA REPÚBLICA VELHA

*Eliézer Cardoso de Oliveira*¹

*Talliton Túlio Rocha Leonel de Moura*²

A biografia é um gênero antigo, tão antigo quanto a própria História. Surgiu na Antiguidade Clássica, onde se destacavam as biografias dos líderes político-militares, como as redigidas por Plutarco – o maior biógrafo da Antiguidade. Sobreviveu ao ocaso do mundo antigo, transformando-se nas famosas hagiografias cristãs da época medieval, contribuindo para dar um sentido pedagógico e edificante à vida dos santos católicos. Durante a Renascença, a biografia laica retornou com força total, passando a se caracterizar – nas palavras de Jacob Burckhardt (1991, p. 200) – pelo “olho aguçado da individualidade”. Nem mesmo o Iluminismo, com sua ânsia de acabar com tudo o que fosse antigo, refutou a biografia; pelo contrário, um dos filósofos mais típicos, Voltaire, não resistiu em escrever um estudo histórico biográfico sobre Carlos XII, rei da Suécia. No século XIX, com o advento do nacionalismo, a biografia dos heróis da pátria tornou-se um instrumento político de fundamental importância para garantir a coesão nacional³. No século XX, a cultura de massas revitalizou o gênero biográfico, substituindo os “napoleões” de outrora pelos “Michael Jackson” de agora.

Do ponto de vista específico da teoria da História, a biografia teve um desenvolvimento um pouco diferenciado. Alcançou o auge

1 Professor do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG/Anápolis). Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Este trabalho foi resultado de um projeto de pesquisa homônimo, realizado em 2010.

2 Mestrando do Mestrado em Território e Expressões Culturais no Cerrado pela Universidade Estadual de Goiás (UEG).

3 Um dos maiores incentivadores do gênero biográfico foram os historiadores científicos do século XIX, como os franceses da Escola Metódica (BOURDÉ; MARTIN, 1983, cap. VI).

no século XIX, associada a uma perspectiva filosófica que concebia os indivíduos, notadamente os “grandes homens” como agentes causais privilegiados do processo histórico. Essa perspectiva engloba a filosofia da história de Hegel, que considerava os “heróis da história” como agentes do Espírito Universal⁴, passando pela História Científica de Leopold Ranke, culminando no historicismo hermenêutico de Wilhelm Dilthey. Estas e outras tendências teóricas, dominantes no século XIX, consideravam, portanto, a biografia como instrumento legítimo do labor historiográfico.

No entanto, no século XX, as tendências teóricas dominantes na historiografia, o Marxismo e os *Annales*, convergiam-se ao desprezarem a valorização do papel causal dos indivíduos no processo histórico. Ambas valorizavam as estruturas socioeconômicas como elementos fundamentais a serem investigados pelos historiadores. A consequência disso foi a desvalorização da biografia pelos historiadores⁵.

O ocaso da biografia não durou muito. Já por volta dos anos 1970, Lawrence Stone, em um polêmico artigo, *The revival of narrative*⁶, constatava o retorno de elementos repudiados pelos *Annales* e pelo Marxismo: a narrativa, a política e a biografia. A partir daí, as tendências teóricas pós-1970, como a 3ª Geração dos *Annales*, o Marxismo Britânico, a Nova História Cultural, conside-

4 Nas palavras de Hegel, Napoleão, Júlio Cesar, etc. são “os grandes homens da história, cujos fins particulares contêm o substancial que é a vontade do espírito universal”. (HEGEL, 1999: 33).

5 No caso dos *Annales*, a rejeição a biografia pelos fundadores L. Febvre e M. Bloch não foi absoluta, já que chegaram a produzir estudos históricos sobre indivíduos, como Marguerite de Navarre, François Rabelais e Martinho Lutero (BURKE, 1997: 39). O que eles rejeitavam era as biografias laudatórias associadas a história política, sem nenhuma problematização. Porém, a partir da chamada 2ª Geração, liderada por Fernando Braudel, a biografia vai sistematicamente ser excluída dentre os *Annales*.

6 O artigo foi publicado no Brasil, em 1991, pela *Revista de História* da Unicamp, com o seguinte nome: “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história”.

raram a biografia, revitalizada pelos avanços teóricos obtidos no século XX, como uma modalidade legítima de escrita e pesquisa histórica.

Nesse sentido, destaca-se a publicação, em 1976, do famoso livro do historiador italiano Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*, sobre a vida de um simples moleiro italiano. Justificando o seu objeto, Ginzburg afirmou que:

Alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo - e justamente por isso representativo -, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico - a nobreza austríaca ou o baixo clero do século XVI (GINZBURG, 1987: 25).

Essa citação é bastante esclarecedora, pois concebe o estudo de pessoas comuns não apenas como uma decisão política, mas também metodológica, já que essas pessoas medianas são paradigmáticas do universo simbólico vigente num determinado substrato cultural.

Nesse sentido, a micro história utiliza determinados indivíduos, para elaborar uma problematização sobre aspectos mais amplos do passado humano. Essa perspectiva foi bem evidenciada na obra de Laura de Melo e Souza, *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*, em que foram analisadas as vidas de pessoas simples da época colonial brasileira. Segundo a autora,

Há ocasiões em que a documentação permite reconstituir ‘não apenas massas indistintas, mas também personalidades individuais’: é quando se abre (...) a possibilidade de focalizar rostos na multidão, de ‘alargar para baixo o conceito histórico de ‘indivíduo’’. Trata-se, na realidade, de procedimento inovador: conferir identidade ao anônimo, dispensar-lhe tratamento que até muito pouco tempo só se tinha em relação aos elementos das classes dominantes (SOUZA, 1986, p. 334).

Uma obra publicada recentemente que utilizou os pressupostos da micro história no Brasil foi *O crime do restaurante chinês*, sobre uma chacina, ocorrida na cidade de São Paulo em 1938. O autor Boris Fausto vincula seu estudo a micro história, porque:

muitas personagens são pessoas comuns, invisíveis no plano dos grandes acontecimentos, e que não figuram na galeria dos ‘grandes personagens da nossa história’. No entanto, suas vidas e suas interações com um amplo contexto social surgem como chaves de entendimento de ângulos ignorados desse contexto, como se fossem facho de luz, capazes de alcançar lugares escuras de uma sala que a luminária do teto não alcança (FAUSTO, 2009, p. 10).

Percebemos, pela análise dessas três obras, que os estudos biográficos da micro história focam em pessoas comuns. Ginzburg tomou como objeto a vida de Menochio, um moleiro do século XVI; Laura de Melo e Souza estudou aspectos da vida de Maria Barbosa, Manuel João, Luzia Silva Soares, Luzia Pinta, Salvador Serra, Adrião Faria, integrantes dos estratos sociais mais baixos da sociedade colonial; Boris Fausto colocou como principal protagonista de sua obra o mulato Arias de Oliveira, um simples operário de São Paulo.

Portanto, esta pesquisa situa-se dentro do referencial teórico da micro história, pois também tem como objeto aspectos da vida de uma pessoa comum. Catulino Viegas foi um funcionário mediano, do estado de Goiás, entre 1915 e 1930. Não formulava decisões, apenas cumpria. Não foi um líder político, como Brasil de Ramos Caiado ou Pedro Ludovico Teixeira; não foi uma personalidade religiosa, como Santa Dica ou Padre Pelágio. Foi apenas um tenente. Mesmo assim, reconstituir as escassas informações sobre a sua vivência pode, ao menos, adentrar o substrato cultural vigente entre as pessoas comuns – notadamente os policiais – em Goiás das primeiras décadas do século XX.

Em termos de enfoque, o objetivo básico da pesquisa foi fazer uma análise da biografia de Catulino Antônio Viegas para compre-

ender melhor detalhes de sua vida (emoções e experiências) e também o contexto político, social e cultural de Goiás nas três primeiras décadas do século XX. Já os objetivos secundários foram: contribuir para uma compreensão melhor da história da polícia goiana na década de 1920 e para recuperar um pouco da individualidade dos integrantes da Velha República em Goiás.

Nos estudos de micro história, é comum utilizar como fontes, os registros produzidos por uma instituição de caráter coercitivo sobre pessoas consideradas “criminosas”. Foi o caso dos estudos analisados por Ginzburg, Laura de Melo e Souza e Boris Fausto, em que os protagonistas eram “criminosos”, respectivamente vítimas da inquisição italiana, da inquisição portuguesa e da polícia paulista, que, por causa desse interesse investigativo, deixaram uma gama de informações minuciosas sobre suas vidas.

No caso desta pesquisa, a situação é bem diferente: Catulino não é um criminoso, mas um policial. Isso impediu a existência de fontes mais sistematizadas e abundantes, como as produzidas em um auto de fé ou em um inquérito policial. Por outro lado, Catulino, não sendo proveniente de famílias tradicionais, conseguiu galgar a hierarquia policial, chegando a tornar-se delegado de polícia. Isso, aliado à sua participação direta em momentos políticos-chaves da década de 1920, possibilitou a existência de registros de natureza diversa sobre a sua pessoa.

As fontes utilizadas nessa pesquisa foram:

- a) Jornais de época: *Correio Oficial*;
- b) O romance *O tronco*, de Bernardo Élis (1974);
- c) Livros de Memória sobre o período, tais como Britto (1980), Passos (1986), Teixeira (1973), Rosa (1974), Ayres Neto (2002 e 2003);
- a) Fontes diversas pesquisadas no Arquivo Histórico Estadual de Goiás;
- b) Relatórios de Presidente do Estado.

A partir da documentação consultada, construiremos uma narrativa sobre alguns momentos da vida de Catulino Viegas.

O ingresso na polícia goiana

Catulino Antônio Viegas nasceu em 1887, em Mato Grosso. Era filho de Delfino Antônio Viegas. Não sabemos quando se mudou para Goiás. Aliás, os primeiros 28 anos de sua existência são um verdadeiro vácuo documental. Catulino entra para a “História”, quando, no dia 12 de março de 1915, alista-se como voluntário no Batalhão da Força Pública de Goiás, em Catalão⁷.

Não sabemos quando e o porquê de Catulino ter se mudando para Catalão, mas a cidade, nas primeiras décadas do século XX, estava passando por um forte crescimento demográfico e econômico. O motivo disso eram as obras da ferrovia, que integraria a economia goiana à economia do Sudeste brasileiro. Com as obras, instalou-se nas redondezas da cidade um acampamento – gigantesco para os padrões da época – de mais de 500 trabalhadores da ferrovia. Além deles, chegaram à cidade investidores, aventureiros, prostitutas, e outras categorias de pessoas, desejosas de absorver um pouco da riqueza que circulava no lugar. Isso tornava o ambiente propício a conflitos violentos. Quase um ano depois de Catulino ter-se integrado a força policial, aconteceu na cidade a “Chacina dos Turmeiros”, um conflito entre os trabalhadores da estrada de ferro e a polícia de Catalão, que deixou um saldo de 10 mortos (OLIVEIRA, 2006). Não encontramos indícios de sua participação na Chacina dos turmeiros. De qualquer modo, Catalão era uma cidade de fronteira, passando por um rápido crescimento econômico e demográfico. Um lugar perfeito para quem quisesse escolher um lugar em busca de novas oportunidades.

Outra questão interessante para o historiador suscitada sobre esse episódio da vida de Catulino era a seguinte: o que levava uma pessoa de 28 anos a mudar repentinamente o rumo de sua vida e ingressar na polícia militar de Goiás?

Ser policial em Goiás nas primeiras décadas do século XX significava ser objeto de um misto de medo, respeito e nojo por parte da população goiana, principalmente a rural. Essa representação negati-

⁷ Conforme informações obtidas no “Caderno para se detalhar o serviço de guarnição e publicação das ordens expedidas a força pública” (1915). In. Arquivo Histórico Estadual de Goiás. Goiânia-GO.

va transparece nos relatos de alguns memorialistas que vivenciaram esse período. Carmo Bernardes, filho de sitiantes, viveu sua infância nos meios rurais goianos nas cidades de Formosa e de Anápolis, herdando a desconfiança sertaneja em relação ao soldado:

A gente tinha ficado de jeito que, quando um soldado vinha de lá, quem estivesse de cá, das duas uma: dava no pé ou sacava a arma e resistia. Não tinha essa regra do trivial de dar voz de prisão, levar preso. O negócio era no cacete, torcer braço, ponta-pé no saco, banho de facão, quando o elemento não ia atirando logo, de chegada (BERNARDES, 1986, p. 230).

Opinião semelhante sobre a polícia se encontra nas memórias do Senhor Venerando de Freitas:

Ao invés da manutenção da ordem, a polícia implantava o terror. Poucos não foram os crimes hediondos praticados pelos policiais contra pacatos cidadãos. O atraso e a falta de comunicação com a sede do Município contribuíram para esse clima de inquietação que se criava, quando destacamento policial aparecia. Para os meninos, então, a figura do policial impunha medo (BORGES, 1980, p. 26).

A explicação para essa representação negativa da polícia presente nas memórias deve ser buscada na atuação da polícia goiana. Antes da institucionalização da polícia em Goiás, a função repressora nos povoados era exercida por um delegado que escolhia seus auxiliares, os *bate-paus*, homens sem fardamento, armados com cacete de madeira. Apenas em 1880 foi criada a Força Policial da Província de Goiás, composta de apenas 100 praças, que percorria a pé à distância da Capital até as cidades onde era requerida a sua presença⁸.

Nesta época era frequente a existência de grupos particulares armados (bandoleiros ou jagunços dos coronéis) que desafiavam

8 Para uma visão geral sobre a representação da polícia goiana, ler o artigo “Cachorros do Governo: a polícia no imaginário sertanejo goiano” (OLIVEIRA, 2004).

abertamente as autoridades. A polícia, diante da fraqueza do conjunto, apelava para coragem individual: os valentões eram recrutados para compor a força pública.

Catulino devia ser um desses homens corajosos, endurecido num ambiente de pobreza e violência. No romance *O tronco*, o alferes Severo, codinome de Catulino, é representado com uma índole marcada pela valentia e pela maldade:

Ser mau, ser capaz de matar e espancar era a suprema glória. Soldado manso não fazia carreira e era dedicado.

_ Não viam o alferes Mariano? Aquilo era uma moça. De uma delicadeza, coitadinho.

_ E Ferreirinha! Ah, esse daí num mata nem uma mosca. Pode tirar o cavalo da chuva que não chega nunca a oficial.

_ Agora, vigio o Severo. Já é comandante! – ponderou Salustiano.

_ E alferes Severo mal e mal assina o nome... Só pra mode a malvadeza. Aquilo, dizem, tem uma morte em cada dedo, juntando os dos pés. (ELIS, 1974, p. 164).

Com alguns sobressaltos, Catulino se adaptou bem ao modo de vida dos soldados. Ainda em 1915, no mesmo ano que se alistou, desertou da força pública, mas foi capturado e obrigado a cumprir o restante do seu tempo de serviço. Depois disso tornou-se um soldado “exemplar”: pelo menos, entre 1915 e 1918 não foi registrado nenhum caso de indisciplina envolvendo Catulino. Em 12 de fevereiro de 1915 recebeu a patente de Alferes.

O registro das suas atividades exercidas, no primeiro semestre do ano de 1918, demonstra as múltiplas atividades que Catulino exerceu na corporação policial:

JANEIRO. A vinte e dois, deixou o comando da terceira companhia assumindo o cargo de agente da enfermaria. A vinte e nove, deixou esse cargo e assumiu o comando da segunda companhia. MARÇO, a quatorze, foi eleito para exercer o cargo de thesoureiro da caixa da musica, durante o primeiro semestre.

ABRIL. A quinze deixou o comando da segunda companhia passando na mesma data a exercer o cargo de agente da enfermaria. A dezoito, deixou o cargo de thesoureiro da caixa da musica. MAIO, a dezesseis, foi dispensado de exercer o cargo de agente de enfermaria. JUNHO, a dezoito passou a disposição da secretaria de finanças. JULHO. A seis, seguir em serviço para o Sitio D' Abbadia⁹.

Essa polivalência parece ter sido bem apreciada pelos seus superiores. Em uma ficha de avaliação, referente ao ano de 1918, assinada pelo major Joaquim Pereira, transparece uma apreciação positiva sobre as aptidões militares de Catulino.

INFORMAÇÃO DO COMMANDANTE¹⁰

Tem disposição física?	Sim
Tem saúde?	Sim
Tem inteligência?	Sim
Tem zelo?	Sim
Tem valor?
Tem instrução prática?	Sim
Tem disciplina?	Sim
Tem capacidade de comando?	Sim.

Não sabemos se a ausência de resposta à pergunta “Tem valor?” foi um mero lapso do escrivão ou representa uma dúvida sobre o caráter de Catulino. De qualquer modo, a conclusão do major foi positivamente formal: “Faço bom juízo deste official”. Provavelmente o major estava sendo sincero, pois o alferes foi um dos 68 soldados indicados para ir a São José do Duro, combater o coronel Abílio

9 *Relação de Conduta dos ofícios e interiores do Batalhão, 1918. In: Arquivo Histórico Estadual de Goiás.*

10 *In. Caderno para se detalhar o serviço de guarnição e publicação das ordens expedidas a força pública. Manuscrito. Ano de 1918. In. Arquivo Histórico Estadual de Goiás (Goiânia).*

Wolney. Em recompensa pelos seus méritos, Catulino recebeu um presente de grego.

A participação no conflito em São José do Duro

A chacina do Duro, imortalizada pela maestria literária de Bernardo Elis em *O Tronco* é um dos melhores retratos da brutalidade relativa ao sistema coronelístico em Goiás. O conflito envolveu o poderoso Abílio Wolney¹¹, filho do fazendeiro Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, que dominava o extremo norte de Goiás, especificamente a vila de São José do Duro (atualmente Dianópolis- TO).

Antigos aliados do chefe político supremo de Goiás, o deputado Antônio de Ramos Caiado (mais conhecido por Totó Caiado), os Wolney capitalizaram posições políticas importantes: Abílio foi deputado estadual, deputado federal, administrador da mesa de renda, tenente coronel. No entanto, as famílias Wolney e Caiado romperam em 1912, iniciando uma hostilidade que culminaria no conflito sangrento de janeiro de 1919¹².

Como era praxe no sistema coronelístico, com o rompimento entre os políticos locais e o governo do Estado, os principais cargos políticos de São José do Duro são preenchidos por inimigos da família Wolney, destacando-se a figura do juiz Manoel José de Almeida, antigo inimigo da família. A situação ficou tensa depois que os Wol-

11 Pois, possuía por volta de 16 fazendas e grande quantidade de gados. (AYRES NETO, 2003, p. 167-168)

12 Uma explicação sobre o rompimento entre as duas famílias foi um desentendimento ocorrido entre Abílio Wolney, presidente da Assembleia Legislativa de Goiás e o deputado Totó Caiado:

– Deputado Ramos Caiado, nenhuma palavra a mais! Em nome da ordem, retire-se dessa casa.

Totó deu passos para o desagrado, mas refluíu ao gesto de Abílio que levou a mão a gaveta da mesa simulando sacar uma pistola, embora não a tivesse ali.

Caiado saiu, mas deixou claro:

– Isso não vai ficar assim. (AIRES NETO, 2002, p. 107)

ney utilizaram os seus jagunços para obrigar o juiz a aceitar o inventário de uma cliente de Abílio Wolney. Após o acontecido, o juiz, o delegado Joaquim Monteiro de Rezende, o coletor Sebastião Brito de Guimarães, enviaram diversos telegramas às autoridades estaduais pedindo a intervenção militar em São José do Duro.

O presidente do estado, João Alves de Castro, começou a procurar um juiz para averiguar e julgar os acontecimentos em São José do Duro. Depois das evasivas de alguns juizes que não queriam se intrometer em tão grande vespeiro, o magistrado da cidade goiana de Pouso Alto, Celso Calmon, provavelmente procurando visibilidade no início de sua carreira, aceitou a incumbência. Com ele se dirigiu para São José do Duro por volta de 60 policiais. Na tropa estava Catulino Antônio Viegas.

Depois de uma longa caminhada, que durou de 31 de julho a 11 de setembro, a guarnição chegou a São José do Duro, onde improvisaram um quartel e um gabinete para o juiz Celso Calmon, desapropriando temporariamente algumas casas particulares. O juiz decretou a prisão de Abílio e de seu pai a fim de serem julgados. Durante a tentativa de prisão, Joaquim Ayres Cavalcante Wolney e um dos seus jagunços foram mortos pela polícia.

Após esse fato, o juiz Celso Calmon, acompanhado de 10 oficiais de polícia, abandonaram a vila, mas antes de partir retirou do cargo de comando da força pública o tenente Antônio Seixo de Britto e nomeou Catulino Antônio Viegas como o comandante da força pública. O juiz explicou a sua ação da seguinte forma: “Antes de sahir, porém retirei do tenente Britto o comando da força, devido a umas irregularidades praticadas por esse official, segundo fui informado e pedi ao Governo a nomeação do Alferes Catulino Antônio Viegas para delegado em comissão do duro.¹³”

A simpatia de Celso Calmon por Catulino é evidente. Na parte redigida pelo juiz no relatório do presidente João Alves de Castro, Celso Calmon cita varias vezes o nome do soldado, que sempre se

13 CALMON, *Mensagem do presidente do Estado de Goiás João Alves de Castro de 13 de maio de 1919*. In: www.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas.

mostrou prestativo às ordens do magistrado¹⁴. Assim, Catulino fica chefiando a tropa de soldados, cercada por inimigos mais numerosos e bem armados, prontos a invadir a vila de São José do Duro.

Os fatos que se seguem são dignos das mais bem elaboradas tragédias. Abílio Wolney foge para a Bahia de onde retorna com aproximadamente 200 jagunços e cangaceiros, visando recuperar o controle da vila das mãos dos policiais. Em resposta,

Catulino, se valendo então de instrumentos de suplício, usados no tempo da escravidão, mandou reforçar estes objetos infernais e neles prenderam todos os cidadãos de destaque na cidade; muitos parentes de Abílio Wolney serviram de reféns naquele objeto chamado “tronco” que consistia numa peça maciça de arceira, com vários buracos, em que prendiam as pernas dos prisioneiros, sendo a parte superior trancada com cadeados possantes. Nove foram os prisioneiros naquele instrumento de suplício¹⁵.

Diante do ataque dos jagunços, os reféns são mortos. O combate dura três dias, até que os policiais abandonam a vila; muitos fogem disfarçados de mulher.

A Chacina do Duro repercutiu nos principais jornais do país como “uma campanha de descrédito contra o Estado”, nas palavras do presidente do Estado, João Alves de Castro¹⁶. Por isso, quando Catulino se apresentou, no dia 16 de março de 1919, ao Batalhão da Polícia da Cidade de Goiás, foi colocado em prisão domiciliar:

14 No livro *O tronco*, o personagem que representava o juiz Celso Calmon tem os seguintes pensamentos sobre Catulino: “Mendes de Assis! Esse Mendes de Assis [Antônio Seixo Britto] não merecia confiança. Preferia que fosse o alferes Severo [Catulino] o comandante da escolta, mas infelizmente não era possível. Tinha que obedecer à hierarquia militar. (ÉLIS, 1974, p. 129).

15 Essa descrição é de um dos descendentes dos Wolney. Ver: <http://abilio-wolney.blogspot.com/2006/06/abilio-wolney-aires-neto-no-tribunal-da.html>

16 *Mensagem de João Alves de Castro à Assembléia Legislativa de Goiás em 13 de maio de 1919*. In. www.brazil.crel.edu/bsd/bsd/bsd.

Apresentaram-se vindos de São José do Duro o 2º Tenente Catulino Antonio Viegas, 3º sargentos graduado Benedito Matheus Curcino Salvados, José Ribeiro cabos graduados José Gertrudes Tavares, José Joaquim Lino soldados Januário Bispo dos Santos, Manuel Pereira da Silva, Vicente José Cardoso, Estevam Correia Mendes e João Gonçalves Dantas, ficando o oficial preso para resolver a conselho de investigação em casa de sua residência¹⁷.

Posteriormente, o presidente do Estado e o juiz Celso Calmon são intimados a se explicarem ao Governo Federal. Catulino é acusado do assassinato de um dos reféns¹⁸ o que provoca a sua exoneração da polícia:

Considerando que os crimes commettidos, embora não apurados em processo regular, são de natureza tal que não podem permitir que, por mais tempo, os seus indigitados autores permaneçam exercendo cargo de confiança do Governo e fazendo parte de tão importante corporação, como é o Batalhão de Polícia:

Resolvo exonerar, dos cargos que occupam, o 1º tenente Antonio Seixo de Britto e os 2º tenentes Ulysses de Souza Almeida, José

17 In. *Secretaria de Governo – Registro dos detalhes e ordens do dia expedidas pela sala da presidência à Força Pública*. Manuscrito. Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

18 Sobre isso, narra Aires Neto: !No cômodo de uma casa ao lado, encontraram ainda um sobrevivente já nos braços do seu genro, o prof. João Correia de Melo. Era o menor Oscar Leal, que depois de uma luta corporal travada com o oficial que entrou para executá-lo, ainda folguejava, apesar do rombo causado por um tiro na região do fígado. Nos estertores da morte, o filho de Ana Custódia Wolney e João Batista Leal ainda pôde dizer a Abílio Wolney e outros presentes que foi o Alferes Catulino Antônio Viegas que o feriu no momento da fuga dos últimos soldados dos quartéis improvisados nas casas grandes do largo da *Vila*, cujo oficial disse que as mulheres que estavam confinadas no *Casarão* também seriam mortas. (AIRES NETO, 2003, p. 19).”

Francisco de Salles e Catulino Antônio Viegas, que estiveram destacados em S. José do Duro.¹⁹

Catulino foi acusado como o principal responsável pelas mortes dos Wolney em São José do Duro e exonerado de suas funções. E o mais grave: o ex-policial é condenado a 25 anos de prisão. É possível imaginar o momento de apreensão do nosso personagem, ao vislumbrar uma perspectiva sombria para o seu futuro.

De prisioneiro a delegado de polícia

No entanto, Catulino não ficou muito tempo na cadeia e fora da Força Policial de Goiás, pois um decreto do governo estadual anistiou todos os policiais envolvidos na Chacina do Duro. O processo aberto na Justiça Federal prescreveu-se. Em 1924, têm-se novas notícias de Calmon e Catulino. Agora, Celso Calmon era Juiz da Comarca de Santa Rita do Paranaíba e o tenente Catulino Viegas era delegado de Buriti Alegre. Nesta cidade os dois tiveram um pequeno entrevero. Conforme memórias de Francisco de Brito, pressionado pelo juiz Calmon, o carcereiro denunciou que foi o tenente Catulino, embriagado, quem fez inúmeros disparos pela cidade. O que aconteceu depois é ilustrativo da personalidade do tenente:

Defrontando com o seu delator, o tenente Catulino, furioso, dirigiu-lhe impropérios e, não satisfeito, sacou do revólver para assassiná-lo. Rápido, o dr. Calmon travou-lhe o braço, exigindo que a arma lhe fosse entregue. Entraram em luta corporal, dela participando o subpromotor a favor do juiz. Em plena rua os três rolaram pelo chão, sendo o militar afinal, subjugado e desarmado.

¹⁹ *Despacho do Presidente João Alves de Castro*, Cidade de Goiás, 5 de maio de 1919. In. *Mensagem de João Alves de Castro à Assembléia Legislativa de Goiás em 13 de maio de 1919*. In: www.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas

Exaltado até ao paroxismo, o tenente passou a insultar o dr. Calmon, responsabilizando-o pelas mortes ocorridas em São José do Duro (BRITTO, 1980, p. 86).

Apesar de mostrar que as feridas abertas em São José do Duro não estavam totalmente cicatrizadas, pelo menos para Catulino, a briga não teve consequências sérias, nem abalou a velha parceria entre o juiz e o soldado. No ano seguinte, os dois atuaram em outro acontecimento significativo da repressão do Estado à cultura popular em Goiás: a prisão de Santa Dica.

Desde 1923, no vilarejo da Lagoa, município de Pirenópolis, pessoas diversas (doentes, pequenos proprietários rurais, pequenos comerciantes, boiadeiros, trabalhadores rurais e desocupados) aglutinaram-se em torno da bonita adolescente de 16 anos – que teria ressuscitado – Benedita Cipriano Gomes, conhecida como Santa Dica. Antes dos milagres de Santa Dica, Lagoa não contava com doze moradias, já no ano de 1925, provavelmente, havia mais de quinhentas pessoas morando no lugar, sem contar os romeiros cujo número chegou a 60 mil em dois anos. Gradativamente, o reduto passa a ser um incômodo aos segmentos dominantes da cidade de Pirenópolis: ameaça à propriedade, pois os seguidores de Santa Dica ocupavam uma fazenda particular e a própria Dica teria mencionado que “terra é de Deus”; ameaça ao uso da força de trabalho, pois não se trabalhava aos sábados nem aos domingos na Lagoa, contrariando a legislação e os costumes trabalhistas; ameaça ao catolicismo institucionalizado, pois uma leiga estava usurpando as funções do clero católico (VASCONCELOS, 1991).

De início, Santa Dica e seus seguidores não foram vistos como ameaça pelo Governo Estadual. Em 1925, os *diqueiros*, como seus seguidores eram conhecidos, foram até convidados a se integrar a “Coluna Caiado” e, em setembro, ela e cerca de 400 homens armados foram até a Capital participar dos exercícios militares preparativos para combater a Coluna Prestes que ameaçava a força pública de Goiás. Essa demonstração de força deve ter assustado os políticos da cidade de Goiás que, de repente, perceberam que o messianismo era tão ou até mais perigoso para a República do que

a Coluna Prestes²⁰. O Governo do Estado aceitou, então, a denúncia dos coronéis de Pirenópolis contra Santa Dica e seguidores, sendo aberto o processo no dia 10 de outubro de 1925 e, já no dia seguinte, Celso Calmon, agora no importante cargo de Chefe de Polícia do Estado, decretou a prisão preventiva contra Santa Dica, acusando-a de encenação fraudulenta e do exercício de “espiritismo, magia e seus sortilégios”.

Oitenta policiais montados – uma novidade recente – são designados para cumprir a ordem de prisão. Na noite de 14 de outubro, sorratamente, cercam o povoado de Lagoa. Então o Tenente Catulino Antônio Viegas e alguns soldados entram no povoado para prender Santa Dica. Segundo versão da polícia, José Cypriano Gomes, tio de Dica, saca uma arma contra os policiais, iniciando um tiroteio cerrado: onze pessoas, no total, morreram (6 por tiros e 5 afogadas no rio do Peixe, tentando escapar dos tiros).

Catulino e a Revolução de 1930

Depois desse episódio, Catulino continuou atuante na polícia goiana. Em 9 de janeiro de 1930, assumiu o cargo de “delegado em comissão” na comarca de Rio Verde. A cidade, reduto político de Pedro Ludovico Teixeira, era o principal foco de oposição ao grupo liderado pela família Caiado. Será que Catulino foi enviado a cidade como uma espécie de agente para combater o foco revolucionário?

Não temos documentos que permitem corroborar essa hipótese, mas é certo que o delegado estava preparado para enfrentar

20 Sobre isso, é esclarecedor o Relatório do juiz Celso Calmon, no inquérito sobre Santa Dica: “O nosso Brazil, até certo tempo, virgem dessas infelicidades, teve como primórdios da superstição entre o seu povo, os factos que mais altamente bradaram contra a nossa civilização – resumidos na tragedia de Canudos, na Bahia; e na catastrophe occorrida no Rio Grande do Sul. – Chegou, também, a vez de Goyaz pagar o seu tributo, tributo caro e vergonhoso, mas felizmente, a tempo jugulado.” In. *Relatório do Chefe da Polícia Celso Calmon Nogueira da Gama*. In. *Mensagem de Brasil de Ramos Caiado enviada ao legislativo em 14 de maio de 1926*. www.crl.edu/brazil/provincial/go%C3%ADas

os revolucionários. Desse modo, quando Pedro Ludovico voltou de Uberlândia com 110 homens, visando tomar o poder, foi rechaçado nas imediações de Rio Verde por uma tropa superior (SILVA, 2001, p. 122). Derrotado, Pedro Ludovico foi conduzido preso pelo delegado de polícia. Ele relata que “seguimos e, 15 minutos depois, atingimos a primeira rua de Rio Verde, onde o Tenente Catulino Viegas nos esperava. Foi muito delicado comigo, perguntando-me se queria ir a pé ou de automóvel.” (TEIXEIRA, 1973, p. 37).

A urbanidade com que o Tenente tratou Pedro Ludovico na cadeia não o impediu de praticar ações questionáveis. O *Correio Oficial* publicou, em 29 de janeiro de 1931, um relatório, denunciando atos de Catulino durante as ações revolucionárias. Ele afirma que:

os Srs. Tte. Catulino Antônio Viegas e Cap. Valério da Cunha Porto, commandante de forças aqui estacionadas, com o fito de combater a revolução, valendo-se do poderio de que dispunham no momento, obrigaram o menor Jesus do Couto a abrir-lhes as portas da pharmacia pertencente aos Srs. Veiga & Santos Cruz, sita nesta cidade, na suposição em que estava do que a mesma fosse de propriedade do Dr. Pedro Ludovico Teixeira, que se achava preso nesta cidade, e contra quem voltavam todo o ódio dos políticos governistas da ocasião, pela sua tentativa de tomada desta cidade pelas armas, a fim de se abastecerem, como fizeram, de medicamentos para uso de suas tropas, a custa dos adversários²¹.

Depois dessa requisição forçada de medicamentos, visando deliberadamente causar prejuízos materiais aos seus inimigos políticos, Catulino teve uma conversa com Pedro Ludovico que demonstra sua proximidade com a família Caiado: “o dia 24 de outubro, pela madrugada, entrou no meu cárcere o Tenente e me declara que recebera

21 *Jornal Correio Oficial de Goiás*. Cidade de Goiaz, 29 de janeiro de 1931. In. Arquivo Histórico Estadual d e Goiás.

a ordem do Senador Ramos Caiado de me remeter a velha Goiás” (TEIXEIRA, 1973, p. 38). De fato, uma escolta levou Pedro Ludovico para a cidade de Goiás, mas chegando às imediações da capital, o grupo que a Revolução havia triunfado. Era o fim da República Velha em Goiás e o início do período ludoviquista.

Não sabemos o que aconteceu com Catulino, mas é provável que tenha sido exonerado ou aposentado compulsoriamente pelo novo regime²². A sua relação com os Caiado era muito próxima para ser ignorada pelos revolucionários de 1930. De repente, as estruturas sociais e políticas que resultaram na Revolução de 1930 veio abalar a vivência de um policial de um estado periférico da federação que, a partir de agora, teria que se adaptar a novos tempos.

Considerações finais

Enfim, tivemos a oportunidade de acompanhar uma etapa da vida de um personagem que participou de momentos decisivos da história de Goiás na década de 1920. Catulino não foi um grande político, mas sem homens como ele, os políticos jamais seriam grandes. Catulino era o cumpridor de ordens, mesmo que fossem ordens difíceis, como as de enfrentar a poderosa tropa de jagunço dos Wolney ou prender uma líder carismática como Santa Dica ou um líder revolucionário como Pedro Ludovico. Catulino não hesitou em nenhuma dessas tarefas. Era corajoso o suficiente para rolar no chão, numa briga homérica, com o juiz Celso Calmon, seu parceiro no uso da força do Estado. Portanto, estudar a sua vida possibilita conhecer um pouco dos bastidores da República Velha em Goiás. Numa época de homens valentes e destemidos, podemos afirmar que valente mesmo era Catulino.

22 Lindolpho dos Passos, que assumiu o cargo de Capitão Militar da Polícia goiano, no ano de 1930, afirma que a exoneração dos antigos policiais atingiu 30% da tropa: “com a dissolução parcial do Batalhão, demissões, reformas de oficiais e exclusão de praças, a mesma sofreu um desfalque de 30% no seu total efetivo (PASSOS, 1986, p. 73).

Referências

AIRES NETO, A. W. *O diário de Abílio Wolney*. Anápolis: Edição do autor, 2002.

_____. *O Duro e a intervenção federal*. Anápolis: Edição do autor, 2003.

BERNARDES, C. *Quarto Crescente*. Goiânia: UFG, 1986.

BORGES, V. de F. *Dobras do tempo*. Goiânia, 1980.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1981.

BRITTO, F. de. *Memórias de outro tempo: 1904-1959*. Goiânia: Editora e Gráfica Abertura, 1980.

BURKE, P. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa na historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

BURKHARDT, J. *A cultura do renascimento na Itália*. Brasília: Editora da UnB, 1991.

ÉLIS, B. *O Tronco*. São Paulo: editoras José Olympio, Civilização Brasileira e Três, 1974.

FAUSTO, B. *O crime do restaurante chinês*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes - o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da UnB, 1999.

OLIVEIRA, E. C. *Cachorros do governo: a polícia no imaginário sertanejo goiano*. Revista da UFG, v. 7, n. 01, jun./2004. Disponível em: www.proec.ufg.br.

OLIVEIRA, E. C. *História do medo e das Catástrofes em Goiás*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília: 2006.

PASSOS, L. E. dos. *Goiás de Ontem: memórias militares e políticas*. Goiânia: Edição do autor, 1986.

ROSA, J. *Por esse Goiás afora*. Goiânia: Editora Livraria Cultura, 1974.

SILVA, A. L. da S. *A Revolução de 1930 em Goiás*. Goiânia: Cânone editorial, Agepel, 2001.

SOUZA, L. de M. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

TEIXEIRA, P. L. *Memórias*. Goiânia: Livraria Cultura Goiana, 1973.

VASCONCELOS, L. de. *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*. Goiânia: UFG, 1991.

CAPÍTULO 4 – IDAS E VINDAS NOS GIROS DAS FOLIAS: ELOS QUE UNEM RELIGIOSIDADE, CULTURA POPULAR E SOCIABILIDADE¹

*Maria Idelma Vieira D'Abadia²
Ondimar Batista³*

As festas representaram desde o início da colonização uma imbricação entre o sagrado e o profano. O catolicismo de elite cede lugar ao catolicismo popular, a partir do momento em que negros e índios se apoderam de certas manifestações religiosas para imprimir nas mesmas seus rituais, seus mitos, suas danças e músicas representando uma forma de resistência em defesa de sua cultura e de suas tradições como afirma Pessoa (2007, p. 03) “tendo sido formado por uma fabulosa mistura de povos milenares e festeiros como o indígena, o europeu e o negro, o Brasil não poderia fugir a essa universalidade da festa”.

No processo de colonização o contato entre o cristianismo europeu e as práticas animistas de indígenas e negros, tornou possível a mediação entre as crenças animistas e o ideário cristão, uma vez

1 Esse artigo é uma versão revisada e ampliada de um texto publicado no III Congresso Internacional de História da UFG/Jataí, 25 a 27 de setembro de 2012, na Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí – GO, cujo conteúdo é parte das reflexões que envolvem os resultados do Projeto de Pesquisa “Dinâmicas da Paisagem Cultural: manifestações da religiosidade popular no município de Anápolis-GO” 2011/2012 – PRP-UEG, desenvolvido no Centro Interdisciplinar de Estudos África - América – UEG. E também integra resultados, pesquisados para a cidade de Anápolis no ano de 2012 no Projeto Pró-cultura: A dimensão territorial das festas populares e do turismo: estudo comparativo do patrimônio imaterial em Goiás, Ceará e Sergipe – MINC/CAPES – 2010/2013.

2 Professora do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da UEG, doutora em Geografia-IESA/UFG, professora do curso de Geografia na Universidade Estadual de Goiás (UEG). *E-mail*: midabadia@bol.com.br.

3 Professora do Curso de Geografia na Universidade Estadual de Goiás (UEG), mestre em Geografia (IESA/UFG). *E-mail*: ondimarb11@yahoo.com.br.

que as imagens e o simbolismo do cristianismo davam concretude ao intangível (RIOS, 2006).

As atividades de caráter religioso (missas, novenas, procissões) ministradas por sacerdotes se distinguem daquelas consideradas de caráter profano-religioso, o festivo, o alegre, como as Congadas, Falias, Império do Divino, Reisados, entre outras, que mesmo sendo promovidas por leigos tem o aval da Igreja. Desde o momento em que se instala na colônia o processo de ocupação territorial, essas últimas manifestações festivas e profanas criam condições para a proliferação do catolicismo popular, que na visão de Costa e Costa (s/d.) configura-se como “uma religião aculturada pelos meios populares. Nestes predomina, em geral, um universo dominado pelos sentimentos e as paixões [...] se caracterizam pelo gesto, pelo festivo e pelo costume”.

A presente discussão pauta-se, portanto, no enfoque dado às questões da religiosidade, da cultura popular e da sociabilidade, pilares de sustentação da festa e, por extensão, da folia, que representam uma herança social do saber, de valores e crenças. O texto estrutura-se em duas partes: na primeira discute-se o contexto histórico das folias e a promoção da sociabilidade advinda desse festejo popular. A segunda parte apresenta uma leitura das folias na cidade de Anápolis e suas manifestações.

O ponto de partida: reflexões sobre a prática das folias no Brasil

A folia tem suas raízes nos países ibéricos e, para Rios (2006), está ligada a dramas sacros encenados nas igrejas ainda na Idade Média, sendo feita com cantos, danças e acompanhamento de pandeiros rendendo homenagem ao Menino Jesus com a figura dos Três Reis Magos. Da música sacra e em latim, ela ganha novos contornos e dessa forma os jesuítas utilizaram os dramas, a música e a dança como elementos para a catequese. Nessa linha de pensamento também outros autores argumentam que as folias representavam comemorações do período natalino com doações e presentes a partir de cantorias e danças realizadas nas casas; posteriormente foram trazidas pelos jesuítas para o Brasil, como elemento catequizador dos gentios.

É a partir do momento que a Igreja passa a proibir as manifestações profanas e os rituais da religiosidade popular, que as folias ganham as periferias das cidades pequenas, de povoados, ficando muitas delas, restritas ao ambiente rural e só em meados do século passado voltam a construir seu território na zona urbana por meio da prática social, do convívio e da manutenção das tradições. É um território fluido, seccionado, sem continuidade, uma vez que se manifesta apenas onde a folia se faz presente.

É necessário enfatizar que vários fatores foram determinantes para o retorno das Folias para a zona urbana, seu local de origem. No Brasil do século XX ocorreram inúmeras transformações de ordem social, política e econômica. O processo de industrialização, a intensificação da urbanização atrelada ao êxodo rural, entre outros, acabam por alterar significativamente os traços culturais de manifestações populares como é o caso das folias. A folia como parte da festa conforme Arantes (1998), não pode ser cristalizada, pois é dinâmica, sendo impossível evitar as mudanças subjetivas que ocorrem conforme o momento histórico em que são produzidas. São as mudanças que asseguram a continuidade, bem como a sobrevivência das tradições e dos costumes, portanto da festa, da folia, da religiosidade e cultura popular. Nessa mesma linha de pensamento Rios (2006, p. 68) afirma que “a partir de meados da década de 90, as folias chegam mesmo a ganhar novo impulso com o contexto da revalorização da cultura popular, como reação à homogeneização global”.

Ainda nesse mesmo pensamento, as palavras de Burke são esclarecedoras ao afirmar que:

na realidade, não há propriamente uma invenção das tradições e sim uma recriação ou mesmo uma reconstrução, já que o que ocorre não é tanto a criação a partir do nada, mas uma tentativa de bricolagem, de dar novos usos a materiais antigos. Para esse historiador, a cultura é continuamente recriada, "como uma espécie de canteiros de obras onde os andaimes nunca são desmontados porque a reconstrução cultural nunca termina (BURK apud SILVA, 2001, p. 107).

Transplantada para a cidade, a folia se reinventa e se reatualiza conforme seu novo espaço. Espaço esse marcado por conflitos, estranhamentos, preconceitos e individualismos em oposição aos valores cultivados no meio rural onde se valoriza o coletivo, a sociabilidade a comunhão, o companheirismo, a ajuda mútua, entre outros. Nas palavras de Silva, os espaços urbanos são:

espaços reduzidos, sociabilidade, marcada, muitas vezes, por conflitos, violência, preconceitos, e, sobretudo, por sinais de estranhamento mútuo. A sociabilidade ancorada nas relações primárias, caracterizadas pelo reconhecimento interpessoal e auto reconhecimento, cede lugar à sociabilidade individualizada e estranhada. Com o passar dos anos, a vida social foi sendo reconstruída nesses novos espaços. No entanto, as tradições, a cultura do mundo de antes, não couberam nos limites desses espaços. Foi necessária a construção dos *lugares* para protegê-las, para impedir sua morte (SILVA, 2001, p. 103).

Nesse sentido, a folia encontra na cidade seus lugares como afirma Gaeta (1997), a experiência popular religiosa se reatualiza com experiências vividas de incontáveis maneiras e estão presentes no cotidiano sob formas variadas, descontínuas e surpreendentes. Nos dias atuais a folia perpassa dois espaços: o urbano e o rural, sendo os donativos provenientes de ambos.

Os festejos que envolvem a folia constituem uma tradição transmitida de pai para filho, tradição essa, ameaçada em virtude do desinteresse dos mais jovens cooptados pela cultura de massa e incorporação de sons modernos, além da perda do coletivo e do espaço para as tradições. As condições de transição que ora perpassam o ambiente em que ocorrem as folias e suas práticas religiosas e festivas, refletem as mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX e nesse princípio do novo milênio como observa Almeida e Mota, em estudo realizado nas folias dos bairros periféricos da Região Metropolitana de Goiânia.

Todavia, ao migrar do campo para a cidade estas manifestações encontram um ambiente diferente. No meio urbano, as Folias de Reis se viram obrigadas a se modificar e se adaptar ao local em que se instalaram. No campo, os grupos de folias buscavam em sua grande maioria, realizar seus “giros” no período do ciclo natalino, e o maior propósito de sair e acompanhar uma “Companhia de Reis” na roça estava na devoção (ALMEIDA; MOTA, 2011, p. 6).

As condições enfrentadas por essas folias, na cidade, para preservar suas tradições são demonstradas pelas adaptações como os giros de carros, o repouso nas próprias casas dos foliões ou alojamentos e não no local do pouso oficial da bandeira, o giro fragmentado, uma parte na zona rural e outra urbana.

O giro é o cumprimento da jornada que se inicia com a retirada da bandeira da casa do festeiro, e seu objetivo maior é angariar fundos por meio das esmolas dadas e se completa ao voltar ao ponto de partida. O percurso feito pelos foliões é acompanhado por muita cantoria e essa sofre variações de acordo com os rituais; há versos próprios para a chegada, para a louvação e para os agradecimentos.

Embora as folias apresentem variações de um lugar para outro, elas têm em comum alguns rituais, como: a bandeira colocada sobre o altar, o beijo das fitas, a reza do terço, a comida farta para os foliões com o privilégio de serem os primeiros a se servirem e as cantorias de chegada, louvação, despedida e agradecimento.

A folia expressa uma religiosidade coletiva carregada de solidariedade e sentimentos de pertencimento, trazendo para o mesmo cenário um misto de pessoas em suas variadas e inúmeras formas de se expressar ao sagrado. Essas pessoas, as quais atuam em momentos de muita fé e religiosidade, também agem nos rituais profanos durante o período da folia. Ou seja, as festas de Reis envolvem um grande número de pessoas da comunidade como expressa Torres e Cavalcante:

As Festas de Santos Reis contam com grande envolvimento da comunidade. Os moradores/devotos incentivam os Grupos de

Reis, ajudando como podem. Muitas famílias fazem questão de recebê-los em suas casas, oferecendo lanches para os integrantes. Costureiras costumam destinar um pouco de seu tempo para a confecção das indumentárias e artistas plásticos doam um pouco de sua arte aos “Santos Reis”. Outros se destinam a acompanhar os Grupos em suas peregrinações pelas ruas das cidades, ajudando no que for preciso (TORRES; CAVALCANTE, 2007, p. 20).

Nesse sentido a participação popular comunitária garante a dinâmica da folia e se prepara para a festa, ponto culminante de devoção aos Santos Reis. Reproduzida em várias partes do Brasil, no estado de Goiás e seus municípios, também irá se repetir os festejos de Reis com suas Foliás. Na próxima sessão apresentamos uma discussão e os resultados do estudo a respeito das foliás na cidade de Anápolis-Go, um dos 246 municípios do estado em que essa prática é uma tradição.

As foliás em Anápolis – GO: práticas tradicionais no espaço urbano

Historicamente o município de Anápolis surgiu ligado às manifestações da religiosidade popular e tem forte representação dessas manifestações. Segundo o relato do historiador Polonial (2007, p. 15) sintetizando o surgimento da cidade, suas bases se dão pelos tropeiros e viajantes ainda no século XIX, quando narra o relato da passagem de Saint-Hilaire por essas paragens:

[...] parei na Fazenda das Antas situada acima do rio do mesmo nome de um dos afluentes do Corumbá. A fazenda era um engenho de açúcar que me pareceu em péssimo estado de conservação, mas o rancho que fazia parte dela era espaçoso e limpo e foi ali que nos instalamos. Foi nesse galpão que encontrei os mercadores de Araxá... Eles percorriam as fazendas levando cobertores, chumbo para caça e outros artigos que trocavam por bois.

A base histórica da cidade é dada por um entreposto de tropeiros que no seu caminho possibilitou o pouso de Ana das Dores⁴ e sua imagem de Santana permanecendo ali para sempre e dando início através de seus descendentes, à construção da capela ao orago de devoção e a doação de terras, fatos que deram origem ao fundamento da cidade em 1870.

Em 1873 foi criada a freguesia de Santana das Antas; na data de 15 de dezembro de 1887, foi elevada à categoria de vila, que só foi instalada em 10 de março de 1892 e, em 31 de julho de 1907, foi elevada à cidade, com o nome de Anápolis. O município de Anápolis tem forte representação das manifestações religiosas culturais católicas, tanto das festas de padroeiros como das folias. Nesse capítulo discorreremos brevemente sobre as folias acompanhadas durante a execução do projeto já referido no texto.

A disposição dos giros de folias em Anápolis está atrelada a uma religiosidade popular dos grupos provindos do campo para a cidade. Nessa dinâmica a “realidade socioeconômica de Goiás se caracteriza por uma economia de base agropecuária e por isso se constitui num laboratório de pesquisa sobre a cultura camponesa” (DUARTE, 2001, p. 114).

Em vista de tal afirmação compreende-se a busca e os estudos de movimentos culturais em Goiás e no caso desse artigo, o enfoque dado às folias em Anápolis em razão de suas origens na zona rural, de onde partem bom número de manifestações populares de cunho cultural, como é o caso das folias, dos mutirões, das romarias, dentre outros. São movimentos de resistência e luta, considerados culturais, uma vez que, como afirma Geertz (1989, p. 43) “a cultura é uma rede tecida pelas sociedades, carregada de significados múltiplos, que só podem ser decifrados quando inseridos no devir histórico e social”. A sociedade no seu misto de habilidades e ligações promove intriga-

4 Ana das Dores segundo a tradição oral foi a mulher responsável pela fundação da cidade. No seu trajeto de Jaraguá a Bomfim (atual Silvânia) permanece na cidade após um de seus animais, que carregava a imagem de Santana, não querer seguir a viagem.

das relações e nas festas estão expostas essas relações abrangendo as questões da vida e da cultura dos sujeitos envolvidos nessas práticas.

Para Brandão (1989, p. 13), numa festa deve-se “intercalar momentos de rezar, comer, beber, cantar e dançar. Enfim, de “festar”, palavra brasileira que deliciosa e sabidamente, resume tudo o que se deve fazer em uma festa popular”. A partir dessa máxima apresentamos as diversas folias e suas práticas de festas encontradas em Anápolis.

Iniciamos nossa exposição pelas Folias de Reis e algumas de suas características. Durante a pesquisa, obtivemos informações de seis grupos de folias de Reis que realizam seus giros na cidade de Anápolis e um na zona rural do município. Desse total acompanhamos o giro de três grupos e participamos de três entregas de coroas, ou seja, da Festa de Santos Reis no dia 06 de janeiro de 2012. Praticamente esses grupos concentram suas atividades nos bairros Novo Paraíso, Paraíso e Vila Mariana, situados na região sudoeste da cidade.

Essas folias seguem uma tradição de família e atuam principalmente na comunidade onde vivem, embora se desloquem para outras regiões, inclusive a zona rural. Existem três grupos que praticam o giro de folia na mesma época, sendo eles: Discípulos de Santo Reis, Folia de Santos Reis do José Pereira e a Folia de Reis dos Cassianos.

O grupo *Discípulos de Santo Reis* atua principalmente na região do Novo Paraíso; é um grupo consideravelmente grande entre homens, mulheres, jovens e crianças, mas entre eles as mulheres só participam externamente, fazendo as comidas e organizando os lugares dos pousos que, na maioria das vezes, ocorrem dentro a família do organizador. São pessoas simples, com baixo nível de escolaridade. Essa constatação foi obtida após análise dos 12 questionários aplicados aos integrantes do grupo num total aproximado de 30 pessoas.

Nesse conjunto observou-se que somente um integrante do grupo tinha nível superior e não atuava na organização da folia. Na maioria das vezes os giros são feitos próximo ao local de saída, mas podem ir a outros bairros. Um exemplo é o Filostro, bairro distante da origem dessa folia, mas que abriga moradores ligados por laços familiares e de afinidades com a tradição de receber em suas casas, a bandeira de San-

tos Reis da Folia dos Discípulos. Nesse bairro o giro acontece durante um dia. O principal ponto de apoio, para essa folia, é um barracão de palha construído no lote da casa do organizador e de seus filhos, tudo com muita simplicidade. O grupo tem como hábito ingerir pinga e fumar bastante durante o período do giro. Essa prática torna-se uma tradição durante a folia, à qual, jovens e adolescentes já aderiram.

Outra característica forte entre eles é a participação de crianças que, desde pequenas, já tocam os instrumentos, cantam e participam integralmente durante todo período da folia. Para Pessoa (2007, p. 4) “uma criança ou adolescente aprendendo a tocar um instrumento ou ensaiando um passo numa dança, para também fazer parte da festa da sua família, vizinhança ou comunidade, é uma pessoa que está aprendendo, assimilando uma compreensão de mundo e buscando uma forma de nele se inserir”, ou seja, de criar uma identidade para com o grupo e a comunidade na qual se insere.

No sentido da folia como aprendizado, Torres e Cavalcante (2007) ainda ressalta a vivência nesses rituais como um meio de reforçar seus laços culturais e tomar consciência de sua identidade promovendo a continuidade da tradição do grupo e suas práticas.

Grupo do José Pereira é a maior folia da região, também com uma diversidade de pessoas entre jovens, crianças, adultos e idosos. Nessa folia as mulheres têm participação ativa junto ao grupo. Um dos fatores que chama a atenção é a intensa participação de foliões de fora da cidade nessa, ou seja, seus dirigentes convidam várias pessoas de regiões próximas, como Goianópolis, Nerópolis, Goiânia, Aparecida de Goiânia, entre outras, para que durante os 12 dias, saiam de suas casas e ajudem o grupo a girar a Folia de Reis. É bem organizada e vem seguindo uma tradição de pai para filhos, além de girarem na região do Novo Paraíso, vão para a zona rural e bairros adjacentes.

No período da folia há muita festa, diversão, brincadeiras, bebidas e cigarros, não deixando de lado o comprometimento com a fé e a crença. O grupo prima pela integração do folião no contexto da folia, não fazendo objeções a participações dos principiantes. Há uma troca de serviços, ou seja, convidam para participarem de sua folia e participam de outras e também do Encontro de Folias realiza-

do pela Secretaria Municipal de Cultura durante os meses de fevereiro na cidade de Anápolis.

O terceiro grupo, *A Folia dos Cassianos*, corresponde a um pequeno grupo de foliões, mais elitizado, notando-se no grupo falta de receptividade a conversas e ou entrevistas, observando-se, no entanto, um maior comprometimento com os rituais da folia. Participam dessas folias pessoas mais antigas, homens, algumas mulheres e poucos jovens.

Podem ser observadas algumas diferenças fundamentais entre os grupos mencionados anteriormente. Apesar de serem grupos diferentes, exaltam o mesmo santo e tangenciam entre si principalmente no momento de louvação aos presépios. São pessoas que se conhecem e que auxiliam uns aos outros durante suas folias. Essas festas são uma mistura de elementos de fé e religiosidade com atitudes profanas, contudo, os foliões estão ali cumprindo sua promessa, participando de seu ritual, com prazer e alegria.

Outro tipo de folia encontrada em Anápolis foi a Folia de São Sebastião: dois grupos na cidade e um na zona rural. Os grupos de folias de São Sebastião iniciam seus giros praticamente uma semana após o término das folias de Reis (11 a 20 de janeiro) e, na cidade, praticamente são as mesmas pessoas que giraram as folias anteriores havendo uma junção dos foliões formando um grupo grande e forte com vários capitães. Esse grupo percorre a zona rural e a cidade vizinha de Nerópolis. O outro grupo localizado no bairro Novo Paraíso faz seu giro com poucos foliões e poucos instrumentos, contanto com ajuda de familiares e vizinhos. A folia percorre as ruas do bairro e faz a entrega da folia (bandeira) na própria casa de seu organizador. A terceira folia de São Sebastião percorre o distrito de Interlândia na zona rural e não foi visitada.

Durante o mês de maio e junho são realizadas, geralmente por três ou mais dias, os giros das folias de Divino Espírito Santo e Divino Pai Eterno. Da primeira divindade encontramos uma folia que gira um dia em Anápolis e os outros seis dias de folia no município vizinho de Abadiânia, constituindo assim, já uma prática dessa folia, ou seja, fazer seu giro fora do município de Anápolis.

Na folia do Divino Pai Eterno encontramos três grupos em distintos bairros da cidade. O período do giro é de três dias e precede a festa da Trindade sendo normalmente feito uma semana antes, porque todos os participantes e os dirigentes das folias participam da Romaria de Trindade. Os bairros que realizam essas folias são Residencial das Flores, Novo Paraíso, Jardim América 3ª etapa, Recanto do Sol, JK Nova Capital e Tesouro. Desses giros, acompanhamos um durante dois dias no Parque Residencial das Flores.

Registra-se ainda a existência da folia de Santa Luzia, que ocorre na primeira quinzena de dezembro, também em Anápolis, no setor Jandaia, mas ainda sem estudo.

Considerações Finais

A questão do analfabetismo e do domínio da escrita não inviabilizou a perpetuação das folias no Brasil, pois as danças, os cantos rimados, as características básicas e os objetivos comuns a todas elas, seja em que região for, se perpetuaram através da memória e transmissão oral. (Re)inventada, (re)territorializada, a folia como parte da cultura de um povo, se manteve viva, acompanhando as transformações, sobretudo, as de ordem econômica e social no país, servindo-se como um suporte para permanência de práticas culturais que poderiam ter desaparecido diante das pressões impostas no convívio cidadão.

Destarte, pode-se afirmar que a folia como parte dos festejos do povo, manteve coesa a religiosidade presente nos giros dos devotos, assegurou a permanência de traços da cultura popular e preservou os valores de uma sociabilidade marcada pelo coletivo e pelas relações de parentesco, compadrio, vizinhança e amizade essenciais para o desenvolvimento da sociabilidade.

Referências

ALMEIDA, M. G. de M.; DIAS, R. No Giro da Festa: as folias e manifestações presentes no ciclo natalino no Estado de Goiás. In: XI

- Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2011, Salvador. *Anais XI CONLAB - Salvador 2011*. Salvador - BA, 2011, v. 1, s/p.
- ARANTES, A. A. *O que é cultura popular*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- BRANDÃO, C. R. *A Cultura na Rua*. Campinas, SP: Papyrus, 1989.
- COSTA, R. A.; COSTA, H. *Tendências Evolutivas da Piedade Popular: modelos de secularização e clericalização*. s/d. Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/chc/pdfs/modelos.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2009.
- DUARTE, E. G. Manifestações camponesas em Goiás: perspectivas para uma pesquisa histórico-cultural. *História Revista*, Goiânia, v. 6, n. 1, jan./jun., p. 113-134, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/10571/7034>>.
- GAETA, M. A. J. V. A Cultura clerical e a folia popular. *Rev. Bras. Hist.* [online]., v. 17, n. 34, p. 183-202, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-01881997000200010>. Acesso em: ago./2012.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- PESSOA, J. M. Aprender e Ensinar nas Festas Populares. *Aprender e ensinar nas festas populares*. Programa um salto para o futuro, bol. 02, TV Escola – SEED, MEC, abr./2007.
- POLONIAL, J. M. *Ensaio sobre a história de Anápolis*. Goiânia: Kelps. 2011.
- RIOS, S. Os cantos da festa de Nossa Senhora do Rosário e da Folia de Reis. *Sociedade e Cultura: Revista de Ciências Sociais*, Goiânia, v. 09, n. 01, p. 65-76, jan./jun. 2006.
- SILVA, M. A. M. A Cultura na Esteira do Tempo. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, v. 15, n. 03, p. 102-112, jul./set. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392001000300013&script=sci_arttext>. Acesso em: set./2012.
- TORRES, L. B.; CAVALCANTE, R. As Folias de Reis. *Aprender e ensinar nas festas populares*. Programa um salto para o futuro, TV Escola – SEED, MEC., bol. 02, n. 1, abr./2007.

CAPÍTULO 5 – OS INDÍGENAS NOS TRILHOS DA HISTORIOGRAFIA

Poliene Soares dos Santos Bicalho¹

...ele é nossa origem, mas nunca pensamos em nos identificar com ele, de nos considerarmos “índios”. Eis o problema (Eduardo Hoornaert, Religião e Sociedade).

A historiografia brasileira, pensada como a escrita e a reescrita da história que se renova no tempo da mudança e mediante as diversas interpretações que diferentes autores dão aos acontecimentos, é um lugar onde, por muito tempo, repousou o indígena fragilizado e fadado a deixar de ser índio para tornar-se civilizado, um brasileiro² como todos os outros. Embora novas produções historiográficas tenham apresentado um índio mais atuante e participativo, principalmente a partir da década de 1980, entende-se que o ranço das velhas e persistentes ideias de assimilação e integração do índio à comunidade nacional ainda não desapareceu completamente.

Considerando que “a história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza” (REIS, 2006, p. 9), compreende-se o porquê de a produção historiográfica de parte do século XIX e da primeira metade do século XX ter delegado ao índio poucos espaços, onde o mesmo aparece, na maioria das vezes, apenas como um dos contributos étnicos do processo de miscigenação do qual se originou a nação brasileira.

Ao vencer o concurso promovido na década de 1840 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado por D. Pedro II e por seus colaboradores em 1838, seguindo o modelo do *Institut Historique* de Paris, de 1834 (SCHWARCZ, 1999, p. 126), o viajante

1 Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG). *E-mail*: poliene.soares@hotmail.com.

2 Ao longo deste texto, quando a autora desejar sublinhar um termo, a fim de reforçar aspectos relevantes de sua pesquisa, o mesmo será destacado em itálico.

naturalista e botânico Karl von Martius apresentou a sua interpretação³ sobre como se deveria escrever a história do Brasil ao afirmar que a “chave para se compreender a história brasileira residia no estudo do cruzamento das três raças formadoras da nossa nacionalidade – a branca, a indígena e a negra –, esboçando a questão da mescla cultural sem contudo desenvolvê-la” (VAINFAS, 1999, p. 2).

O IHGB foi pensado como centro de onde irradiaria toda a sapiência intelectual do país, lugar de abrigo dos românticos, dos literatos e dos historiadores que narrariam e condicionariam as produções históricas do século XIX, atendendo, claro, ao projeto que melhor legitimasse o poder do Império e do Imperador, e desse à “nação recém-independente... um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar com confiança para o futuro” (REIS, 2006, p. 25).

Neste sentido, as referências do passado luso-brasileiro sobrepuseram-se às indígenas e africanas. Assim, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), considerado o “fundador da história do Brasil” (REIS, 2006, p. 23), escreveu a sua *História Geral do Brasil* nos anos de 1850 sob forte influência das ideias dominantes no século XIX. Mediante um olhar português sobre o Brasil, os indígenas foram apenas coadjuvantes da História de Varnhagen, vistos como seres exóticos e sobre os quais escreveu “com interesse, mas sem afeição” (REIS, 2006, p. 35).

A imagem do indígena foi por ele construída de maneira bastante pejorativa: violentos, bárbaros, com frouxos laços de família, falsos, infiéis e inconstantes; ferozes, sem religião, brutos, imorais, como cita José Carlos Reis (2006, p. 35-36). Tratava-se de povos no estágio da infância sociocultural, logo, para eles “não há história, há só etnografia” (AMOROSO, 1996, p. 186). Varnhagen entendia que esse passado indígena deveria ser esquecido e, para tanto, exaltava a chegada e a permanência dos portugueses como detentora da anarquia indígena.

Mesmo considerando que os portugueses apreenderam muito dos costumes indígenas para sobreviver, Varnhagen não delegou aos

3 Em obra publicada pelo IHGB em 1845.

mesmos um papel importante na formação da nacionalidade brasileira. Para ele,

As mulheres indígenas logo se acasalavam com os europeus. Elas gostavam dos europeus tanto por razões fisiológicas (o branco é mais forte no sexo do que o índio!) quanto para se livrar do cativo em que viviam com os seus maridos. Os portugueses tornaram-se polígamos. A mulher foi o elemento que mais concorreu para a fusão das nacionalidades tupi e portuguesa. Nasceram os mamelucos e os curibocas. Varnhagen defende como sempre o colonizador: eles não matavam e escravizavam os índios! É justo afirmá-lo! Não sejamos tão injustos com os nossos antepassados! Eles não podem se defender! Se houve excessos, foram punidos. Os donatários se comportaram bem com os indígenas! Eles procuraram cooptá-los, defendê-los, tutelá-los, cristianizá-los. A força só foi usada contra os mais ferozes (REIS, 2006, p. 40).

Interessante observar como de fato Varnhagen escreveu comprometido com o seu tempo, ou melhor, com o seu lugar de fala⁴ – que estava muito próximo do IHGB e do Imperador, logo, da família real, da tradição portuguesa, do colonizador. Por isso mesmo não pode a História condená-lo por suas ideias, e nem é esse o seu papel. Entretanto, instiga-nos a observar como a visão de um contemporâneo e estudioso de Varnhagen, nascido mais tardiamente, apresenta noções adversas quanto ao indígena.

João Capistrano de Abreu (1853-1927) nasceu quando Varnhagen tinha 37 anos, e quando este morreu contava seus 25 anos. Capistrano escreveu também à luz do seu tempo, embora suas ideias demonstrassem sinais de rebeldia diante da ordem instituída. Discordava de Varnhagen, por exemplo, quanto à importância dada aos portugueses como principal contingente formador do povo brasileiro.

4 Expressão retirada da interpretação de CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 65-119.

ro até então. Para ele, segundo José Carlos Reis, os europeus e os africanos é que eram “alienígenas” e “exóticos” nas terras brasileiras, reconhecendo o indígena como verdadeiro dono das mesmas. “Ele olha da praia para o Oceano cheio de caravelas, enquanto Varnhagen olhava da caravela de Cabral para a praia, e via uma terra exótica povoada por alienígenas” (REIS, 2006, p. 98).

O lugar de fala de Capistrano de Abreu não foi propriamente o IHGB, embora tenha desembarcado no Rio de Janeiro pelas mãos de José de Alencar; que, juntamente com Gonçalves Dias, foram os principais representantes do Indianismo literário que compunha parte do “projeto nacionalista dos românticos” daquele órgão (AMOROSO, 1996, p. 182). No interior deste projeto, a inserção do indígena nos debates sobre a construção da nação tornou-se uma necessidade e, de certo modo, uma cobrança da crítica europeia formada por nomes como o do historiador e geógrafo francês Armand D’Avezac.

Na primeira parte de *Capítulos de História Colonial*⁵, “Antecedentes Indígenas”, Capistrano de Abreu prolixa e detalhadamente narrou as grandezas da terra, sua geografia, seus rios, bacias hidrográficas, serras, flora e fauna; e nesta paisagem densamente descrita o índio apareceu como parte essencial. Num átimo falou da alimentação; da divisão do trabalho entre homens e mulheres; da antropofagia; da “autoridade nominal” do chefe das comunidades; do poder espiritual dos pajés ou caraíbas; do “talento artístico” na confecção dos adornos, cerâmicas, danças e músicas; da existência de várias línguas faladas entre os diferentes povos; e da suposta indolência do índio (ABREU, 1982, p. 47-49).

Ao mencionar a indolência, Capistrano de Abreu não a enxergou como a principal característica do indígena, pois o mesmo era “capaz de grandes esforços, podia dar e deu muito de si” (ABREU, 1982, p. 48). Nesta passagem o autor demonstrou sensibilidade e perspicácia para perceber a diferença, notada e respeitada por poucos àquela época, de povos que se organizavam socialmente segundo seus próprios critérios e influenciados pelo meio natural, no qual

5 Obra de 1907.

não se preocupar com o acúmulo de riqueza era algo plenamente justificável. Nesse sentido, entendia que os indígenas até podiam ser indolentes, mas esta condição era variável, devendo-se observar as contingências do espaço geográfico no qual viviam.

O interesse pelos indígenas o levou a pensar História e Etnografia paralelamente. Traduziu obras etnográficas, estudou a língua Bacairi e desejou pesquisar a língua e a cultura Xavante antes de morrer em 1927. Sua narrativa sobre o Brasil começou pelos indígenas ao assinalar “as diversidades geográficas do território como fatores condicionantes de nossa história” (VAINFAS, 2001, p. 178).

Contudo, embora tenha reconhecido ao indígena papel importante no processo de colonização e formação da jovem nação brasileira, Capistrano de Abreu não se alongou muito nas descrições sobre o mesmo, e escreveu de maneira superficial sobre as culturas destes povos na obra citada. Deu-lhes papel de destaque em suas pesquisas, entretanto, não se pode esquecer o lugar de fala do autor; trata-se do século XIX, onde a influência da história política dita oficial predominou.

O herói nacional, civilizado e cristão, foi o índio do Indianismo, e esta corrente literária – representada basicamente por Gonçalves Dias e José de Alencar – influenciou diretamente as pesquisas históricas de Capistrano de Abreu. Tendo nascido e vivido em um “ambiente bem pouco aristocrático” (REIS, 2006, p. 86), sua ascensão intelectual seguiu um caminho bem mais austero em relação aos intelectuais do IHGB protegidos pelo Imperador. Talvez daí tenha surgido a sua convicção de que o ideal era pensar o Brasil a partir da sua gente mais simples, sem negligenciar o papel dos índios.

Em outro momento, retomando a temática da miscigenação, Ronaldo Vainfas reafirmou que, neste aspecto, Capistrano de Abreu não avançou muito em suas análises e, em suas poucas menções aos indígenas, raramente pensou o “... encontro sexual entre portugueses, índios e africanos e à mescla cultural derivada do convívio pluri-secular”, observando-a como “um dos vários fenômenos que, a seu ver, esgarçavam o Brasil, funcionando antes como fator desagregador do que como agente de coesão” (VAINFAS, 1999, p. 4).

Adentrando o século XX Manoel Bomfim publicou, em 1929, *O Brasil na América*, obra em que as fortes influências indígenas no país nascente foram realçadas. Para este autor “radicalmente nacionalista” (REIS, 2006, p. 185) e mal compreendido pela academia, “o índio é, para a nação brasileira, um fator essencialmente importante, de certo modo decisivo, sem correspondência na formação dos outros povos americanos” (BOMFIM, 1997, p. 108).

Isso por que durante a colonização – que para Bomfim resultou numa rápida mistura de elementos étnicos diferenciados – os indígenas contribuíram com o seu trabalho e com os conhecimentos que detinham da terra sem, contudo, perderem a sua força e autonomia. E assim Bomfim assinalou os vestígios desses povos na língua geral usada pelos portugueses; nas designações topográficas; nas palavras indígenas presentes na culinária; nos nomes de frutas e animais como “juriti, cambucá, maracujá, capivara, siri, cutia, caju, jurubeba, pacova, manacá”; etc. (BOMFIM, 1997, p. 110).

Bomfim também ressaltou a ampla miscigenação que há entre o índio e o colonizador, além do grande número de indígenas existentes quando da chegada dos portugueses; e lembrou que, apesar da escravidão e dos aldeamentos a que foram submetidos, ainda havia uma grande quantidade deles à época da Independência. Esta observação reforçou a sua hipótese de que não houve extermínio dos índios, e sim cativo. Para ele o extermínio não era uma prática racional, já que os índios – principalmente os mamelucos, resultado da miscigenação entre brancos e índios – eram indispensáveis para a empresa colonial e essenciais às tarefas dos bandeirantes paulistas.

Desse modo, para Bomfim, “houve lutas, depois, muito ataque aos índios do sertão, sem que isso possa significar extermínio. Já o acentuamos: cativo é injustiça, mas não é eliminação. De modo geral, as tribos foram poupadas, mesmo porque eram indispensáveis” (BOMFIM, 1997, p. 125). Este autor ainda destacou as qualidades da alma dos índios: coragem, bondade, jovialidade, valor guerreiro, generosidade, beneficência, cordialidade, moralidade e justiça.

E, para finalizar, sobre a ideia popularizada ainda na atualidade de que o índio é preguiçoso e indolente, Bomfim respondeu: “... tal

o descrevem justamente esses que só podiam viver sobre o trabalho de outrem, e pretenderam tirar do caboclo cativo, besta de carga, mais do que a própria natureza o permitia” (BOMFIM, 1997, p. 147). Para Vainfas, Bomfim é um dos principais autores a defender enfaticamente a miscigenação, enaltecendo a sua importância para a “nossa formação como povo e como cultura” (VAINFAS, 1997, p. 5).

Em *Casa Grande & Senzala*, obra de 1933, Gilberto Freyre destacou a importância do índio na formação da família brasileira. Para o autor, os portugueses contemporizaram com os nativos e utilizaram-se deles no trabalho; nas guerras; no desbravamento do sertão; e serviram-se da mulher indígena para “as de geração e de formação de família” (FREYRE, 2006, p. 158). Concordou, entretanto, que o índio reagiu ao domínio europeu “retraindo-se ou amarfanhando-se ao contato civilizador do europeu por incapacidade de acomodar-se à nova técnica econômica e ao novo regime moral e social.” (FREYRE, 2006, p. 158).

Freyre aproxima-se de Bomfim quando diz que a política de extermínio não se realizou no Brasil, embora a justificativa por ele apresentada para a ausência desta prática seja outra. Para Freyre, o índio não apresentou “capacidade técnica ou política de reação que excitasse no branco a política do extermínio seguida pelos espanhóis no México e no Peru” (FREYRE, 2006, p. 158).

Assim como analisou os negros africanos escravizados no Brasil, Freyre retomou a ideia de que a sociedade brasileira constituiu-se harmoniosamente, pensando a mulher índia como contemporizadora da cultura indígena com a cultura europeia. A ausência de mulheres brancas, a necessidade de povoamento da costa, a luxúria dos colonizadores e a preferência das índias pelos brancos são razões que explicam, para o autor, o ambiente de “intoxicação sexual” (FREYRE, 2006, p. 160) que deu origem à formação social do Brasil.

Considerando que desde o século XVI os mamelucos representavam o advento de uma sociedade híbrida, ratifica-se que a mulher índia contribuiu física e culturalmente para a formação da família brasileira. Traços dessa cultura, para Freyre, ainda perderam no tempo:

...de uma série de alimentos ainda hoje em uso, de drogas e remédios caseiros, de tradições ligadas ao desenvolvimento da criança, de um conjunto de utensílios de cozinha, de processos de higiene tropical – inclusive o banho frequente ou pelo menos diário, que tanto deve ter escandalizado o europeu porcalhão do século XVI (FREYRE, 2006, p. 162-163).

Os homens índios contribuíram para o desenvolvimento social do Brasil de várias maneiras: na conquista dos sertões; nas práticas da guerra, da caça e da pesca; nas atividades militares; na utilização da coivara; etc. Traços dos valores morais e religiosos também aparecem na análise de Freyre como, por exemplo, a refutação da ideia de libertinagem sexual da cultura indígena. “Aos indígenas do Brasil não faltavam restrições ao intercurso sexual; só por ignorância, ou tendência para a fantasia, supuseram cronistas do século XVI que o amor entre os caboclos fosse simples descarga dos sentidos...” (FREYRE, 2006, p. 171).

Para Freyre, sob o aspecto cultural do índio, o contato com o europeu – colono ou missionário – resultou em grandes perdas, como a degradação moral, a perda da capacidade “de desenvolver-se autonomamente tanto quanto a de elevar-se de repente, por imitação natural ou forçada, aos padrões que lhe propõe o imperialismo colonizador” (FREYRE, 2006, p. 177). Os colonos teriam sido os responsáveis pelas mudanças ocorridas na alimentação e no trabalho; enquanto os missionários seriam os causadores de uma influência letal, aquela que se deu no âmbito da “moralização, do ensino e da técnica de exploração econômica pelos padres” (FREYRE, 2006, p. 180).

Vários outros aspectos são tratados por Freyre no segundo capítulo do clássico *Casa Grande & Senzala*, que tem por título “O indígena na formação da família brasileira”. Além dos temas apresentados, Freyre discorreu ainda sobre a importância da mulher índia na economia e na vida social; a homossexualidade e a bissexualidade nas sociedades primitivas; os quitutes indígenas na culinária nacional; as crianças e os medos; a crença no sobrenatural; as revoltas e re-

voluções da colônia e os índios; a catequese; etc. Os índios ocuparam um lugar importante na valorização que Freyre dá à fusão dos três grupos étnicos que compõem, na sua visão, a base da formação sociocultural do Brasil, embora para ele a maior influência tenha sido a do negro africano escravizado.

Outro clássico da nossa literatura historiográfica é a obra *Raízes do Brasil*, de 1936, escrita por Sérgio Buarque de Holanda. Algumas menções ao indígena e à sua importância na relação estabelecida entre estes e os portugueses durante a colonização foram observadas. A necessidade de adaptação do europeu à cultura do nativo é um dos aspectos apresentados pelo autor, como o consumo da mandioca, o hábito de dormir em redes e a utilização de instrumentos de pesca e caça próprios desses povos. (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 47).

Quanto à utilização do nativo no trabalho, ressaltou-se a importância dos mesmos na “indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado” (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 48). Como Freyre, Buarque de Holanda avaliou a indisposição dos indígenas ao trabalho metódico dos canaviais, e ressaltou que o nomadismo natural tornava o trabalho sedentário e regular repulsivo para eles. A interpretação do autor em pauta sobre esta incompatibilidade cultural é interessante, uma vez que buscou compreender as dificuldades que ambos os lados apresentaram diante da alteridade.

Versáteis ao extremo eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil. O resultado eram *incompreensões recíprocas que, da parte dos indígenas, assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante* (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p. 48)⁶.

6 Destaques meus.

Outro assunto abordado por Buarque de Holanda foi a importância do indígena e da língua geral⁷ para a formação de São Paulo, ao ponto de as crianças aprenderem primeiro a língua do gentio, e só mais tarde a do português. No século XVII era mais corrente o uso da língua geral do que o português, que era escassamente conhecido. Apenas no Século XVIII este quadro começou a mudar, com os descobrimentos do ouro no interior do país e a expansão das bandeiras de caça ao índio, que corroborou com “o processo de integração efetiva da gente paulista no mundo da língua portuguesa...” (RODRIGUES, 2009, p. 129).

Como o foco da análise de Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* estava na ruptura com o passado português, insistindo “sempre no caráter nostálgico e insatisfeito do português transmigrado ao Brasil” (VAINFAS, 1999, p. 6), o alvo da sua atenção não eram propriamente os indígenas, e nem mesmo os negros. Talvez, em razão disso, os indígenas apareçam em raros momentos do seu texto.

Florestan Fernandes é uma das principais referências no campo das ciências sociais a dedicar-se ao estudo das populações indígenas, em especial os Tupi. Em texto intitulado “Antecedentes Indígenas: organização social das tribos tupis”, ele afirmou que houve resistência indígena à conquista e consequente colonização, de modo

7 Ao contrário do que pode parecer, o termo “língua geral” não significa o mesmo que “língua do gentio” ou “língua indígena”. Língua geral ou língua franca deve ser tomada “como um termo específico para determinada categoria de línguas, que surgiram na América do Sul nos séculos XVI e XVII em condições especiais de contato entre europeus e povos indígenas. A expressão *língua geral* tomou um sentido bem definido no Brasil nos séculos XVII e XVIII, quando, tanto em São Paulo como no Maranhão e Pará, passou a designar as línguas de origem indígena faladas, nas respectivas províncias, por toda a população originada no cruzamento de europeus e índios tupi-guaranis (especificamente os tupis em São Paulo e os tupinambás no Maranhão e Pará), à qual foi-se agregando um contingente de origem africana e contingentes de vários outros povos indígenas, incorporados ao regime colonial, em geral na qualidade de escravos ou de índios de missão...” In: RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *As Línguas Gerais Sul-Americanas*. Disponível em: <<http://orbita.starmedia.com/~i.n.d.i.o.s/textos/txt009lg.htm>>. Acesso em: 17 out. 2009.

que se “houve heroísmo e coragem entre os *brancos*, a coisa não foi diferente do lado dos aborígenes. Apenas o seu heroísmo e a coragem não movimentaram a história, perdendo-se irremediavelmente com a destruição do mundo em que viviam.” (FERNANDES, *apud* BUARQUE DE HOLANDA, 1989, p. 72).

Se ainda vivo estivesse, Florestan Fernandes veria que o mundo destes povos não fora destruído completamente, e que eles estão reconstruindo esta história, imiscuindo-se no interior dela e retomando a condição de sujeito, que lhes foi negada por longas décadas. Fernandes dedicou-se ao estudo das relações sociais estabelecidas entre os Tupis e os demais grupos locais, observando sua sobrevivência à base da caça, pesca, [horticultera] horticultera e coleta, assim como a vida nas malocas. A divisão do trabalho entre homens e mulheres; os laços de parentesco; os casamentos; o valor dos velhos; os contatos desagregadores com o conquistador; e a desorganização social.

Estes primeiros contatos, norteados pela prática do escambo, foram relativamente amigáveis; somente após a implantação do regime das donatárias⁸, seguido pelo Governo Geral, é que esta relação tornou-se mais tensa e violenta. Neste momento, nota-se com clareza o desejo de dominação, praticado pelo Reino de Portugal por meio da atuação do colono, do administrador da Coroa e dos jesuítas. Para Fernandes, estes últimos teriam sido os principais responsáveis pela “política de destribalização” (FERNANDES, 1989, p. 84), ao impor aos indígenas a assimilação forçada e/ou negociada à verdade cristã.

8 Regime de Capitánias Hereditárias implantadas pela Coroa Portuguesa na então colônia do Brasil. Estabelecidas em 1534, as capitánias ou donatárias configuravam “linhas retas traçadas a partir da costa, representando as doações fundiárias aos chamados Capitães, súditos distintos da Coroa”, que destinou à iniciativa privada a tarefa de defender e colonizar a nova terra. Com o insucesso desta empreitada, a Coroa tomou de volta para si as capitánias doadas que não prosperaram e instalou o Governo-Geral na colônia em 1549. O objetivo deste novo intento era centralizar o poder e a administração da nova terra nas mãos da Coroa, por meio da distribuição de atribuições exclusivas ao Governador-Geral. (MOREAU, 2003: 81.)

De acordo com Fernandes, três foram as formas de reação dos indígenas à conquista portuguesa: “preservação da autonomia tribal por meios violentos”, como ocorreu durante a Confederação dos Tamoios⁹; a “submissão voluntária”, que os tornavam aliados e/ou escravos dos invasores; e a “preservação da autonomia tribal”, adquirida por meios passivos e concretizada nas migrações para o interior ou regiões onde os invasores ainda não tinham chegado. O isolamento dava-lhes condições – embora efêmera e parcialmente – para a “preservação de sua herança biológica, social e cultural” (FERNANDES, 1989, p. 86).

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, Caio Prado Júnior apresentou uma análise marxista sobre o Brasil com resquícios do pensamento cientificista do final do século XIX, como evidência a seguinte declaração: “índios e negros eram povos ‘de nível cultural ínfimo’, o que aviltou ainda mais a escravidão brasileira” (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 175 *apud* VAINFAS, 2001, p. 7). Os preconceitos quanto aos índios e aos negros são reforçados ao classificá-los como “pretos boçais e índios apáticos” que “só poderiam mesmo comprometer a economia e a sociedade aqui produzidas” (LAPA, 2001, p. 268).

9 “Confederação dos Tamoios: Coligação estabelecida pelos índios tamoios do litoral fluminense no período de 1562-1563 contra os portugueses, incentivada pelos franceses que, na época, dominavam o Rio de Janeiro. Não obstante ter sido de curta duração, pois, com a expulsão dos franceses, os tamoios perderam o grande aliado, o que os obrigou a fazer um acordo com os portugueses, a Confederação dos Tamoios constitui testemunho da capacidade de resistência indígena às pretensões de conquista do homem branco. Neste episódio ficou também demonstrada a fragilidade do sistema tribal para alcançar seus objetivos, muito embora os indígenas pudessem contar com elementos capazes. A supremacia numérica, aliada à tática guerreira de deslocamentos rápidos e ataques simultâneos, poderia representar um trunfo nas pretensões dos confederados. O seu êxito, porém, foi efêmero, por força da própria debilidade da organização tribal que impedia alianças duradouras, alianças rompidas frequentemente pela disputa dos índios entre si. Pacificados os indígenas com a intervenção dos jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, o acordo foi oficializado na praia de Iperoí em 1563.” (AZEVEDO, 1997, p. 106).

Em *Evolução Política do Brasil*, de 1933, Prado Júnior, ao analisar a sociedade colonial, fez apologia aos colonos destacando “a importância destes grandes agricultores em meio a uma população miserável de índios, mestiços e negros escravos” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 23), ou seja, a base da economia escravista que ele severamente criticava. Por outro lado, Prado Júnior reconheceu que os meios utilizados pelos portugueses para subjugar os índios e reduzi-los ao cativeiro, forçando-os ao trabalho durante os primeiros anos da colonização, eram brutais. Tais atitudes “não eram de molde a despertar nos índios grande entusiasmo pela colonização branca” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 24).

O autor em pauta ainda discorreu rapidamente sobre as “grandes epopéias bandeirantes” na caça dos índios; a legislação indigenista da metrópole e a relação conflituosa entre colonos e missionários. E, por fim, ao tratar da servidão índia, retomou a antiga e criticável posição a respeito da “ineficiência do trabalho indígena”, reforçando a sua característica nômade, a indisposição para o trabalho sedentário nas lavouras e a sua facilidade de fugir, já que eram os maiores concededores das terras brasileiras.

Sobre a dizimação dos índios, que teria se concretizado após o contato com os portugueses, concluiu: “a sua dizimação pela moléstia e maus tratos foi espantosa. Refere um contemporâneo que dos 40.000 índios aldeados que havia na Bahia em 1563, restavam vinte anos depois apenas 3.000...” (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 27). E assim o autor concluiu as suas considerações sobre os índios na obra citada.

Com o fortalecimento das ideias e das inovações trazidas pelos mestres da História Nova – Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel –, houve um significativo avanço da produção historiográfica ao valorizar os temas considerados micro, a interdisciplinaridade e a utilização de variados tipos de fontes. Popularizaram-se os estudos socioculturais que passaram a observar mais detidamente o lugar daqueles que compõem a *história dos de baixo*, a *história dos vencidos*, ou mesmo a história dos sujeitos que por muito tempo foram excluídos da História.

Foi neste cenário de avanços teóricos e metodológicos da História que, a partir da década de 1970, a historiografia propôs estudos mais aprofundados sobre os índios. No campo da vida prática, no Brasil dos anos da Ditadura Militar (1964-1985), enrijeceram-se os mecanismos de controle sobre a sociedade civil; o Estado impôs-se mais forte e centralizador; e se criou um ambiente propício ao surgimento de movimentos sociais e aglomerações urbanas e rurais compostas por atores sociais descontentes com os resultados desastrosos que a era do *milagre econômico*¹⁰ trouxe para a maioria da população mais pobre do país.

A tese de Livre Docência de John Manuel Monteiro *Tupis, Tapuiais e Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*, de 2001, logo no primeiro capítulo, sinalizou para a mudança na maneira como o índio passou a ser abordado pelos historiadores e pela historiografia. De acordo com este autor, embora a ideia de exclusão e de desaparecimento dos índios ainda perpassasse a historiografia nacional, uma “nova história indígena” despontava a partir de 1970.

Surgiu, de fato, uma nova vertente de estudos que buscava unir as preocupações teóricas referentes à relação história/antropologia com as demandas cada vez mais militantes de um emergente movimento indígena, que encontrava apoio em largos setores progressistas que renasciam numa frente ampla que encontrava cada vez mais espaço frente a uma ditadura que lentamente se desmaterializava (MONTEIRO, 2001, p. 5).

Os trabalhos de John Manuel Monteiro, Ronaldo Vainfas e Ronald Raminelli são ilustrativos desse período inovador da historiografia indígena no Brasil. Na obra *Negros da Terra*, Monteiro analisou as relações entre os índios e os bandeirantes nas origens de São Paulo e legou às populações nativas papel central na interpretação crítica que fez da História Social de São Paulo dos séculos XVI ao XVIII. A estrutura e a dinâmica da escravidão indígena foram pensadas a partir de três importantes aspectos: o papel do índio na his-

10 Destaque meu.

tória social e econômica da colônia; o pujante mito do bandeirante; e a importância das economias não exportadoras para a formação do país (MONTEIRO, 1994, p. 9).

Ronaldo Vainfas, em *A Heresia dos Índios*, recorreu às fontes inquisitoriais para estudar um importante movimento – a Santidade de Jaguaripe – que envolveu índios, mamelucos e o importante fidalgo português Fernão Cabral de Ataíde, no Recôncavo Baiano, por volta de 1580. Este trabalho ressaltou aspectos importantes da capacidade de organização dos índios; das suas crenças e idolatrias como “expressão da resistência social e cultural dos ameríndios em face do colonialismo” (VAINFAS, 1995, p. 31); além de traçar um dos primeiros perfis de lideranças indígenas baseando-se nos milenarismos arcaicos, considerando-as “no mínimo, profetas ungidos; no máximo homens-deuses” (VAINFAS, 1995, p. 36).

E, por fim, enxergou e analisou a santidade ameríndia como uma forma de resistência indígena ao colonialismo lusitano do século XVI, que resultou em uma:

...formação cultural híbrida pela adesão interesseira e irrefreável dos mamelucos. Foram eles, sem dúvida, a ponte e o nexos entre o mundo dos índios e o dos brancos – além de serem exemplos privilegiados da *disjunção cultural* que o colonialismo era capaz de gerar (VAINFAS, 1995, p. 227)¹¹.

A obra de Ronald Raminelli – *Imagens da Colonização*. Representação do Índio de Caminha a Vieira, de 1996 – buscou nas várias imagens do índio, produzidas ao longo século XVI por jesuítas, cronistas e viajantes, a certificação de que tal imagem foi “... construída a partir da realidade americana e da cultura européia” (RAMINELLI, 1996, p. 163). E diante desta constatação afirmou que os conquistadores fizeram tábula rasa da tradição indígena ao ignorar o passado histórico dos mesmos e ao impor uma cultura ocidental estranha a eles.

Pautando-se em análises pós-estruturalistas como as de Marshall Sahlins, Raminelli legou à sua interpretação sobre o papel dos

¹¹ Destaques do autor.

nativos na colonização uma perspectiva diacrônica e defendeu a hipótese de que apenas alguns grupos étnicos se submeteram prontamente às imposições do colonizador, enquanto muitos outros resistiram e lutaram contra as mesmas através da guerra. O autor defendeu que:

a colonização não fora comandada apenas pelos brancos, os destinos da conquista não dependeram apenas dos interesses dos europeus. Os ameríndios participaram dos empreendimentos coloniais, ora viabilizando-os como aliados, ora oferecendo resistência e retardando os avanços das áreas coloniais (RAMINELLI, 1996, p. 166).

Em síntese, depreende-se desta citação que os índios foram coadjuvantes ativos da colonização, e não seres apáticos e preguiçosos como quiseram alguns viajantes e jesuítas, e a historiografia por muito tempo reforçou. É notória a necessidade de visualizar o índio como sujeito histórico atuante, participativo e fundamental no processo de formação da Sociedade e do Estado brasileiro. Estas considerações sobre o lugar do índio na historiografia são fundamentais para se compreender o atual estágio do Movimento Indígena no Brasil, tema amplamente analisado na tese de doutoramento intitulada *Protagonismo Indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*.

Neste sentido, adentrar as interpretações historiográficas do passado indígena amplia a percepção corrente do movimento do mesmo na história deste país, dos primórdios aos patamares de luta e organização que apresentam na atualidade. Entende-se que o caminho trilhado rumo às conquistas dos direitos indígenas na Constituição de 1988 é resultado de uma longínqua história – que Fernand Braudel inseriria na temporalidade da *longa duração* – de sobrevivência e resistência indígena.

Referencias

AMOROSO, M. R. Capistrano de Abreu e os Índios. In: REIS, E.; ALMEIDA, M. H. T. de.; FRY, P. (Orgs.). *Política e Cultura. Visões*

do passado e perspectivas contemporâneas. São Paulo: HUCITEC-ANPOCS. 1996. p. 182-196.

AZEVEDO, A. C. do A. *Dicionário de Nomes, Termos e Conceitos Históricos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

BICALHO, P. S. dos S. *Protagonismo Indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*. 2010. 355 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UnB). Brasília, 2010.

BOMFIM, M. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

BUARQUE DE HOLANDA, S. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPISTRANO DE ABREU, J. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800 e os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

CERTEAU, M. de. A operação historiográfica. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 65-119, 1982.

FERNANDES, F. Antecedentes Indígenas: organização social das tribos tupis. In: BUARQUE DE HOLANDA, S. (Direção). *História Geral da Civilização Brasileira. A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial*. Tomo I, volume 1º. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. p. 72-86.

FREYRE, G. F. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

HOORNAERT, E. A importância das assembleias indígenas para os estudos brasileiros. In: *Religião e Sociedade*, São Paulo, v. 3, 1978. p. 177-187.

LAPA, J. R. do A.; PRADO JÚNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. In: MOTA, L. D. (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 3 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001. p. 257-272.

- MONTEIRO, J. M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, J. M. *Tupis, Tapuais e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. 233 f. Tese (Livre-Docência) - Departamento de Antropologia. IFCH-UNICAMP, Universidade de Campinas, Campinas, 2001.
- MOREAU, F. E. *Os índios nas Cartas de Nóbrega e Anchieta*. São Paulo: Annablume, 2003.
- PRADO JÚNIOR, C. *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- _____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 275 *apud* VAINFAS, R. Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-12, ago./1999.
- RAMINELLI, R. *Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- REIS, J. C. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 8 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- RODRIGUES, A. D. *As Línguas Gerais Sul-Americanas*. Disponível em: <<http://orbita.starmedia.com/~i.n.d.i.o.s/textos/txt009lg.htm>>. Acesso em: 17 out. 2009.
- SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VAINFAS, R.; CAPISTRANO DE ABREU, J. Capítulos de História Colonial. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos*. 3 ed. São Paulo: Editora SENAC, 2001. p. 171-190.
- _____. Colonização, Miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 1-12, ago./1999.
- _____. *A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPÍTULO 6 – O SETOR SUCROALCOOLEIRO EM GOIÁS: CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO PRODUTIVO¹

Divina Aparecida Leonel Lunas Lima²

Alexandro Leonel Lunas³

A discussão da expansão do setor sucroalcooleiro no Brasil apresenta dois componentes importantes. O primeiro é da questão da substituição das culturas com a necessidade de aumento do cultivo da cana-de-açúcar para abastecimento das agroindústrias. O segundo é a importância que a tecnologia terá para poupar o principal recurso natural utilizado para a produção de cana-de-açúcar, a terra. Desta forma, entende-se que uma análise da expansão do setor sucroalcooleiro no estado de Goiás é um dos indicativos importantes da configuração e dos efeitos do mesmo para as demais atividades produtivas no estado.

A elevação dos investimentos deste setor no estado de Goiás se dá a partir de 2005 com a entrada no mercado nacional da tecnologia de carros *flex fuel*, incentivando a demanda pelo etanol que se encontrava estagnada e relacionada apenas a mistura à gasolina através de uma ação do Governo Federal. A criação do mercado de etanol com possibilidades de substituição da gasolina favoreceu a expectativa de empresários quanto à consolidação deste mercado e consequentemente da sua rentabilidade atraindo capitais para a implanta-

1 Resultados parciais de pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Estudos sobre as Cadeias Agroindustriais do Sudoeste Goiano da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Santa Helena de Goiás (CNPQ).

2 Doutora em Desenvolvimento Econômico e pós-doutora em Economia pela Unicamp. Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Santa Helena de Goiás. *E-mail*: divalunas@gmail.com.

3 Mestrando em Contabilidade Multi-institucional pela Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor da Universidade Estadual de Goiás. Unidade Universitária de Santa Helena de Goiás. *E-mail*: alexandrolunas@gmail.com.

ção de novas empresas, aquisições de empresas antigas e fusões entre grandes empresas deste setor.

Em Goiás, o movimento mais característico foi a expansão do setor via implantação de novas empresas. Neste capítulo a discussão central foi orientada pela questão que norteou a pesquisa formulada no seguinte enunciado: qual a principal característica da expansão do setor sucroalcooleiro em Goiás a partir de 2005 e quais os efeitos desta expansão no espaço produtivo goiano, especificamente sobre as culturas de soja e milho?

A metodologia do estudo foi uma pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários das culturas analisadas que são a cana-de-açúcar e os principais grãos goianos, soja e milho. Estes dados foram compilados e analisados com objetivo de identificar a característica da expansão do setor e sua configuração espacial no estado de Goiás, apontando impactos desta expansão sobre as demais culturas analisadas.

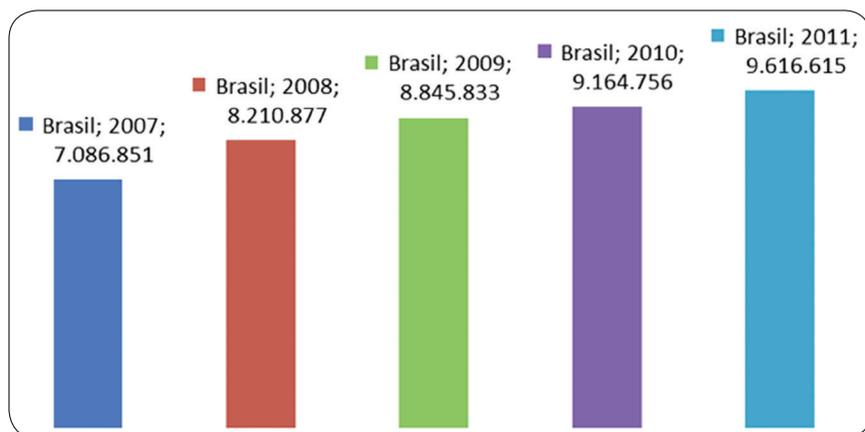
O capítulo está estruturado em cinco seções principais. Esta Introdução é a primeira seção que apresenta os objetivos, questão norteadora do estudo e a metodologia da pesquisa. A segunda seção discute a expansão da cana-de-açúcar no Brasil e a configuração do espaço produtivo do setor sucroalcooleiro a partir da organização do fornecimento da matéria-prima. A terceira seção analisa os dados do estado de Goiás e a característica desta expansão dentro de um contexto de ocupação das mesorregiões goianas e competição com outras culturas. A quarta seção apresenta as perspectivas dos avanços deste setor para o estado de Goiás e a quinta seção destaca as considerações finais que discute os principais apontamentos conclusivos do estudo e uma recomendação de agenda de estudos na academia sobre o setor.

A expansão da cultura da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas e tendências para o setor sucroalcooleiro

O Brasil é um país tradicional na produção e processamento industrial da cana-de-açúcar que apresentou desde 2005 um novo ciclo de expansão comandado pelas expectativas da criação da

demanda no mercado internacional pelo etanol e o fortalecimento desta demanda no mercado interno. Estas expectativas atraíram empresas para este mercado favorecendo a expansão da área plantada com a cana-de-açúcar. Na safra 2011, a área destinada ao cultivo da cana-de-açúcar teve um aumento de 4,93% em relação a 2010, uma variação pequena em relação ao registrado nos últimos anos, conforme pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1: Área plantada na cultura da cana-de-açúcar no Brasil, 2007 a 2011.



Fonte: UNICA (2013).

A Figura 1 apresenta uma relação crescente da área plantada com um aumento de 36% de 2007 para 2011, o que demonstra um investimento considerável nesta atividade, com crescimento de ano para ano. O ano de 2008 teve a maior taxa com 15,86% nos períodos analisados, porém, esta taxa não se manteve nos anos subsequentes, ficando com 7,73%, 3,60% e 4,93%, respectivamente nos anos de 2009, 2010 e 2011.

Dentre os estados brasileiros que produzem a cana-de-açúcar, destaca-se o estado de São Paulo que participa com 54,24% de toda a área plantada da safra 2011, seguido pelos estados de Minas Gerais com 8,64% e Goiás com 7,25%. Dentre os estados produtores, o que tem a menor participação é o estado do Amapá com 0,0014%.

A Tabela 1 apresenta os estados produtores e suas respectivas áreas destinadas à cultura da cana de 2007 até 2011. O destaque é o

aumento de 545% da área plantada no estado de Tocantins, enquanto Santa Catarina reduziu sua área neste período em 37%.

Tabela 1: Área plantada (ha) de cana-de-açúcar, 2007 a 2011.

Estados/Safra	2007	2008	2009	2010	2011
Acre	1.022	2.886	2.541	2.769	2.654
Alagoas	410.835	434.000	434.005	434.370	434.684
Amapá	80	110	70	130	130
Amazonas	6.274	6.050	6.050	5.407	5.211
Bahia	108.179	109.606	82.045	96.743	116.171
Ceará	40.098	42.159	42.706	43.024	41.370
Distrito Federal	568	757	783	923	883
Espírito Santo	68.816	78.249	80.162	81.393	76.488
Goiás	278.000	416.137	524.194	578.666	697.541
Maranhão	42.451	48.623	46.112	50.477	48.565
Mato Grosso	219.217	218.873	241.668	212.498	226.993
Mato Grosso do Sul	191.577	252.544	285.993	399.408	495.821
Minas Gerais	496.933	610.456	715.628	746.527	831.329
Pará	10.956	8.889	9.973	10.897	12.592
Paraíba	120.004	122.587	122.888	123.691	118.097
Paraná	538.931	594.585	595.371	625.885	641.765
Pernambuco	356.520	403.072	352.276	361.937	345.416
Piauí	12.372	12.629	12.866	12.841	15.194
Rio de Janeiro	132.504	137.407	135.130	133.286	105.091
Rio Grande do Norte	61.425	65.910	67.597	65.326	59.463
Rio Grande do Sul	35.767	36.779	36.688	35.970	32.694
Rondônia	3.047	3.204	4.220	3.824	3.767
Roraima	548	559	559	563	564
São Paulo	3.890.414	4.541.509	4.977.077	5.071.205	5.216.491
Santa Catarina	17.740	18.084	17.646	9.528	11.129
Sergipe	38.616	38.895	41.931	46.665	50.988
Tocantins	3.957	6.318	9.654	10.803	25.524
Região Centro-Sul	5.870.467	6.905.380	7.610.340	7.895.289	8.336.225
Região Norte-Nordeste	1.216.384	1.305.497	1.235.493	1.269.467	1.280.390
Brasil	7.086.851	8.210.877	8.845.833	9.164.756	9.616.615

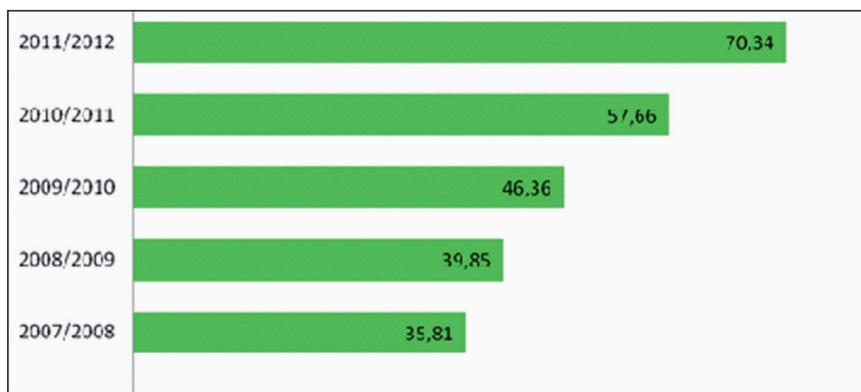
Fonte: UNICA (2013).

Os estados que apresentaram crescimento acima de 36%, que foi a média do período, foram: Acre com 160%, Mato Grosso do Sul com 159%, Goiás com 151%, Minas Gerais com 67%, Amapá com 63% e Distrito Federal com 55%. O estado de São Paulo com a maior área plantada apresentou no período um crescimento de 34% próximo da média. Os estados que apresentaram redução de sua área plantada foram: Santa Catarina 37%, Rio de Janeiro 21%, Amazonas 17%, Rio Grande do Sul 9%, Rio Grande do Norte e Pernambuco [com] em 3% e Paraíba 2%.

Vários fatores influenciam as alterações na área ocupada de uma cultura, um dos principais é o preço praticado no mercado. Na cultura da cana, existem dois tipos de produtores que são responsáveis pelo fornecimento da cana-de-açúcar ao setor agroindustrial: as próprias usinas que produzem sua matéria prima e terceiros que são produtores independentes, ou seja, são fornecedores autônomos regulados por contratos específicos.

Um parâmetro que pode explicar o aumento da área plantada no Brasil é o preço pago aos produtores independentes da cana-de-açúcar, conforme dados consultados na UNICA (2013) que demonstram que a média dos preços praticados no mercado por tonelada de cana-de-açúcar apresentou uma elevação ano a ano sendo um incentivo a mais para os produtores independentes. (Figura 2)

Figura 2: Preço por tonelada de cana-de-açúcar – 2007 a 2011.



Fonte: UNICA (2013).

Segundo CONAB (2012) o Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar no mundo, tendo uma média de produtividade em torno de 70 t/ha, com uma área total destinada a cana de 8,52 milhões de hectares plantados para a safra de 2012/2013.

Segundo Dantas Filho (2009) a participação da cana-de-açúcar e de suas atividades correlacionadas, correspondem no PIB Brasileiro 2,2%. Entende-se que o aumento desta participação será significativo nos próximos anos com a consolidação do mercado de etanol, tanto nacional quanto internacional.

A característica desta cultura quanto ao seu destino industrial, com a possibilidade de economias de escopo entre produtos, torna-a uma das mais atrativas para os capitais industriais que tem migrado para atividades vinculadas ao agronegócio e favorece esta onda de expansão das áreas plantadas para o abastecimento de um parque industrial em crescimento.

De acordo com Demirbas, Balat e Balat (2009) a importância da cana-de-açúcar está nos aspectos energéticos, tanto líquidos quanto na forma de energia elétrica a partir do bagaço, fonte considerada limpa, o que possibilita uma substituição ou diminuição do uso de combustíveis fósseis, considerados poluentes.

Ainda de acordo com os mesmos autores, são fatores da maior utilização e crescimento da bioenergia:

- 1) Contribui para redução da pobreza em países em desenvolvimento;
- 2) Atende a necessidade de energia em todos os momentos, sem dispositivos caros de conversão do combustível;
- 3) Pode fornecer energia em todas as formas que as pessoas precisam (combustíveis líquidos e gasosos, de calor e eletricidade);
- 4) Dióxido de Carbono (CO₂) neutro ou até com possibilidade de se tornar sumidouro deste poluente.

A preocupação crescente com a busca de fontes renováveis de energia pode contribuir para o crescimento do setor sucroalcooleiro, o que poderá impulsionar sua principal matéria prima, a cana-de-açúcar. Com o crescimento da cadeia produtiva da cana há uma

pressão natural pelo aumento da área plantada. Porém, alguns aspectos são preocupantes neste contexto, como a substituição da área agricultável de grãos para cana-de-açúcar em alguns municípios goianos (LIMA, 2010).

O setor sucroalcooleiro em Goiás

O estado de Goiás apresenta uma tradição na produção do setor sucroalcooleiro. Apesar do ano de 2005 marcar o novo período de entrada de novos capitais neste estado no setor, o estado conta com importantes grupos tradicionais de origem de capital nacional que com as novas dinâmicas tem procurado estratégias de competitividade e novas formas de gestão para sua permanência no mercado nacional do setor. Estes grupos tradicionais no estado tem uma estratégia de abastecimento baseada no fornecimento de matéria-prima própria com reduzida participação de fornecedores. Esta opção deriva-se das características desta cultura para o seu processamento industrial.

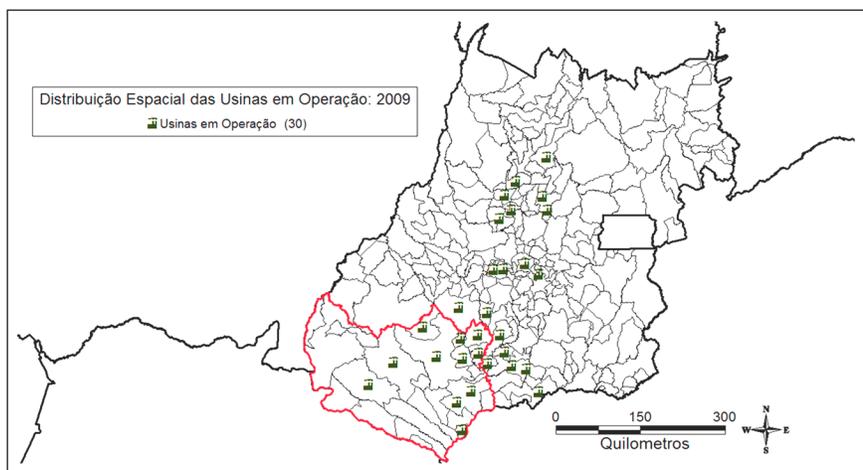
A principal característica que favorece a produção própria pelas usinas é a localização dos canaviais da indústria. Esta distância de acordo com o estudo de Lima e Garcia (2011) não pode ultrapassar 30 km devido ao elevado custo de transporte e pelo impacto da alta quantidade de matéria-prima para o abastecimento de uma usina.

Outro fator importante é o tempo entre a colheita da cana-de-açúcar e seu processamento industrial, que não deve ultrapassar 72 horas, quando a cana-de-açúcar for queimada no campo e efetuado o corte manual ou mesmo mecanizado. Quando a cana-de-açúcar é colhida picada, este tempo diminui mais ainda e há uma recomendação de processamento industrial rápido devido a perdas de ATR. (FERNANDES, 2003).

A Figura 3 apresenta os dados de usinas em operação em 2009. A visualização da distribuição geográfica destas usinas demonstra a concentração na Mesorregião Sul Goiano. O destaque dentro desta mesorregião é a Microrregião Sudoeste Goiano (região destacada na Figura 3). Salienta-se que não há uma alteração significativa desta concentração devido à crise de 2008 no mercado internacional, que

provocou no estado de Goiás uma paralisação de vários projetos de implantação de usinas e de novos projetos de investimentos do setor sucroalcooleiro. Este cenário de paralisação dos investimentos deu-se em nível nacional de acordo com Pinto (2011) atingindo inclusive o processo de fusões e aquisições.

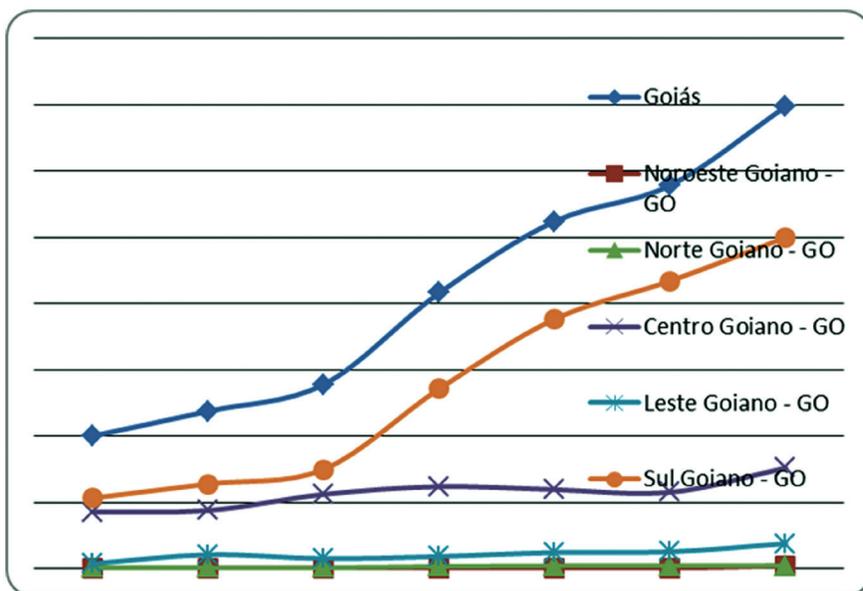
Figura 3: Goiás e Sudoeste Goiano. Usinas em operação em 2009.



Fonte: Lima (2010, p. 83).

A localização destas usinas nesta região favorece o aumento da área plantada da cultura para o abastecimento destas empresas devido às características quanto ao processamento industrial ter um limite viável de tempo após a colheita, gerando uma necessidade de proximidade entre o campo e a indústria. Na Figura 4 apresentam-se os dados sobre a expansão da área de plantada da cana-de-açúcar no estado de Goiás e mesorregiões.

Figura 4: Área plantada de cana-de-açúcar (ha) Goiás e Mesorregiões, 2005 a 2010.



Fonte: IBGE - SIDRA (2013)

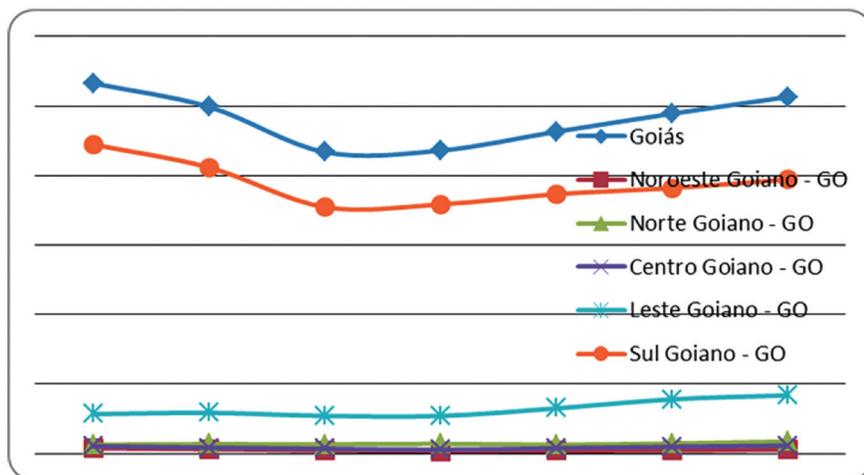
Nota-se que a tendência da expansão da cultura da cana-de-açúcar em Goiás é comandada pelos movimentos da mesorregião Sul Goiano que apresenta uma participação na área plantada de cana-de-açúcar em 2005 de 53% e no ano de 2011 a participação registra 71% do total da área plantada de cana-de-açúcar no estado de Goiás. Observa-se no período um crescimento significativo do crescimento da área plantada devido à elevação do número de usinas nesta Mesorregião pela implantação de novos grupos empresariais.

Os dados quanto à participação da cana-de-açúcar na área plantada de lavouras temporárias total do estado de Goiás indicam que esta cultura representava 4,6% em 2005 de todas as lavouras temporárias goianas com um crescimento desta participação em todos os anos seguintes, atingindo em 2011 uma participação de 14,27. Para a mesorregião Sul Goiano esta cultura representava 3,27% e 13,82 respectivamente em 2005 e 2011.

Segundo os dados coletados na SEPLAN (2013) o número de destilarias no estado apresenta uma taxa geométrica de crescimento no período de 2005 a 2010 de 22%. Em 2005 eram 14 destilarias, em 2010 este número é de 36 unidades industriais. A maioria das novas empresas tem a produção de etanol como o único produto, devido ao menor volume de investimentos necessários para a implantação desta empresa, quando comparada com uma usina de açúcar e álcool.

A análise do impacto desta expansão sobre as demais culturas indica que houve uma retração especificamente na sojicultura, com pequenas reduções na área plantada da soja, conforme pode ser visualizado na Figura 5.

Figura 5: Área plantada de soja (ha) Goiás e Mesorregiões, 2005 a 2010.



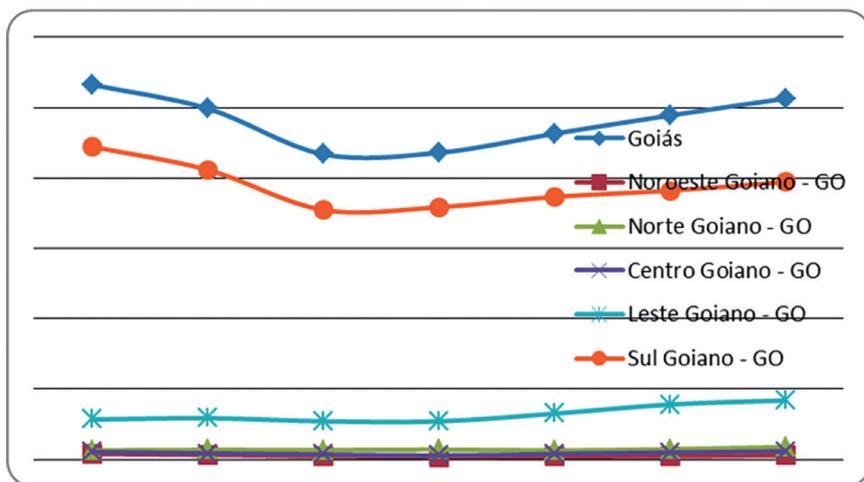
Fonte: IBGE – SIDRA (2013).

A Figura 5 apresenta a mesma tendência verificada na Figura 4 quanto à importância dos movimentos na produção na Mesorregião Sul Goiana e seus reflexos nos dados do estado de Goiás como um todo. Outra constatação é a redução na sojicultura a partir de 2005 até 2007. Ressalta-se que em 2008 tem-se a crise internacional que

afeta os investimentos do setor sucroalcooleiro em Goiás, conforme destacado anteriormente, este fato pode ter diminuído a pressão pela ocupação do solo goiano pela cana-de-açúcar e a recuperação da área percebida nos anos posteriores a 2008. No entanto, a área de ocupação com a cultura da soja em 2011 é inferior à área de 2005 em 98.038 ha.

Outro fator importante é que em Goiás a soja é uma cultura muito utilizada para as renovações dos canaviais, favorecendo a sua permanência no cenário produtivo do estado. A Figura 6 apresenta os dados da cultura do milho. Esta cultura é uma das mais importantes para a cadeia da carne na composição das rações para suínos e aves. Neste estudo, devido ao objetivo das análises, não foram analisados dados deste setor, contudo, indica-se a importância das pesquisas sobre os impactos indiretos da expansão da cultura da cana-de-açúcar sobre a cadeia de carnes do estado de Goiás.

FIGURA 6: Área plantada de milho (ha) Goiás e Mesorregiões, 2005 a 2010.



Fonte: IBGE – SIDRA (2013).

Na cultura do milho a tendência verificada quanto à hegemonia do espaço produtivo agrícola do estado de Goiás pela Mesorregião Sul Goiano é a mesma verificada anteriormente nas culturas da

soja e cana-de-açúcar. Os dados da área plantada com milho apresenta uma evolução na participação nas lavouras temporárias totais do estado. Em 2005 esta cultura representava 14% e em 2011 esta participação eleva-se para 20%.

A forte alta dos preços deste grão devido ao aumento da demanda na região e no mundo favoreceram a expectativa dos produtores quanto à rentabilidade desta atividade, incentivando o aumento da área plantada com o milho. Outro fator positivo para esta cultura é que em Goiás o milho é a principal cultura de entressafra da soja. Este fato e a melhoria das sementes precoces podem diminuir a pressão pela ocupação do solo goiano nesta cultura. As demais mesorregiões goianas tem uma produção agrícola reduzida em termos de áreas, conforme pode ser verificados na Figura 6 quanto à cultura do milho.

Perspectivas do setor sucroalcooleiro em Goiás

A nova configuração produtiva do estado de Goiás, derivada da pressão exercida pelo setor sucroalcooleiro, caracteriza-se pela ocupação dos espaços com melhor infraestrutura, favorecendo a concentração da Mesorregião Sul Goiano. Esta nova organização pressiona os capitais industriais instalados nesta região, especificamente os de grãos, que apresentam um amplo parque industrial de processamento desta matéria-prima, sendo que esta cadeia é um importante elemento de competitividade para a sustentabilidade do complexo de carnes (suínos e aves).

A organização entre os diferentes capitais produtivos em Goiás apresenta uma complexidade acentuada pelas características próprias de cada cadeia, gerando diferentes perspectivas para os diferentes atores da sociedade goiana. O Governo Estadual tem apresentado um discurso conciliatório quanto à possibilidade de expansão do setor sucroalcooleiro com reduzido impacto para os demais setores do agronegócio. Contudo, este discurso tem sido conflitado com os dados de implantação das agroindústrias de cana-de-açúcar em alguns municípios goianos que tem registrado impactos negativos nas demais atividades produtivas.

Lima (2010) aponta que a Microrregião de Quirinópolis, que recebeu dois dos maiores grupos entrantes de usinas, apresentou uma retração acentuada na produção de grãos e o desaparecimento da cadeia de leite desta região. Ou seja, a análise macroeconômica do espaço produtivo indica um deslocamento ou mesmo substituição com a entrada da cana-de-açúcar nos municípios goianos. A tendência do discurso do Governo Estadual de Goiás é apontar que a cana-de-açúcar tem expandido nas áreas de pastagens degradadas, contudo o estudo de Silva e Miziara (2011) aponta a mesma concentração em áreas de culturas de grãos verificadas no trabalho de Lima (2010). Desta forma, entende-se que a expansão não alterou sua característica de implantação e concentração em áreas de melhor infraestrutura com fortes impactos para os setores produtivos destas regiões.

Outro fator que deve ser destacado quanto às perspectivas para este setor é quanto a sua gestão empresarial. A crise internacional de 2008, conforme salientado anteriormente, gerou um período de estagnação dos investimentos e nova organização produtiva com decisões quanto a fusões e aquisições de empresas que foram intensificadas. Estas decisões provocaram o surgimento de grandes grupos no mercado goiano, como a Raizen, ETH e Petrobras, com investimentos em grupos instalados no estado. Outras empresas enfrentam o período com crises de gestão e/ou com processos de falência, o caso da Usina de Santa Helena de Goiás, a mais antiga do estado. Estas mudanças demonstram que a gestão deste setor será comandada por um processo de profissionalização que mudará o perfil dos grupos empresariais do setor, com entrada de capitais internacionais tanto em Goiás quanto no país.

Considerações finais

Os dados indicam uma concentração produtiva na Mesorregião Sul Goiano, elevando ali a competição por terras. A caracterização desta ocupação produtiva é a substituição de culturas e alteração do padrão produtivo, gerando conflitos nas cadeias produtivas de grãos e consequentemente na de carnes (suínos e aves). Devido às

características da produção industrial do setor sucroalcooleiro, esta concentração intensifica a relação de propriedade com a terra pelos grupos empresariais que tem optado pelo fornecimento próprio com aquisição de terras nas regiões de expansão.

Este tipo de fornecimento diminui os efeitos multiplicadores da cadeia da cana-de-açúcar para a sociedade goiana. Desta forma, há tentativas de organização do espaço produtivo através de regulações municipais de ocupação, contudo, ressalta-se que este tipo de regulação dentro de um ambiente produtivo de Goiás é ineficiente devido à proximidade dos municípios e os efeitos de decisões empresariais destes grupos atingirem vários municípios.

Salienta-se que o estado de Goiás tem que atuar de forma ativa na discussão dos efeitos de ocupação do solo goiano e da configuração produtiva do setor sucroalcooleiro. A participação do Estado como planejador de gestão do solo goiano poderá diminuir os efeitos negativos da expansão do setor sucroalcooleiro e contribuir para uma consolidação sustentável deste setor para a sociedade goiana. Outra constatação é que a agenda de pesquisa em Goiás deve concentrar esforços em desenvolvimento de estudos para entender a dinâmica da consolidação do setor sucroalcooleiro, contribuindo com o debate e com ações de planejamento do governo do estado.

Referências

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Acompanhamento da Safra Brasileira. Cana-de-açúcar, safra 2012/13. Segundo levantamento agosto de 2012*. CONAB, 2012. 18p.

DANTAS FILHO, P. L. *Análise de custos na geração de energia com bagaço de cana-de-açúcar: um estudo de caso em quatro usinas de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Energia) – Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

DEMIRBAS, M. F.; BALAT, M.; BALAT, H. *Potencial contribution of biomass to the sustainable energy development*. Energy Conversion and Management. Elsevier, p. 1746-1760, 2009.

FERNANDES, A. C. *Cálculos na agroindústria da cana-de-açúcar*. 2.ed. Piracicaba: STAB – Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil, 2003.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção agrícola Municipal, Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

LIMA, Divina Aparecida L. L. **Estrutura e Expansão da Agroindústria Canavieira no Sudoeste Goiano**: Impactos no Uso do Solo e na Estrutura Fundiária a partir de 1990. 261fp. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LIMA, D. A. L. L.; GARCIA, J. R. A evolução da produção de cana-de-açúcar e o impacto no uso do solo no Estado de Goiás. *Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)*, v.19, p. 374-403, 2011. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/art/201110-374-403.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

PINTO, M. J. A. *Investimentos diretos estrangeiros no setor sucroenergético*. Ribeirão Preto. 2011. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, 2011.

SEPLAN. Dados estatísticos. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/serieEB/Port/2trimestre2012/07-tab09.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2013.

SILVA, A. A.; MIZIARA, F. Avanço do setor sucroalcooleiro e expansão da fronteira agrícola em Goiás. *Pesq. Agropec. Trop.*, Goiânia, v. 41, n. 3, p. 399-407, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/pat/article/view/11054>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

ÚNICA. UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR. UNIDATA. Disponível em: <http://www.unicadata.com.br/listagem.php?idMn=61>>. Acesso em: 23 fev. 2013.

CAPÍTULO 7 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DOS ANOS 1960: UMA QUESTÃO DE ESTADO¹

Dulce Portilho Maciel²

O presente capítulo é resultado parcial de um esforço que vimos empreendendo, no sentido de obter compreensão acerca da natureza e do alcance das políticas governamentais de intervenção no território brasileiro e, mais especificamente, nos espaços ditos regionais. Trata-se de um ensaio de aproximação a esta temática, em que tomamos como ponto de partida as seguintes indagações: Quando e como os problemas regionais de desenvolvimento econômico – ou, em outros termos, a questão regional – tornaram-se, para o governo federal, uma questão de estado? Que tratamento(s) mereceu esta questão, da parte dos governos militares pós-Revolução de 1964, em face da primazia que conferiram aos assuntos de segurança nacional e, especificamente, aos de segurança interna?

A primeira parte deste trabalho tem em vista esclarecer aquela primeira indagação; consiste em uma versão resumida de ideias desenvolvidas no meio acadêmico brasileiro, sobre a relação entre Estado e região, no Brasil. A segunda parte representa um esforço na busca de resposta(s) para a segunda indagação. Neste sentido, examinamos aí uma conferência do Ministro do Interior (entre março de 1967 e janeiro de 1969), o general Afonso Augusto Albuquerque de

1 Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na VI Semana de História, organizada pelo curso de História da Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas (UNUCSEH), da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

2 Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora/pesquisadora da Universidade Estadual de Goiás (UEG). *E-mail*: dportilho@uol.com.br.

Lima, publicada na Revista da ADESG (n. 125-126, 1967), periódico editado pela Escola Superior de Guerra³.

A importância deste documento reside no fato de sua divulgação ter ocorrido na ocasião em que se achava em andamento a constituição dos principais organismos regionais instituídos pelo regime militar instaurado no país em 1964, todos vinculados ao Ministério do Interior, a saber: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) - outubro de 1966 -, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) - dezembro de 1967- e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) - dezembro de 1967. Estas superintendências, assim como outras instituídas pelos governos militares⁴, seguem o modelo organizacional da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), constituída pelo governo (democrático) do presidente Juscelino Kubitschek, em dezembro de 1959.

Relação entre estado e região no Brasil: o caso nordeste

As discussões acadêmicas acerca da relação Estado-Região no Brasil, nas últimas décadas, têm passado, às vezes, pelo exame da assim chamada “questão regional”. Para isto, tomam-se como exemplo, frequentemente, o caso da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a mais longa e também a mais conhecida (mediante estudos e pesquisas) experiência de intervenção do Estado central sobre uma dada porção do território nacional, compreendida como “região”.

3 Transcrita no *Boletim Geográfico*, n. 205, ano 27, jul./ago. 1968, p. 3-15.

4 Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) – fevereiro de 1967 - e Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE)) – fevereiro de 1967 -, esta, depois transformada em empresa pública, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Na conferência aqui em foco, o Ministro trata longamente de uma Superintendência do Desenvolvimento do Vale do Paraíba do Sul (SUDEVAP), cujo projeto de criação estaria, na ocasião, sendo encaminhado à presidência da República. (*Op. cit.*, p. 12-13) Ao que parece, este organismo não chegou a ser implantado.

Nessas discussões, a expressão “questão regional” tem adquirido diferentes sentidos, muito embora geralmente sirva para exprimir a percepção de “desigualdades”, ou “desequilíbrios”, entre os níveis de desenvolvimento econômico-social alcançados pelas variadas parcelas de que se compõe o território brasileiro. Carlos Vainer e Frederico Araújo (2002, p. 13-32), nas reflexões que desenvolvem acerca do assunto, identificam variados ângulos pelos quais tais desigualdades são percebidas:

...obstáculos à difusão espacial da modernidade; manifestação ou projeção espacial da divisão social do trabalho e sua incessante transformação sob o capitalismo; momento particular do processo de homogeneização capitalista em que, sob a égide do capital financeiro monopolista, se desenvolvem os espaços regionais tradicionais; dimensão espacial da articulação de diferentes modos de produção (VAINER; ARAÚJO, 2002, p. 19-20).

E esses autores trazem a baila uma indagação: por que razão as desigualdades espaciais do desenvolvimento tornam-se, em dadas circunstâncias históricas, uma “questão” e, mais especificamente, uma “questão de Estado”? Para esclarecer esse ponto, os autores citados tomam como ponto de partida a gênese do uso da palavra região, para designar uma dada parcela do território nacional brasileiro, o Nordeste.

Conforme eles, a emergência de São Paulo, durante as primeiras décadas do século XX, à condição de polo dominante - “articulador e integrador” - da economia nacional fez desta unidade da federação brasileira (e, assim, da região Sudeste) um espaço diferenciado e “contraposto” a outros do território nacional. Esta circunstância teria dado margem à formulação de um discurso regionalista, fundado na percepção da existência de desigualdades entre as regiões brasileiras. Tal discurso legitimava-se mediante o reconhecimento público da existência de identidades sociais e culturais diferenciadas, segundo as regiões do país.

Buscava-se, com aquele discurso, transformar as especificidades regionais em identidade de interesses de todas as classes sociais

presentes em dada região. A partir daí, conforme aqueles autores, as classes dominantes da área de economia “açucareira-têxtil” e a de economia “algodoeira-pecuarista” teriam construído seu discurso regionalista, fazendo emergir o conceito de Nordeste. Unificava-se, assim, política e ideologicamente, as áreas dessas duas economias, cuja verdadeira unidade residia “na crise que o dinamismo do Centro-Sul (Rio de Janeiro e São Paulo) tornava mais evidente.” Na década de 1930, o Estado central buscou atender algumas das reivindicações de segmentos das classes dominantes que falavam “do Nordeste e pelo Nordeste”. Foram criados, na época, dois órgãos de abrangência nacional, mas que iriam atuar principalmente na região, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). As ações desses órgãos voltaram-se, conforme os autores citados, decididamente, para “a preservação das elites dominantes regionalmente” (VAINER; ARAÚJO, 2002, p. 21-22).

Foi só na década de 1940, todavia, que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definiu, pela primeira vez, uma divisão regional do Brasil, ficando assim criada, oficialmente, a região Nordeste. Contudo, a configuração do Nordeste como “questão regional” somente iria se manifestar na segunda metade da década de 1950, quando “o *problema Nordeste* ganha prioridade aos olhos dos setores hegemônicos nacionalmente e passa a ser tratado, por estes, como questão estratégica para a reprodução da acumulação em escala global e para a reprodução do pacto de poder vigente” (VAINER; ARAÚJO, 2002, p. 22; grifo dos autores).

Nessa época, entretanto, a emergência da “questão nordestina” como “questão nacional” não se configurou como um desdobramento das medidas anteriores de intervenção do Estado central naquela região. Diferentemente disto, “é a resposta à radicalização do conflito agrário, que toma foros de verdadeira convulsão social colocada em marcha pelas forças populares sob a liderança das Ligas Camponesas” (VAINER; ARAÚJO, 2002, p. 23). Àquela altura, o conflito de classes que ameaçava diretamente as elites regionais foi percebido, juntamente com o agravamento das disparidades em relação ao Sudeste, como ameaça à própria unidade nacional.

Nesta circunstância, segundo os autores citados, o Estado brasileiro viu-se premido a explicitar a questão nordestina como “questão de Estado”. E a transformação da questão nordestina em questão de Estado viria a traduzir-se, então, em um modelo de planejamento regional “cristalizado conceitual, política e institucionalmente” em um novo órgão, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (VAINER; ARAÚJO, 2002, p. 23-24).

A SUDENE deveria promover o desenvolvimento do Nordeste, mediante a industrialização e o crescimento autossustentado de sua economia. Em razão das estratégias adotadas pelo novo órgão, no entanto, a anterior captura de excedentes, por meio da troca desigual Nordeste-Sudeste, foi apenas substituída pela abertura da região à penetração do capital deste último, desta vez, nos próprios circuitos produtivos nordestinos. Deste modo, a “intervenção (salvadora) do Estado, chamado pelas classes dominantes nordestinas para livrá-las da ameaça das massas rurais mobilizadas pela reforma agrária, resultava em novos e mais aperfeiçoados mecanismos de exploração e de tutela da região” (VAINER; ARAÚJO, 2002, p. 24).

As ideias acima expostas corroboram as análises procedidas por Francisco de Oliveira, principalmente em sua obra *Elegia para uma Re(li)gião* (editada em 1977), em relação às condições sob as quais a SUDENE foi criada (em 1959) e, bem assim, aos modos como desenvolveria suas atividades, até meados da década de 1970. Também este autor percebe camuflado, no discurso dos “desequilíbrios regionais” - ou conflitos regionais -, o conflito de classes. Este conflito, segundo ele, “chegará a uma exacerbação cujo resultado mais imediato é a intervenção planejada do Estado no Nordeste, ou a SUDENE” (OLIVEIRA, 1987, p. 113). Nos últimos anos da década de 1950, conforme Francisco de Oliveira:

a burguesia industrial do Centro-Sul, caminhando rapidamente para a hegemonia, não tem escolha: é preciso submeter as classes populares do Nordeste ao seu tacão, mas... ela não atacará diretamente as classes populares do Nordeste, num movimento que visava evitar a confluência das forças populares em escala nacio-

nal: submeterá primeiramente sua irmã gêmea no Nordeste, a própria burguesia industrial (OLIVEIRA, 1987, p. 113).

Para Francisco de Oliveira, a criação da SUDENE foi parte do movimento mais amplo de integração econômica nacional, sob a hegemonia da burguesia industrial do Sul-Sudeste. Na condição de mecanismo de aceleração dessa integração, a SUDENE foi, antes de tudo, “um mecanismo de destruição acelerada da própria economia ‘regional’ nordestina”. Conforme Oliveira, o argumento da “segurança nacional” servia de disfarce para o antagonismo de classes. Este antagonismo expressou-se, todavia, com clareza, na luta ideológica que se travou por ocasião da criação da SUDENE, tanto nos debates parlamentares, como nos próprios programas e projetos do novo organismo. Para Francisco de Oliveira, nenhum texto é mais “exemplificativo” disto que a conferência pronunciada por Celso Furtado, na época, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) - posteriormente inserida em seu trabalho *A Operação Nordeste* -, assim como no clássico documento de sua autoria, *Uma política de desenvolvimento Econômico para o Nordeste*. Nestes textos, o fundador da SUDENE enfatiza, explicitamente, “o risco que correria a unidade nacional se o agravamento dos desequilíbrios entre o Nordeste e o Centro-Sul persistisse na direção e na intensidade indicadas pelas estatísticas disponíveis” (OLIVEIRA, 1987, p. 114). Para o autor, a unidade que se achava em risco era, naquele momento, em realidade, a “unidade da nação burguesa” (OLIVEIRA, 1987, p. 113-114).

Foi, porém, com o advento do regime militar em 1964, segundo ele, que teria se instaurado no Brasil, decididamente, o planejamento da expansão hegemônica do capitalismo monopolista, representado pela empresa estatal, pela empresa multinacional e pela empresa nacional privada - frequentemente, as duas últimas associadas:

A crise de 1964 funde todos os elementos do conflito de classes, tanto a nível regional quanto nacional; na verdade, é apenas pelo agravamento das tensões no coração da própria região que comandava o processo de expansão capitalista e pela forma que

tomou, de uma intervenção aberta das Forças Armadas, que o conflito de classes no Nordeste também se resolve – advertindo-se, desde logo, que o termo ‘resolução’ é empregado aqui em seu sentido dialético -; e por consequência, que o direcionamento do processo de planejamento regional assume sua forma definitiva (OLIVEIRA, 1987, p. 124).

A partir de 1964, conforme Oliveira, o mecanismo de incentivos fiscais, especialmente, constituiu-se em forma de financiamento da expansão do capitalismo monopolista no Brasil. E não foi por obra do acaso que esta invenção - o mecanismo de incentivos fiscais - iria ser estendida a outras regiões e setores da atividade econômica nacional. À Amazônia, à pesca, ao reflorestamento, ao turismo, etc. E, sob outras formas, também ao financiamento das exportações, da obsolescência programada, “enfim a um conjunto de atividades que expressam... a transformação da riqueza nacional em pressuposto da reprodução do capital...”. Na visão de Oliveira, a SUDENE foi, neste sentido “... um aviso prévio do Estado autoritário, da exacerbação da fusão Estado-burguesia, da dissolução da ambigüidade Estado-burguesia, a tal ponto que se confunde um com o outro, e os limites do Estado e sociedade civil parecem borrar-se completamente” (OLIVEIRA, 1987, p. 125).

Região e segurança nacional no pós-1964: os casos Nordeste e Amazônia

A conferência do ministro do Interior,⁵ referida na introdução a este capítulo, inicia-se com uma exposição acerca dos sucessos obtidos pelo Governo Federal no Nordeste, mediante a ação da SUDENE; a certa altura, ele afirma:

5 O general (de brigada) Afonso Augusto Albuquerque Lima assumiu o cargo de ministro do Interior em 15 de março de 1967, mesma data em que o Marechal Costa e Silva foi empossado na presidência da República. Foi o primeiro titular da pasta com este nome, visto que, quando foi criada, pelo governo Castelo Branco, chamou-se Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais.

O êxito da política de desenvolvimento no Nordeste deve-se, indiscutivelmente, à ação da SUDENE, pela estratégia correta e bem executada que vem adotando, não só pela coordenação dos investimentos federais na região... Como pela criação de um elenco de incentivos fiscais, creditícios e cambiais para o setor privado. [...] Realmente, a política de incentivos está plenamente vitoriosa (LIMA, 1968, p. 3).

A política de incentivos fiscais consistia na faculdade, concedida às empresas - de início, apenas às nacionais; a partir de 1963, também às de capital estrangeiro (CANO, 2002, p. 129) -, de optar pelo pagamento de 50% do imposto de renda devido à receita federal, depositando a outra parte no Banco do Nordeste, instituição encarregada de financiar projetos de investimentos empresariais na região, previamente aprovados pela SUDENE. Conforme o Ministro, por esse engenhoso sistema, os subsídios não eram dados ao Nordeste, mas usufruídos por capitalistas forâneos: “como o Imposto de Renda é pago pelas firmas do Centro-Sul, são elas as beneficiárias do subsídio criado por Lei, com o elevado objetivo social de dinamizar a economia da *região brasileira menos favorecida e considerada uma área crítica de segurança nacional*” (LIMA, 1968, p. 3; grifo nosso).

Segundo o Ministro, o crescimento da economia nordestina evidenciava-se por diferentes indicadores (consumo de energia elétrica, produção de cimento, etc.), sendo o mais significativo deles, o espetacular aumento na arrecadação do imposto de renda, registrado a partir de 1962, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas. Contudo, nas conclusões da análise procedida acerca da atuação da SUDENE, o Ministro insiste na necessidade de manutenção dos incentivos fiscais em relação ao Nordeste e sua extensão à Amazônia, regiões por ele consideradas “críticas”, do ponto de vista da segurança nacional:

Daí considerar-se mesmo *um ato praticado contra a unidade nacional pensar em suspender um processo econômico...* Pela redução... Da percentagem... Para investimento naquelas áreas críticas, *como preconizam alguns que não conhecem de perto a*

realidade nacional, naquilo que diz respeito às tensões sociais existentes naquelas mencionadas áreas críticas (LIMA, 1968, p. 6; grifo nosso).

Conforme o Ministro, a região amazônica representava, então, um grave problema nacional, a ser enfrentado por dois flancos: de um lado, pela melhoria do padrão de vida das populações locais; de outro, pela ocupação efetiva do território, com vistas à segurança nacional. Para reforçar este último ponto de vista, o Ministro cita declarações de estadistas e escritores estrangeiros, adeptos da tese de internacionalização da Amazônia e/ou da que propugna a transferência de grandes massas de população de regiões superpovoadas para áreas vazias do planeta (neste caso, com menção à Amazônia) ou, ainda, a da exigência de se entregar territórios despovoados e mal aproveitados economicamente, a nações notoriamente capacitadas para extrair riquezas de regiões inóspitas e/ou afastadas da civilização. Tais nações, deste modo, vinham colaborando, de maneira efetiva, para a prosperidade e o bem-estar geral da humanidade. E o Ministro conclui sua exposição sobre o tema fazendo um alerta: “Há poderosos interesses e pressões internacionais que incidem sobre a Amazônia. Portanto, o problema amazônico passa a ser, para a consciência nacional, uma questão de primordial importância de segurança nacional...” (LIMA, 1968, p. 9).

No documento ora examinado, o Ministro relaciona uma série de princípios que, segundo ele, emergiram dos estudos realizados com vistas ao estabelecimento de um plano governamental para a ocupação da Amazônia, a ser executado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), organismo então recém-criado. Entre esses princípios, achava-se o da concessão de incentivos fiscais (similares aos concedidos em relação ao Nordeste) e outros a serem criados, sobretudo no concernente à Amazônia Ocidental. Citemos alguns outros desses princípios:

- A ocupação do território amazônico deverá iniciar-se pelo aproveitamento dos pólos de desenvolvimento, alguns dos quais

com uma tênue camada populacional. Desse modo, o sentido da colonização que se deseja plantar não pode desprezar o aproveitamento dos grupos humanos já existentes, utilizando-os como elementos de vanguarda para o avanço rumo ao interior da região (LIMA, 1968, p. 10).

- A ocupação da Amazônia não está na dependência exclusiva de seus cursos d'água. Exige uma nova compreensão, no sentido de que seja executada uma política rodoviária intensa e de significado econômico... (LIMA, 1968, p. 10).

- Implantação de uma adequada infraestrutura sobre a qual a ocupação e a humanização da Amazônia possam apoiar-se e desdobrar-se. Serão estes os pontos considerados básicos para a implantação de unidade de desenvolvimento ou núcleo de desenvolvimento (LIMA, 1968, p. 10, grifo nosso).

- Desapropriação das terras ao longo das estradas, numa faixa nunca inferior a 50 km de cada lado, para o estabelecimento de uma estrutura agrária nova, muito diferente daquela existente no Nordeste e responsável, em grande parte, pelos inúmeros problemas já existentes (LIMA, 1968, p. 10).

Alguns desses princípios foram efetivamente aplicados, por meio de variadas estratégias e em diferentes períodos de tempo, pelos governantes militares que se sucederiam no futuro. Tais estratégias iriam produzir efeitos de longo prazo, tanto para os grupos humanos transplantados para a Amazônia, como para a configuração econômico-espacial que iriam tomar as áreas sobre as quais incidiria a ação governamental, no sentido de promover o povoamento e a ocupação econômica da região. A implantação de infraestruturas, principalmente de rodovias, foi usada pelos governos militares, largamente, como estratégia para definir as áreas a serem prioritariamente ocupadas por atividades econômicas na chamada Amazônia Legal, bem como para orientar os fluxos de povoamento, neste caso, tanto no que diz respeito aos projetos oficiais de colonização, como no concernente a empreendimentos privados de implantação de núcleos coloniais.

Pelos critérios dos planejadores da intervenção do Estado central sobre as diferentes parcelas do território brasileiro, a região denominada Centro-Oeste constituía-se dos antigos territórios dos estados de Goiás (incluído o atual estado do Tocantins), Mato Grosso (incluído o atual estado do Mato Grosso do Sul), Rondônia (na época, Território Federal de Rondônia) e o Distrito Federal. Sobre esta região, deveria vir a atuar um novo organismo regional, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), cujo projeto de constituição achava-se, quando da divulgação do documento ora em foco, em tramitação no âmbito da Presidência da República - o ato de sua criação seria baixado em dezembro daquele ano de 1967.

Conforme o Ministro do Interior, no documento em pauta, a jurisdição da SUDAM abrangia todo o território compreendido na Amazônia Legal, ou seja: as unidades federadas constitutivas da região Norte (atuais estados do Pará, Amazonas, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá), mais a área do estado de Goiás acima do paralelo 13 (grosso modo, o atual estado do Tocantins), bem como a do estado de Mato Grosso ao norte do paralelo 16. Segundo o Ministro, a superposição de ações da SUDECO e da SUDAM, nessas áreas, fora adotada “com risco calculado”, sendo que as atividades destas duas instituições, nas áreas geográficas em comum, seriam objeto de permanente coordenação pelo Ministério do Interior - isto, observadas as leis e regulamentos, inclusive quanto à aplicação de incentivos fiscais atribuídos ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia (LIMA, 1968, p. 11). O documento em referência inclui as diretrizes a serem observadas na formulação, então em andamento, do Plano de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste; a saber:

- a) programas, pesquisas e levantamentos de potencial econômico da região;
- b) fixação de pólos de crescimento capazes de induzir o desenvolvimento de áreas vizinhas;
- c) concentração de recursos em áreas selecionadas;
- d) formação de grupos populacionais;
- e) fixação de populações regionais;

- f) incentivo e amparo à agricultura, à pecuária e à piscicultura;
- g) ampliação das oportunidades de formação de mão-de-obra especializada;
- h) coordenação dos recursos federais, dos contribuintes do setor privado e de fontes externas;
- i) coordenação e concentração da ação governamental nas tarefas de pesquisa, planejamento e implantação da infraestrutura econômica e social, reservando para a iniciativa privada as atividades agropecuárias, mercantis e de serviços básicos rentáveis (LIMA, 1968, p. 11-12).

Tais diretrizes, grosso modo, iriam servir de orientação à formulação de programas e projetos a serem desenvolvidos sob a coordenação e supervisão da SUDECO, ao longo de sua existência - seria extinta em 1990. A área denominada Amazônia Legal abrangia largas extensões dos antigos territórios de Goiás e Mato Grosso, sendo que a elas se aplicaram, mais intensamente que nas unidades federativas da região Norte (estados do Amazonas e Pará e territórios federais do Amapá, Roraima, Acre e Rondônia)⁶, a estratégia mencionada. A jurisdição sobre a Amazônia Legal, como já foi dito, achava-se a cargo da SUDAM.

Limites territoriais de jurisprudência em áreas sulinas

A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País (SPVERFSP) fora instituída em novembro de 1956, com vistas à promoção da melhoria das condições de vida das populações de um conjunto de 101 municípios, dos estados de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, situados junto à linha de fronteira do Brasil com a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Em fevereiro de 1967, em substituição a esse organismo, criou-se, no âmbito do Ministério do Interior, a Superintendência da Fron-

⁶ Este último foi mais tarde transferido à jurisdição da SUDECO.

teira Sudoeste, nos moldes dos demais órgãos regionais (SUDENE, SUDAM e SUDECO); ou seja, sob regime autárquico. Conforme o ministro do Interior, no documento aqui em foco, esta medida havia sido involuntariamente retardada: “diante das graves distorções a que fora submetido o antigo organismo, somente este ano conseguimos estruturar a [nova] Superintendência...” (LIMA, 1968, p. 13).

A área de atuação desta nova Superintendência compreendia 266 municípios, aí incluídos, além dos abrangidos no Plano de Valorização Econômica citado acima, numerosos outros, resultantes de desmembramentos daqueles anteriores, e também alguns novos, adicionados à área pela lei de criação do novo organismo. A ação deste organismo deveria levar em conta as seguintes orientações:

- 1) diversificar a atividade produtiva, quanto á industrialização e extração mineral e vegetal; [...]
- 2) escoar e colocar os excedentes gerados na área; [...]
- 3) modificar o procedimento adotado no setor primário, visando o aumento da produtividade; [...]
- 4) orientar o processo de ocupação econômica da região; [...]
- 5) conhecer o potencial de recursos regionais para o seu pleno aproveitamento; [...]
- 6) superar os obstáculos operacionais para a implantação do Plano; [...]
- 7) concentrar os recursos em obras prioritárias, visando a evitar-se a costumeira pulverização das verbas (LIMA, 1968, p. 14).

Em dezembro daquele mesmo ano (1967), no entanto, um novo órgão iria ser criado, no âmbito do Ministério do Interior, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), cuja atuação abrangeria a totalidade dos municípios dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Em desdobramento a esta medida, transferir-se-ia, para o âmbito de atuação da SUDECO, os municípios do estado de Mato Grosso antes sob a jurisdição da Superintendência da Fronteira Sudoeste. Conforme o Ministro, no documento aqui em foco, com tais medidas, estabelecer-se-ia, “com maior coerência, divisão mais propícia a um plano válido de Desenvolvimento Regional condizente, de resto, com a realidade política do País” (LIMA, 1968, p. 15).

Notas finais: esvaziamento dos órgãos regionais e ascensão dos programas de pólos

No final dos anos de 1960, o planejamento regional veio ceder lugar ao planejamento de pólos de desenvolvimento,⁷ definidos a partir da identificação dos potenciais de dadas micro-regiões, eleitas para exploração, mediante um programa estratégico de âmbito nacional. Desde então, as superintendências de desenvolvimento regional viram-se reduzidas à função de meros responsáveis pela adaptação e acompanhamento local dos programas nacionais. Do ponto de vista de Carlos Vainer e Frederico Araújo, o Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo governo federal em 1970, foi “exemplo modelar” desse novo padrão de gestão territorial: “... de um lado, a região é reduzida a um conjunto de microlocalizações onde se estabelecem os pólos; de outro lado, ela é expandida até se confundir com todas as outras regiões e se dissolver no espaço nacional” (VAINER; ARAUJO, 2002, p. 27).

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), instituído em 1972, coerentemente com o plano anterior, estabelecia que a estratégia do desenvolvimento regional consistiria, a partir dali, em política de integração em sentido amplo. A região ficava agora, conforme aqueles autores, reduzida à condição de obstáculo, herança a ser destruída: “a Política de Integração Nacional, em cujo âmbito se situam o PIN e o PROTERRA (Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), repele a limitação regional, a curto e a médio prazos, do processo econômico brasileiro” (Presidência da República, *apud* VAINER; ARAÚJO, 2002, p. 27). Desse modo, o

7 Segundo o general Meira Matos em *Uma geopolítica pan-amazônica* (1980), o programa de pólos de desenvolvimento do regime militar inspirou-se em teoria do francês François Perroux, segundo a qual: “O crescimento não surge em toda parte e ao mesmo tempo – manifesta-se com intensidades variáveis em pontos ou *pólos de crescimento*; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos variáveis no conjunto da economia. Quatro dinamismos dominantes impulsionam o processo desenvolvimentista: demográfico, da inovação, da dominação (direção) e dos grupos sociais (motivação e coesão) (MATOS, 1968, p. 116).

planejamento regional em moldes tradicionais, bem como suas agências, as superintendências de desenvolvimento, foram submetidas ao planejamento global.

Com isto, todavia, a dimensão territorial do planejamento não perdera relevância; diferentemente disto, a importância da dimensão territorial da ação estatal evidenciou-se nos numerosos programas⁸ e instituições que, “desprezando as regiões tradicionais”, seriam criados. Por meio dessa estratégia, o Estado central brasileiro pode alcançar objetivos políticos e econômicos, no sentido de uma efetiva concentração do poder político em seu âmbito, bem como da concretização do seu projeto de plena integração econômica nacional:

Ao repelir o regional, o poder central também atravessava e *destruía as fronteiras no interior das quais se reproduziam, encastelados, os núcleos de poder local/regional*. E, desta forma, *seguia o movimento do capital que, vindo do centro, jogava para o lixo da história os mercados regionais fechados* (VAINER; ARAUJO, 2002, p. 27; grifos nossos).

O autor do texto examinado atrás, General Albuquerque Lima, demitir-se-ia do Ministério do Interior em janeiro de 1969, segundo

8 Vainer e Araújo citam, entre outros, os seguintes: Programa Especial para o Vale do São Francisco, Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Programa de Desenvolvimento Integrado do Litoral Sul de Santa Catarina, Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, Programa de Áreas Irrigadas do Nordeste, Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal, Programa Especial do Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília, Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida do Nordeste, Programa de Recuperação Socioeconômica do Nordeste do Paraná, Programa de Desenvolvimento do Cerrado, Programa Especial da Região da Grande Dourados, Programa Solo do Noroeste do Paraná, programa Especial do Norte Fluminense, Programa Especial de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, Programa Especial de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso do Sul, Programa de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Araguaia-Tocantins, Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste de Minas Gerais (VAINER; ARAUJO, 2002, p. 28).

ele, por discordar da política econômica defendida pelos então ministros da Fazenda, Antônio Delfim Neto, e do Planejamento, Hélio Beltrão. No discurso em que expôs as razões pelas quais se exonerava, denunciou a política econômica vigente, nos seguintes termos: “propicia e coonesto uma verdadeira escalada dos grupos econômicos poderosos, em detrimento mesmo das empresas nacionais... Essa escalada..., em última análise, compromete e nega a pureza dos princípios revolucionários, doravante irremediavelmente enredados em impenetrável teia de equívocos.” (ABREU et al., 2001, p. 3126) A partir dali, sob os signos do “milagre econômico brasileiro” e “Brasil grande potência”, os tempos seriam outros.

Referências

ABREU, A. et al. (Coord.). Afonso Augusto de Albuquerque Lima. *In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, v. III, p. 3124-3128.

CANO, W. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. *In: Ensaios sobre a formação econômica regional do Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 2002, p. 117-145.

LIMA, G. A. A. Albuquerque. Aspectos gerais do desenvolvimento regional. *In: IBGE. Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, n. 2005, ano 27, jul./ago. 1968, p 3-15.

MATTOS, G. M. *Uma Geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1980.

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VAINER, C.; ARAÚJO, F. A questão regional brasileira e as políticas governamentais. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, p. 13-32, 2002.

CAPÍTULO 8 – DA CONSTRUÇÃO “PLAJENADA” DE BRASÍLIA À (RE)PRODUÇÃO “DESORDENADA” DE SEU ENTORNO

Marcelo de Mello¹

No dia 21 de abril de 1960, foi inaugurada, no Planalto Central brasileiro, a nova capital da república. Brasília, também chamada de “capital da esperança” pelo escritor francês André Malraux, foi a terceira capital brasileira. Antes dela, Salvador-BA² e Rio de Janeiro-RJ³ ocuparam este posto. A partir da inauguração da capital interiorana, iniciou-se a transferência de parte dos órgãos componentes dos poderes executivo, legislativo e judiciário federais. Já estavam concluídas as suntuosas edificações que os abrigariam na nova sede administrativa do estado.

No entanto, qualquer estudo que busque explicações para os intrincados processos que, desde o início da construção, se fizeram presentes em Brasília deve ir além das obras arquitetônicas e dos traçados das ruas que, sem sombra de dúvidas, são peculiares na nova capital. Mas é no encontro dos desenhos feitos em papel com o movimento dos vários segmentos sociais registrados no território que devemos centrar nossas atenções quando o objetivo principal for compreender a dimensão metropolitana que, já há algum tempo, envolve a capital da república. Essa dimensão não estava presente nos projetos elaborados para a construção desta cidade-capital; ao

1 Doutor em Geografia pelo IESA/UFG e Professor do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da UEG/UnUCESH e do Departamento de Geografia da UEG/UnU Cidade de Goiás. *E-mail*: mello-geo28@yahoo.com.br.

2 Sede da administração colonial portuguesa entre 1549 e 1763.

3 Tornou-se sede do Estado do Brasil em 1763. Entre 1808 e 1821, eleva-se a condição de capital do Reino de Portugal. Com a Independência em 1822, converte-se em capital do Império Brasileiro.

contrário, a intenção era isolar Brasília dos problemas urbanos que já se manifestavam no Brasil, sobretudo na região Sudeste. No entanto, vários indícios apontam para uma forte contradição entre o discurso pautado na ordem e no progresso – em que Brasília era, ao mesmo tempo, continente e conteúdo – e os caminhos trilhados para alcançar as metas ordenadoras da sociedade brasileira e do seu território.

Por isto, devemos transcender os discursos dos agentes oficiais e investigar a realidade materializada pelos planos e pelas ações dos gestores públicos e privados responsáveis por esta empreitada, sem deixar de ressaltar as respostas territorializadas dadas pela sociedade ao caráter limitador e disciplinador presente desde os primeiros momentos da construção da cidade-capital, tanto no que diz respeito à instância jurídico-normativa definidora do uso de seu solo urbano, quanto às medidas de controle dos trabalhadores responsáveis pelas obras.

Assim procedendo, verificamos que a face coercitiva, não revelada pelos discursos oficiais que forjaram a imagem de Brasília no imaginário popular, entrou em conflito com as expectativas dos migrantes que partiram rumo a Brasília em busca de melhores condições de vida. A forma como a cidade-capital acolheu os “chegantes” fez com que a cidade do desejo e do direito fosse dissolvida e que surgisse em seu lugar uma cidade a ser criticada, uma realidade a ser combatida⁴.

4 A seguir, transcrevemos parte de uma entrevista realizada pelo Arquivo Público de Brasília. O entrevistado é o Sr. Eronildes Guerra de Queiroz, que trabalhou como motorista na construção de Brasília: “Aí eu chegava lá, eu tava lá num jipe, um dia, não tinha motorista, não sei por quê. Eu fui pra vila do IAPI - eu nunca mais esqueço essa cena. Fui pra vila do IAPI. Corre pra vila do IAPI. Chegou lá prendeu um cara. Pegamos... parece que era um tal de Mãozinha, não sei, um cara lá. Aí quando a gente vinha de volta no jipe, o cara algemado no jipe, porque não tinha radiopatrulha, a radiopatrulha tava quebrada e outras tava por aí não sei por onde. Aí esse Azeitona ia entrando no outro jipe, mais outro sargento, já atrás não sei de quê lá, outra "revelia" lá. Então, chegou, aí paramo o jipe, aí ele mandou parar, aí chegou, olhou o cara assim, quando olhou o cara, aí cuspiu na cara do cara. Disse que aquele cara era um inimigo dele. Aí o cara foi, disse um palavrão. Você vê o agente, que agente educado: cuspiu na cara do cara. Aí o cara foi, disse um palavrão com ele. Aí ele mandou o cara abrir a boca senão, pra não estragar os dentes. O cara pensava que ele não ia atirar. E a

Esta realidade conflituosa, que acompanha a história de Brasília, fez com que os elementos elencados neste trabalho não se restringissem aos oferecidos pelas áreas tombadas pela Unesco⁵ – que concedeu a Brasília o título de Patrimônio Cultural da Humanidade –, pois a produção do território da capital interiorana revelou, desde o início de sua materialização, uma realidade em que a pluralidade de interesses deixou registros através da formação de núcleos urbanos⁶ que não constavam no projeto urbanístico original.

Os núcleos precoces fizeram com que uma dimensão polinucleada fosse consolidada em Brasília antes mesmo de sua inauguração. A partir deles, o cronograma de implantação das cidades-satélites foi revisto e, em 1960 – ano de inauguração da nova capital –, o Distrito Federal já possuía três cidades-satélites⁷, além de outros núcleos ainda não reconhecidos.

O conjunto destes núcleos apresenta uma característica que rege o movimento expresso por esta realidade polinucleada, em que o Plano Piloto ocupa o lugar de centralidade original: a busca por trabalho⁸ é o fator que determina os deslocamentos, que

gente falou: ‘Ó, Azeitona, o que é isso Azeitona, que bobagem é essa? O que que há, rapaz? O homem tá amarrado, não faça isso’. Aí ele disse: ‘Abra a boca, abra a boca, vagabundo. Abra a boca’. Dizendo palavrão. O cara abriu a boca, achou que ele não ia, ele atirou. Foi miolo de cabeça, eu acho que até pro inferno, do cara. Matou o cara algemado. Você vê que respeito eles tinha pelo corpo, pelo vivente, pelo sobre... É, eu não sei dizer a palavra. Que respeito que eles tinha. Era a polícia de Brasília.”

5 O tombamento de Brasília, como Patrimônio Cultural da Humanidade, ocorreu no dia 07 de dezembro de 1987. E a área tombada corresponde às Asas Sul e Norte, ao Eixo Monumental, ao Cruzeiro, ao Sudeste, à Candangolândia, ao Setor Militar Urbano e o Nordeste – a ser construído.

6 Além dos acampamentos destinados aos operários que constavam no projeto de construção de Brasília, podemos destacar Taguatinga, a primeira cidade-satélite, criada em 1958, a partir da transferência dos moradores da Vila Sarah Kubischek.

7 Taguatinga, Sobradinho e Gama.

8 Seja numa perspectiva concreta marcada pelos que conquistaram uma vaga, um emprego; seja no âmbito das expectativas não correspondias dos que veem no

articula os fluxos entre os núcleos distribuídos no interior e no entorno do Distrito Federal. Por esta razão, não podemos tratar isoladamente nem o Plano Piloto, nem os outros núcleos urbanos do Distrito Federal e do entorno desta unidade federativa. Entendemos que um recorte como este afastaria qualquer oportunidade de compreensão do processo que fez com que Brasília atingisse um estado de complexidade, em suas relações regionais, mais intrincado do que o percebido na maioria das regiões metropolitanas do país.

Brasília e a distância entre as normas e as relações territorializadas

Para entender melhor este território, criado por força de Lei, podemos recorrer à Constituição Federal promulgada em 1988 e a Lei Orgânica do Distrito Federal promulgada em 1993. Veremos então que o artigo 32 da Constituição Federal veta qualquer divisão interna no Distrito Federal:

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

Já os artigos 8, 10 e 13 da Lei Orgânica do Distrito Federal demonstram a inexistência de uma hierarquia que estabeleça diferenças valorativas entre as Regiões Administrativas criadas pela Câmara Distrital:

Art. 08. O território do Distrito Federal compreende o espaço físico e geográfico que se encontra sob seu domínio e jurisdição.

intenso movimento da capital federal uma possibilidade de inclusão que não se consolida.

Art. 10. O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, a utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida.

Art. 13. A criação e a extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais.

Os artigos citados não distinguem o Distrito Federal de Brasília, nem indicam a possibilidade de qualquer divisão municipal interna. Estas normas integram os argumentos de grupos que reivindicam uma revisão no nome de uma das Regiões Administrativas geridas pelo Governo do Distrito Federal. Trata-se da RA “I”: a Região Administrativa de Brasília. Tomando como parâmetro as leis em vigor, o nome mais correto para esta Região Administrativa seria Região Administrativa do Plano Piloto⁹, por deixar claro que Brasília é todo o conjunto que integra o Distrito Federal, e que o Plano Piloto é a Região Administrativa situada no “centro” desta unidade federativa. Ou seja, não existe uma distinção entre o território de Brasília e o território do Distrito Federal¹⁰.

As Regiões Administrativas foram legalmente instituídas e fazem parte de mecanismos jurídicos que visam oferecer condições legais para uma administração descentralizada. Elas estão subordinadas aos poderes executivo, legislativo e judiciário do Distrito Federal. As Regiões Administrativas começaram a ser implantadas em 1964 – pela Lei Federal 4.545 e ratificada pela Lei Distrital 49/89 – e passaram a ser confundidas com as cidades-satélites¹¹. Somente a RA I – Região

9 Até o ano de 1990 o nome dessa RA era: Região Administrativa do Plano Piloto. Existem comentários, não oficiais, que a mudança do nome derivou do título concedido pela Unesco à Brasília.

10 Um caso semelhante é encontrado nos EUA, onde a cidade de Washington e o Distrito de Columbia formam uma única entidade administrativa.

11 Existe uma grande confusão no entendimento sobre a diferença entre Brasília e o Distrito Federal, bem como a respeito da distinção entre as cidades-satélites

Administrativa de Brasília –, formada pelo Plano Piloto, pelo Setor Militar Urbano e pela Vila Planalto não é confundida com alguma cidade-satélite. No caso desta RA, a confusão mais comum está na associação de sua imagem com a cidade de Brasília. Muitos pensam que Brasília se restringe ao Plano Piloto e veem este território como a capital federal. Nesta equivocada perspectiva, as cidades-satélites – ou melhor, as Regiões Administrativas – são vistas como cidades independentes, o que contraria a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Distrito Federal.

As “cidades-satélites” como expressão da ruptura da ordem fundada nos acampamentos

A primeira cidade-satélite criada foi Taguatinga, dois anos antes da inauguração da cidade-capital. Este fato rompeu com a programação original, que previa a criação de cidades-satélites somente depois de transcorridos 20 (vinte) anos da inauguração de Brasília (DOYLE, 2002). Os primeiros moradores de Taguatinga foram operários que migraram para edificar a nova capital e fixaram residência em áreas ocupadas irregularmente¹². Esta cidade-satélite surgiu a partir da erradicação de uma favela¹³ e denuncia um lado não muito conhecido da saga épica que marcou a interiorização da capital federal. Conflitos, motins e mortes estão ausentes nos registros oficiais expostos nos museus da capital da república, como se pode perceber nos registros fotográficos a seguir:

e as RAs. Para auxiliar no entendimento desses “conceitos” sugerimos uma consulta ao site http://www.geocities.com/augusto_areal/brasil.htm, dedicado ao esclarecimento sobre o significado desses termos.

12 Os acampamentos estavam superlotados e não tinham espaço para novos migrantes.

13 Conhecida como Vila Sarah Kubitschek, localizada as margens da rodovia que hoje liga Taguatinga ao Núcleo Bandeirante. Esta ocupação irregular contava com cinco mil moradores.

Figura 1: Taguatinga



Figura 2: Taguatinga.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal, 1958.

Paviani (1987) e Ribeiro (1982) retratam os problemas enfrentados na gestão dos acampamentos que abrigaram os operários que trabalharam na construção de Brasília. Estes acampamentos foram palcos de sangrentos conflitos entre os “candangos” e as forças de repressão do Estado. Os fatores motivadores destes conflitos eram as precárias condições em que viviam os acampados, que reivindicavam melhores condições de vida e trabalho. As manifestações eram violentamente reprimidas¹⁴ pelos agentes de segurança e manutenção da ordem pública da Novacap¹⁵.

O evento mais expressivo que retrata a dura realidade nos acampamentos foi descrito assim por Ribeiro:

Definitivamente marcado na memória popular está o massacre de operários promovidos pela GEB – Guarda Especial de Brasília – em fevereiro de 1959, na cantina do acampamento da construtora Pacheco Fernandes Dantas, na Vila Planalto, devido a um conflito causado pela má qualidade da comida. São as mais variadas versões sobre o fato, mas não se duvida do assassinato a sangue-frio de vários operários (inclusive foram metralhados os acampamentos onde vários homens estavam dormindo), cujos cadáveres teriam sido transportados em caminhões basculantes, para serem enterrados em vala de localização desconhecida. A responsabilidade por este crime não foi atribuída nem cobrada a ninguém em

14 Em outra entrevista realizada pelo Arquivo Público de Brasília, o Sr. Clementino Cândido descreve um episódio que ilustra a repressão exercida pelas forças policiais da época: “Mas os camarada fugiu, aqueles que fez a bagunça mesmo, caíram, foram embora. Só que a hora que a polícia saiu, eles saíram fora, foram embora, foram pra Cidade Livre, e aqueles coitado que não tinha nada com a coisa, foi que chegou pra almoçar, foram tirado do serviço - nós trabalhava dia de domingo, até domingo, trabalha até de meio-dia. Pegava de 6 às 12. A gente ganhava 10 horas, de 6 às 12, sabe? - Então aqueles coitado chegaram e almoçaram, e não tinha nada com o peixe e a polícia chegou e metralhou (...) Olha, o pessoal diz que morreu foi muita, foi mais de 150 pessoa, mas no jornal só dizia que morreu três”.

15 A Novacap – Companhia de Urbanização da Nova Capital – foi a empresa criada por Juscelino Kubitschek para gerir a construção de Brasília.

especial. Tudo por conta da grande repressão policialesca de então e do espírito de pioneirismo que não permitia paralisação de obras para averiguação tão ‘burocrática’. De qualquer modo, este massacre é a expressão agudizada de componentes como a má qualidade da alimentação nos acampamentos, disciplina e controle do operariado ao arbítrio das empresas, repressão policial violenta, dilapidação da força de trabalho, obediência ao prazo da construção sob qualquer argumento (RIBEIRO, 1982, p. 59).

Entendemos que os acampamentos revelam elementos fundamentais para a compreensão dos arranjos territoriais que, na atualidade, estão fortemente presentes em Brasília e nos municípios goianos que compõem seu entorno. Devemos destacar que estas unidades habitacionais coletivas foram pensadas a partir de uma perspectiva articuladora centrada na gestão do território. Ribeiro (1982) se dedicou ao estudo destes acampamentos e nos auxilia descrevendo as intenções e as lógicas que compuseram estas unidades habitacionais:

A solução para a moradia da população engajada na construção foi planejada em termos de três conjuntos básicos considerados como provisórios: a) aqueles dos acampamentos destinados aos empregados da companhia pública, a Novacap, na área conhecida como Candangolândia; b) os acampamentos das empreiteiras vinculadas, sobretudo, à construção do Eixo Monumental (Praça dos Três Poderes, Esplanada dos Ministérios, Rodoviária, etc.), que conformavam a chamada Vila Planalto; e c) a Cidade Livre, centro de prestação de serviços que mais tarde se torna a cidade-satélite do Núcleo Bandeirante. Este esquema, clássico em grandes projetos, rapidamente foi superado pela chegada sucessiva de levas de migrantes que passaram a ocupar áreas não destinadas a residências e das quais surgiram as primeiras cidades-satélites de Brasília (RIBEIRO, 1982, p. 61).

Desta forma, fica evidente que o primeiro arranjo geométrico engendrado no território da capital federal em construção foi preco-

cimento superado. Não que os acampamentos tenham perdido sua importância; muito pelo contrário, eles continuaram a ser o lócus do controle e da punição (FOUCAULT, 1997) da mão-de-obra empregada. Contudo, devemos salientar que, à margem desta organização oficial fundada nos acampamentos, outras ações paralelas de ocupação desordenada do território avançaram no interior de Brasília. É preciso frisar que os acampamentos tinham como um de seus objetivos principais, justamente, coibir esta ocupação desordenada do território da nova capital. Mas a pressão exercida por migrantes, através da ocupação de terras públicas, foi mais forte do que as respostas dadas pelo Estado. A criação de cidades-satélites foi a saída imediata para conter a crescente demanda por solo urbano.

Esta realidade dual se cristalizou em Brasília e o censo realizado pelo IBGE, no ano de 1959, estabeleceu como critério para a contagem da população do Distrito Federal a separação entre os residentes em acampamentos e os habitantes de núcleos provisórios ou estáveis, incluindo aí os da zona rural. Devemos destacar que entre os núcleos estáveis estavam as cidades goianas de Planaltina e Brazlândia¹⁶, além de Taguatinga, a primeira cidade-satélite, criada em 1958. A pesquisa chegou a um total de 64.314 habitantes, sendo que os acampamentos concentravam 53,8% desta população, formada em menos de 3 (três) anos.

Considerações finais

Podemos, então, relacionar os limites apresentados pelo controle do território por meio de acampamentos à prematura criação de cidades-satélites. Taguatinga foi uma resposta às demandas por moradia em um processo em que toda a energia deveria ser empre-

¹⁶Essas duas “cidades” surgem antes de Brasília: a primeira tem sua origem na mineração iniciada na primeira metade do século XVIII; a segunda deriva da congregação de famílias em propriedades rurais, que vieram a formar, em 1933, o Distrito de Brazlândia, vinculado à Luziânia. Após a inauguração de Brasília, as duas tornaram-se Cidades-Satélites da nova Capital.

endida no cumprimento de um cronograma previamente definido: o prazo para a construção da nova capital era de 3 (três) anos e 10 (dez) meses. Diante deste cronograma, qualquer outra questão era tratada como secundária. Nem mesmo um expressivo processo de “favelização” justificou uma parada estratégica para readequação das ações previamente estabelecidas.

Quinto e Iwakami esclarecem que:

na realidade, a necessidade de se construir a capital em um curtíssimo tempo não possibilitou um planejamento de controle de canteiros e dos organogramas das obras, de tal forma que fosse possível reaproveitar a mão-de-obra de uma construtora para outra. O que existia em Brasília era uma população em torno de 65 mil habitantes em 1959, sendo que mais da metade eram operários da construção civil. No trabalho de Nair Bicalho de Souza, encontramos a explicação do processo de politização, a nível sindical, dessa massa de trabalhadores que vieram para a construção da nova capital. Da mesma forma, esse contingente de operários, de prestadores de serviço e comerciantes, atraídos para apoiar a construção da capital, ofereceu forte resistência à erradicação, aproveitando a conjuntura política da época (mudança do governo Juscelino Kubitschek para Jânio Quadros), e conseguiu alterar a estruturação física do Distrito Federal, impondo a permanência da Cidade Livre, futuro Núcleo Bandeirante (QUINTO; IWAKAMI, 1998, p. 63).

Os autores seguem argumentando:

O que levou a criação das cidades-satélites foi a necessidade de dar respostas à maneira como se processou a atração da mão-de-obra para a construção de Brasília, que se transformou numa antítese das propostas originais de se criar uma capital isolada das massas urbanas e dos migrantes que iniciavam um processo de transformação radical das cidades brasileiras (QUINTO; IWAKAMI, 1998, p. 63).

Dessa forma, as cidades-satélites, que seriam criadas duas décadas após a inauguração de Brasília, surgiram antes mesmo que as fitas da cerimônia de inauguração fossem descerradas em abril de 1960. Isto porque um movimento com forte expressão territorial foi deflagrado e passou a ser caracterizado por uma situação-limite com o seguinte teor: apesar da erradicação constante das “invasões” e da sucessiva criação de cidades-satélites, a enorme demanda por moradia não cessava, obrigando o órgão gestor das terras públicas do Distrito Federal – Terracap¹⁷ – a implementar medidas para a redução da pressão por uma expansão urbana.

Tais medidas romperam as fronteiras do território do Distrito Federal e avançaram para o estado de Goiás, a partir da construção de conjuntos habitacionais no município goiano de Luziânia. A intenção era redirecionar a tensão por solo urbano de Brasília para Goiás. Como exemplo desses conjuntos habitacionais temos a Cidade Ocidental, Novo Gama e Valparaíso de Goiás. Mas o que de fato ocorreu foi uma expansão do território em conflito para outra Unidade Federativa e não o arrefecimento pretendido para o interior do Distrito Federal. Os três conjuntos habitacionais, acima citados, se tornaram municípios goianos integrantes da região do entorno de Brasília.

Grande parte dos municípios da região do entorno de Brasília são produtos de medidas implementadas para resolver problemas existentes no território da capital federal. Contudo, o vertiginoso crescimento populacional nesses municípios goianos, associado ao déficit na oferta de serviços públicos têm produzido, como num refluxo, uma “invasão” no Distrito Federal.

Assim, vislumbramos o processo de metropolização de Brasília a partir da superação de uma estratégia de controle territorial fundada, a princípio, em acampamentos: o que redundou na criação desordenada e prematura de cidades-satélites. Por sua vez, as cidades-satélites não foram suficientes para conter a pressão crescente

17 É a empresa pública gestora das terras do Distrito Federal. Ao entrar em operação, em 1973, a Terracap “herdou” mais de 50% das terras do território do Distrito Federal. A Terracap é produto de um desmembramento da Novacap.

por solo urbano no Distrito Federal, fazendo com que os conflitos por moradia fossem transpostos para Goiás. Contudo, o Plano Piloto é o centro gravitacional das relações estabelecidas em torno dessa densa realidade materializada. Por isso, seu território é invariavelmente “impactado” pelo retorno de ações contraditórias lançadas de maneira equivocada para seu entorno.

Referências

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1988.

CÂNDIDO, C. *Depoimento* – Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990.

DISTRITO FEDERAL. *Lei Orgânica do Distrito Federal*. Brasília, 1993.

DOYLE, H. Somos todos brasileiros. *Correio Brasiliense*, Brasília, Sábado, 16 mar. 2002.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

PAVIANI, A. (Org.). *Urbanização e metropolização*. Brasília: UnB/Codeplan, 1987.

QUEIROZ, E. G. de. *Depoimento* - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1991.

QUINTO JUNIOR, L. P.; IWAKAMI, N. O canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração. In: PAVIANI, A. *A conquista da cidade*. Brasília: UnB, 1998. p. 55-73.

RIBEIRO, G. L. Arqueologia de uma cidade: Brasília e suas cidades-satélites. *Espaços e Debates*, São Paulo, v. 6, p. 113, 1982.

CAPÍTULO 9 – DISCURSOS FUNDADORES DE BRASÍLIA NA REVISTA A INFORMAÇÃO GOYANA

*Maria de Fátima Oliveira¹
Milena d’Ayala Valva²*

*Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada, com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino
(Juscelino Kubistchek).*

A construção de Brasília tem sido cantada em prosa e verso, ora como representação de um tempo de esperança, ora como ato de irresponsabilidade das elites brasileiras. Lançada no século XIX, a ideia de se construir uma nova capital no centro do país foi considerada como favorável à política de interiorização do Brasil, da ocupação dos “espaços vazios”, dos sertões longínquos.

Se mesmo antes de sua construção³, a questão da mudança da capital federal já vinha recebendo a atenção de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento como geógrafos, urbanistas, engenheiros, sociólogos, médicos sanitaristas, economistas e historiadores, após sua inauguração os estudos e pesquisas se multiplicaram, sendo hoje

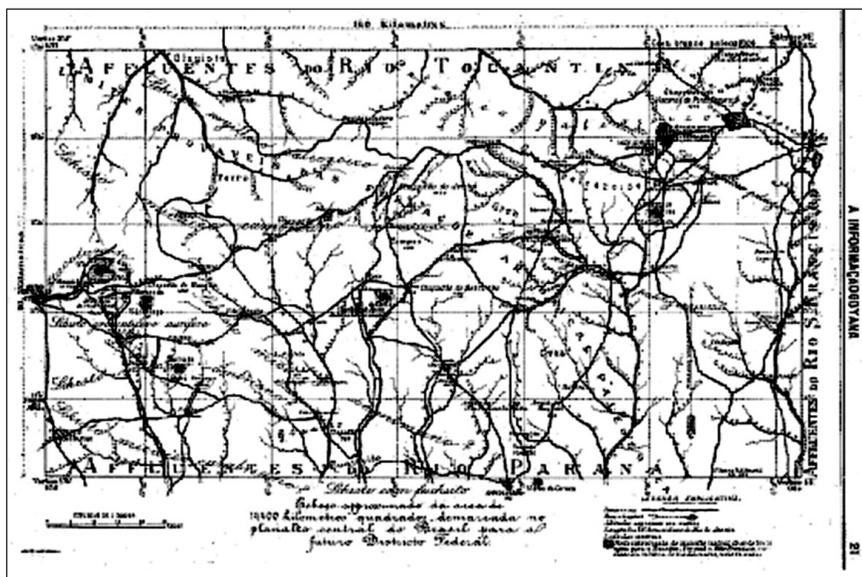
1 Professora na Unidade Universitária de Ciências Sócio Econômicas e Humanas (UnUCSEH) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Docente no programa de mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado. Doutora em História (UFG). *E-mail:* proffatima@hotmail.com.

2 Arquiteta e Urbanista, professora da Unidade Universitária de Ciências e Tecnologia (UnUCET) da UEG, no curso de Arquitetura e Urbanismo. Docente no programa de mestrado interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado. Doutora em Projeto, Espaço e Cultura (FAU-USP). *E-mail:* midayala@gmail.com.

3 No período de sua fundação foi publicada uma interessante coletânea, a Coleção Brasília, composta de 11 livros, editada pelo Governo Federal e que se constitui em importante fonte documental para a História da nova capital.

inúmeras as publicações sobre a instalação da capital federal no Planalto Central, em seus diferentes momentos históricos.

Pretende-se neste capítulo mostrar como a questão da transferência da capital federal do litoral para o Centro do país foi propalada, defendida e incentivada através da Revista *A Informação Goyana*. Este periódico foi editado no Rio de Janeiro na primeira metade do século XX, mais precisamente entre os anos de 1917 e 1935, sob a direção de dois goianos residentes no Rio de Janeiro (na época, capital federal), Henrique Silva (1865/1935) e Americano do Brasil (1892/1932). Os objetivos da revista eram principalmente os de divulgar as riquezas de Goiás e torná-las conhecidas no âmbito nacional, incentivando investimentos na região. Esse meio de comunicação impresso, que cobriu quase 20 anos de informações sobre esta extensa região, é um documento significativo para a história de Goiás e do Brasil.



Segundo Nepomuceno (2003), foram 83 as referências ao assunto *transferência da capital federal*, representando 3,72% das notícias. Desse total, é significativo o número de artigos transcritos

de outros periódicos, reprodução de discursos de deputados, textos escritos pelo médico higienista, Dr. Antônio Martins de Azevedo Pimentel, e pelo próprio Henrique Silva, diretor da revista. A atenção deste meio de informação à questão da transferência da capital federal se fez também pela publicação (por mais de dois anos consecutivos) do mapa abaixo, que representa a área que seria destinada à construção da futura capital.

Antecedentes da mudança da capital

A ideia de mudança da capital federal do litoral para o interior do Brasil já circulava e tinha adeptos desde o período colonial, sendo que no Império as propostas e estudos sobre o tema se intensificam, e ressaltam a figura de Francisco Adolfo Varnhagen, diplomata que em 1877 publicou um trabalho intitulado *A questão da capital: marítima ou interior?* Desse modo, o assunto da transferência da capital para o interior já constava na primeira Constituição republicana, em 1891.

Tratada também como um sonho de visionários, a transferência para o Planalto Central foi vinculada a vários mitos de fundação, o mais conhecido é a profecia do santo salesiano Dom João Bosco, que viu em um sonho em 30 de agosto de 1883, o lugar da “cidade” 75 anos antes de sua construção, como sendo o da Terra Prometida. O santo tornou-se o padroeiro da cidade e para James Holston (2003), essa mitologia apresenta Brasília como “prenunciadora de um desenvolvimento invertido, no qual a capital cria a civilização sobre a qual exerce uma radiosa soberania”.

Os vários discursos que acompanharam a mudança da nova capital, desde os seus primórdios, estavam apoiados na vontade de promover o florescimento do vasto sertão brasileiro, e tinham como pano de fundo a mitologia de um Novo Mundo, um mito fundado como um instrumento de desenvolvimento político e econômico. Uma característica peculiar, lembrada por Holston, é que esse processo conseguiu atrair o interesse de perspectivas políticas radicalmente diferentes, mas que tinha como objetivo comum, o desejo de construir uma imagem de um novo Brasil, em um lugar

que permitisse ao governo estabelecer a soberania sobre todo o território nacional.

Para tornar o preceito constitucional de 1891 realidade, comissões foram criadas e encarregadas de delimitar o sítio da nova capital. Entre 1892 e 1896, formou-se uma Comissão dirigida por Luis Cruls, diretor do Observatório Astronômico, que foi incumbida de demarcar no Planalto Central o quadrilátero onde iria ser construída a nova cidade. A partir desse marco, o assunto da mudança da capital federal sempre vinha à tona, com maior ou menor intensidade de tempos em tempos.

Em Junho de 1892, a denominada Missão Cruls⁴ saiu do Rio de Janeiro com destino a Uberaba, Minas Gerais, levando quase dez toneladas de equipamentos, como lunetas, teodolitos, sextantes, barômetros e material fotográfico para demarcar a área da futura capital no Planalto Central. De Uberaba, a expedição seguiu em lombo de animais até a cidade de Formosa, passando por outras cidades goianas, num percurso de mais de quatro mil quilômetros, percorridos em sete meses. Sua composição era variada, tendo entre seus membros biólogos, botânicos, astrônomos, geólogos, médicos e militares.

Na Constituição de 1934 e Constituinte de 1946, a menção a sua futura mudança foi mantida, havendo até um projeto de transferência da capital para o Triângulo Mineiro. Ao mencionar os estudos que anteciparam e pensaram a nova capital, há de se citar o de uma engenheira, Carmen Portinho, que em 1938 apresentou tese para a conclusão do curso de pós-graduação em urbanismo na Universidade do Distrito Federal. Seu trabalho intitulado "Anteprojetos para a futura capital do Brasil no Planalto Central", foi inclusive publicado em uma revista da Prefeitura do Distrito Federal. Portanto, Carmen Portinho pode ser considerada uma precursora do movimento em prol da transferência da capital.

4 Através dos relatórios desta Missão, o Planalto Central brasileiro tornou-se mais conhecido, com descrições detalhadas de seu clima, solo, recursos hídricos, minerais, topografia, fauna e flora. Os documentos originais da expedição estão guardados no Arquivo Público do Distrito Federal.

Entre 1946 e 1953, novas comissões foram nomeadas para visitarem o local para estudar e definir sobre qual seria a melhor localização, sendo a última no governo Café Filho, presidida pelo marechal José Pessoa, responsável pelo Serviço de Documentação Aerofotográfica do Exército.

No Brasil, antes do planejamento de Brasília, já se havia projetado e construído duas novas capitais estaduais (Belo Horizonte, na última década do século XIX e Goiânia, na década de 1930) no interior do país, visando à integração dos "sertões", ou seja, a interiorização do país. Sessenta anos depois da construção da capital de Minas Gerais e quase 30 após o lançamento da pedra fundamental de Goiânia, aos 19 de setembro de 1956, foi sancionada a Lei nº 2.874, que criou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP). Para presidi-la foi nomeado o político Israel Pinheiro, engenheiro formado na Escola de Minas de Ouro Preto, filho do ex-presidente de Minas João Pinheiro e amigo de Juscelino Kubitschek.

Em 1956 foi publicado o edital do concurso para a escolha do projeto urbanístico de Brasília. Foram inscritos 26 projetos, e entre eles estava o vencedor, o de Lúcio Costa, que embora escolhido, dividiu a opinião dos arquitetos. De acordo com Oliveira (2013), para uns, seu projeto não passava de um rascunho, cuja inscrição não deveria ter sido aceita, mas outros o viam como brilhante e genial, criando muita polêmica em torno do resultado com inconformismo dos concorrentes. Mesmo assim, pode-se dizer que em apenas três anos os principais edifícios de Brasília estavam construídos, com o traço modernista característico de Oscar Niemeyer, sendo que em 1958, a fachada do Palácio da Alvorada já era exibida na revista *Manchete*. Portanto, embora só concretizada na segunda metade do século XX, os debates e propostas em torno da possibilidade, conveniência e necessidade da mudança da capital já eram frequentes, mesmo antes de formada tal Comissão.

A informação goyana em defesa da transferência da Capital Federal

Nos artigos publicados na revista *A Informação Goyana* sobre a temática da mudança da capital federal, prevalece a ênfase nas van-

tagens e melhorias que o país teria com tal determinação. Os argumentos evidenciam os aspectos geográficos, geológicos, climáticos, econômicos, patológicos, aspectos da beleza natural e até mesmo o argumento de que a transferência da capital para o Brasil Central pudesse possibilitar um *saneamento moral*.

A primeira referência em forma de texto sobre a mudança da capital aparece com um artigo escrito por Auguste F. Glaziou⁵, com o título “Escolha do local para a futura Capital da República”. Este artigo, publicado em janeiro de 1919, trata da região escolhida para a fundação da nova capital e foi provavelmente escrito entre 1894 (data do relatório final da Comissão Cruls) e 1906 (ano da morte de Glaziou). O autor participou da Comissão encarregada de definir o local para a construção da capital federal, tendo papel fundamental para a escolha do quadrilátero Cruls para a construção da barragem que formaria o lago Paranoá. Glaziou argumentava que com a construção de uma barragem entre os dois grandes chapadões, conhecidos na localidade pelos nomes de Gama e Parnana (Paranoá), a secura do lugar seria amenizada e formaria um lago navegável que, “... além da utilidade da navegação, a abundância de peixe, que não é de somenos importância, o cunho de aformoseamento que essas belas águas correntes haviam de dar à nova capital, despertariam certamente a admiração de todas as nações” (SILVA, 1919, p. 85). Portanto, esse ilustre botânico francês, que teve importante papel nos primórdios da construção de Brasília, finaliza seu artigo em tom profético:

Graças ao poder do Governo da União, auxiliado pelo bom senso e o talento de proficientes arquitetos, que saberão aproveitar as belezas naturais desses lugares e harmonizá-las com suas obras de arte, espero que, num futuro próximo, veremos erguer-se a

5 Pode-se dizer que Auguste François Marie Glaziou, botânico francês que integrou a Comissão Exploratória do Planalto Central do Brasil no final do século XIX, celebrizada como Missão Cruls, é um nome pouco conhecido pelos habitantes de Brasília.

cidade modelo projetada e do íntimo do coração, almejo o raiar desse faustoso dia (SILVA, 1919, p. 86).

Em junho de 1919, um artigo assinado por A. Gomes Carmo, afirmava que o assunto da mudança da capital federal já era discutido desde 1808, quando do estabelecimento da sede da monarquia portuguesa no Brasil, um ardoroso publicista brasileiro, J. da Costa Furtado de Mendonça, levantou a questão no jornal *Correio Brasiliense*. Diz ainda que tal ideia teve na época o respaldo de importantes legisladores da Constituição, esclarecidos mentores da política nacional e debatidas pelos homens de maior clarividência, cujo argumento mais utilizado era o da manutenção da integridade, defesa e progresso da nação, e se tivesse prosperado, o interior do Brasil já estaria cortado de estradas e o sertão povoado, pois,

...a questão da mudança da capital do Rio de Janeiro para um ponto central do país [...] abririam estradas [...] removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis e lançariam assim os fundamentos do mais extenso, bem defendido e poderoso Império que possa existir na superfície do globo, no estado atual das nações que o povoam (SILVA, 1919, p. 146).

Neste mesmo artigo, aparece o depoimento de José Bonifácio de Andrada e Silva com a mesma sugestão no ano de 1821: “Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da corte ou da regência [...] e se favoreça o comércio interno do vasto Império do Brasil” (SILVA, 1919, p. 147).

Seguindo ainda o raciocínio de Carmo, no período regencial, por volta de 1835, um diplomata e historiador “de alta culminância”, o Visconde de Porto Seguro⁶, também reavivou a ideia da transferência da capital federal. Algum tempo depois, ele teria visitado

6 Francisco Adolfo de Varnhagen Foi agraciado pelo governo imperial com os títulos de Barão e Visconde de Porto Seguro, em 1874. Em 1877 percorreu o interior das Províncias de São Paulo, Goiás e Bahia.

demoradamente a região do Planalto Central e apresentado um minucioso relatório ao governo imperial, no qual afirmava que parecia que a providência teria preparado o Planalto Central para ser a capital. Carmo relata que passados 50 anos, o assunto foi despertado novamente em 1891, sendo o próximo passo, a nomeação de uma comissão para realizar os trabalhos, que, liderada por Luiz Cruls, procedeu-se ao levantamento da região entre 1892 e 1893. Ele finaliza afirmando que: “Para nós, enquanto não demonstrarem o contrário, a questão da mudança da Capital constitui um alto problema nacional, de que em grande parte dependem a economia, a integridade e a defesa da nação” (SILVA,1919, p. 147).

Em setembro de 1919, aparece outro longo artigo em defesa da determinação da Comissão Cruls, em construir a nova capital e condenando as opiniões contrárias, denominadas de *campanha mesquinha*. Tais opiniões eram oriundas principalmente de Belo Horizonte e teve como representante o Sr. Rodolfo Jacob, no VI Congresso Brasileiro de Geografia em Belo Horizonte. Em dezembro do mesmo ano o tema reaparece com a transcrição de um projeto⁷ apresentado no Senado, discriminando os artigos e parágrafos que tratam da construção da nova capital no interior do país. Na mesma publicação são citados os inúmeros argumentos desde os tempos coloniais em favor da mudança.

Dois meses depois, fevereiro de 1920, a revista volta a falar do Congresso de Geografia, com a publicação na íntegra do discurso do Dr. F. Ribeiro de Carvalho, no qual afirma que a mudança da capital é uma questão *liquidada e resolvida* (SILVA, 1920, p. 85). Na sequência, em maio de 1920, o tema reaparece na forma de uma resposta do Dr. Luiz Cruls ao Dr. Domingos Jaguaribe, argumentando sobre o local correto para a capital, que seria, sem dúvida, o Planalto Central. Na chamada dos artigos subsequentes, o diretor da Revista ressalta que:

com vistas aos mineiros e alguns poucos nortistas que em setembro do ano findo pretenderam discutir em Belo Horizonte, a

⁷ Infelizmente no documento não há a data desta seção do Senado.

acertadíssima escolha do local feita pelo eminente chefe da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil para a futura capital da União começamos hoje a publicação da esmagadora resposta que se lê no magistral opúsculo cujo título nos serve de epigrafe (SILVA, 1920, p. 118).

Sabendo-se que o objetivo maior deste periódico era o de divulgação das riquezas do Planalto Central e de incentivo à ocupação dos “espaços vazios”, esse tipo de publicação atendia bem a tais interesses.

Sobre os aspectos climáticos da região delimitada para a construção da nova capital, são vários os artigos publicados, cujo conteúdo enaltece do clima do local onde está situado o quadrilátero de Cruls, como por exemplo: “o exame como vem feito desses dados meteorológicos conduz a sua discussão e consequente estabelecimento dos dados climatológicos positivos de retângulo demarcado e em parte estudado, no vasto planalto do Brasil central” (SILVA, 1922, p. 95). E mais adiante, o médico Dr. Azevedo Pimentel, assíduo colaborador do periódico, em extenso artigo compara o clima da região com o de outros países e defende que o fator climático do planalto central não apresentaria nenhum empecilho à construção da capital (SILVA, 1923, p. 33).

O empenho em convencer o público leitor dos benefícios que adviriam com a transferência da capital para o interior se dava também pelo argumento econômico. Com o título “A mudança da Capital redundará em economia para a União”, o colaborador A. Gomes do Carmo tenta convencer que, ao contrário do que todos pensavam a mudança da capital não traria dispêndio para a União. O autor mostra por meio de números e argumentos como isso seria possível, mas seu argumento, por exemplo, sobre o número de habitantes não são muito convincentes hoje, pois na sua percepção, a nova capital seria uma cidade moderníssima projetada para *100 mil almas*.

Em agosto de 1924, temos a transcrição de um caloroso discurso pronunciado pelo então senador Ramos Caiado em defesa e cobrança de medidas para a efetivação da mudança da capital. Seguindo ele,

os poderes da República, longe das influências perniciosas do ambiente do Rio de Janeiro, que abate e enfraquece o senso moral e aniquila o prestígio dos mais eminentes patriotas, terão, no exercício da sua, então, legítima soberania, capacidade de outorgar, melhores e mais fecundos frutos à coletividade brasileira. São de nossos dias e do conhecimento de todos as provações e os sofrimentos dos muitos dos nossos homens públicos que, com excepcional patriotismo e abnegação governaram o país (SILVA, 1924, p. 06).

Entretanto, um ponto que nos pareceu pitoresco é sua crença de que com a retirada da capital do Rio de Janeiro, os “parasitas” que por ora infestavam aquela capital e outras ameaças às instituições republicanas fossem eliminadas.

Henrique Silva escreveu um artigo em outubro de 1926, no qual se referia ao compromisso que o Presidente Washington Luís, que seria empossado no mês seguinte, teria firmado com relação à mudança da nova capital para o planalto central, “feérica região que traz no seu seio a virtualidade de um grande destino social, econômico e humano nestas partes da América do Sul”. Henrique Silva especula sobre a escolha do ponto definitivo dentro do quadrilátero demarcado, sugerindo que o vale do Rio Descoberto seria uma ótima opção.

A edição de novembro de 1926 da revista *A Informação Goyana* é quase toda dedicada ao assunto da transferência da capital, com artigo assinado por Afonso Barrouin. Ele faz um histórico de grandes defensores da transferência da capital, chama a atenção para as melhorias que o país iria ter com efetivação da transferência, além de explicar sobre como e em que condições se efetuariam a transferência. Poder-se-ia questionar se a intensificação de artigos sobre a questão da mudança da capital teria alguma relação com a posse do novo presidente. Se na edição anterior Henrique Silva havia comentado sobre o compromisso do futuro presidente, é bem provável que o objetivo tenha sido o de polemizar e atrair a atenção para tal assunto.

Nos artigos subsequentes também fica evidente, tanto pelo espaço dispensado ao assunto quanto pelo teor dos textos, uma verdadeira campanha em prol da transferência da capital, ressaltando as vantagens da região central como sede da nova capital do País, fazendo retrospectivas sobre o processo de ocupação da região central desde as bandeiras paulistas, dando ênfase ao incentivo a novos meios de comunicação para a região, criticando a indicação de Belo Horizonte para sede do governo, enfim, os artigos procuravam convencer que a mudança da capital traria inúmeros ganhos no âmbito político, social e econômico para o país.

Na década de 1930 (marcada pela construção da capital estadual, Goiânia) o assunto continua sendo abordado, agora como um dos grandes problemas do país, pois até esta data ainda não havia nada de concreto para que ocorresse transferência. Em 1932 Henrique Silva volta à defesa da transferência para as terras goianas, argumentando que sua posição não se deve a espírito bairrista, mas porque Goiás possui potencialidades econômicas e climáticas favoráveis, e “Somente Goiás, porque nenhuma zona de terra brasileira é saudável como esse estado, é ubérrima como ele, prometendo à agricultura, ao comércio, à indústria maravilhas, no caso do esforço humano ser bem encaminhado” (SILVA, 1932, p. 65). Além de Henrique Silva Americano do Brasil, muitos outros goianos estavam atentos à demora da transferência da capital federal. Além da imprensa, o assunto se fazia presente também por meio de discursos de parlamentares, como é o caso do deputado por Goiás, José Honorato, que teve seu longo e inflamado discurso publicado na íntegra em duas edições consecutivas (janeiro e fevereiro de 1934) da revista *A Informação Goyana*.

Considerações finais

O período que contempla a publicação da revista *A Informação Goyana* faz parte de um contexto em que o estado de Goiás, situado no Centro Oeste do país, ainda se encontrava distante geográfica e economicamente dos grandes centros de desenvolvimento do país,

devido principalmente às dificuldades dos meios de transporte na região. Sua base econômica, passado o esplendor da mineração, era a agropecuária, favorecida pelas grandes áreas de pastagens nativas e por não exigir mão de obra em abundância nem especializada. Como exposto acima, o surgimento deste meio de comunicação se efetivou pelo empenho de dois goianos que tinham como objetivo divulgar a região central do Brasil, principalmente Goiás, mostrando o potencial que ela oferecia e clamando por medidas de incentivos à exploração das riquezas naturais.

Desse modo, a bandeira em defesa da transferência da capital federal se justificava, pois, na visão dos editores e colaboradores da revista, a transferência da capital para terras goianas traria enorme contribuição para o desenvolvimento de Goiás. Pela análise dos artigos que divulgavam, incentivavam e clamavam por ações no sentido de colocar em prática o que já havia sido determinado constitucionalmente, fica evidente o esforço fervoroso demonstrado no periódico, no intento de contribuir com o debate, embora de um jeito um tanto *bairrista*, pelo modo como expunham seus pareceres.

A aposta no desenvolvimento econômico e político de uma região cujo imaginário era povoado pela ideia de uma vasta solidão, um grande espaço vazio - o sertão profundo, fez com que a mitologia de um Novo Mundo se fortalecesse. O debate na revista revela a sustentação da construção de uma nova cidade que pudesse promover um novo espaço nacional e uma nova era para o país, incorporando o interior econômica e politicamente e assim, solidificar as bases de construção de uma nova nação.

Enfim, se o sonho da transferência da capital do litoral para o interior do país não se concretizou durante o período de publicação da revista *A Informação Goyana* (1917-1935), mas isso não significa que a mesma não tenha contribuído para esta questão. O debate travado em suas páginas, além de divulgar aspectos importantes e pouco conhecido sobre o interior do Brasil, evidenciou muito do pensamento político, social e econômico de uma época e região, parte integrante da história e da memória do país.

Referências

CHAUL, N. F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: UFG, 1997.

HOLSTON, J. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LUCA, T. R. de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, L. L. *O Brasil de JK: a construção de Brasília*. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), FGV. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/Construcao>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

NEPOMUCENO, M. de A. *O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade*. Goiânia: Editora UFG, 2003.

SILVA, H.; BRASIL, A. do. *Revista A Informação Goyana*. Rio de Janeiro, 1917/1935.

CAPÍTULO 10 – A GREVE E A GRIPE: LIMITES E CONTRADIÇÕES DO PROJETO POLÍTICO DE MODERNIZAÇÃO PAULISTANA NOS ANOS 1910

Robson Mendonça Pereira¹

Para a história da cidade de São Paulo, a década de 1910 é, geralmente, considerada uma etapa transitória entre uma fase anterior de preparação e intenso crescimento econômico-industrial e populacional, associada às realizações da administração modernizadora do prefeito Conselheiro Antônio da Silva Prado (1899-1910), que moldou a “capital dos fazendeiros” (BRUNO, 1984; PAULA, 1954; MATOS, 1958), e uma fase posterior de conflagração marcada pela verticalização urbana, retomada da atividade industrial, e, principalmente, por processos políticos e culturais como a Revolução de 1924, a Semana de Arte Moderna de 1922, a criação do Partido Democrático em 1926 e a Revolução de 1930. Eventos que mudaram definitivamente a face da capital, inaugurando seu primeiro estágio de metropolização (SEVCENKO, 1992; LORENZO; COSTA, 1997).

Assim, a historiografia parece considerar os anos 1910 como um período menos auspicioso na trajetória da paulicéia. Destaca-se sobremaneira o estado de paralisia parcial da economia cafeeira, devido aos efeitos negativos da Primeira Guerra Mundial sobre o fluxo de exportações e de mão de obra, além, é claro, da redução significativa das importações que atingiram setores importantes como a indústria e o de serviços públicos. A crise social estampada no crescente desemprego, na carestia generalizada e no aumento do custo de vida, levou a uma situação de convulsão que tem seu auge durante

1 Docente do curso de História da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus de Anápolis. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista e pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, contando com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Acordo FAPEG/Capes).

a Greve Geral de 1917. No ano seguinte, a epidemia de influenza espanhola se abateu sobre a capital, estampando as contradições do processo de modernização.

Ao final, parecia que os paulistanos desejavam esquecer aquela década tenebrosa. Sintomático que o presidente de estado eleito ², Washington Luís, ao tomar posse em 1920, iniciasse os preparativos para comemoração oficial do Centenário da Independência que se daria somente em 1922. Gastou-se vultosa soma de contos de réis do erário estadual na construção de uma larga avenida para ligar o atual Museu do Ipiranga ao centro da capital, no ajardinamento e ornamentação do entorno deste edifício, além da contratação de artistas e escultores para tornar visível a fantasia do heroísmo dos paulistas, transfigurada na imagem do bandeirante. A despeito disso, a década de 1910 afigura-se como um momento importante para a capital do estado, uma fase de gestação e de transformação, antecipando inúmeros debates que se desenrolariam no período seguinte. O processo de modernização da cidade, administrada à época pelo prefeito municipal Washington Luís e pelo presidente de estado Altino Arantes, representantes da elite cafeeira, permitiu, paradoxalmente, a emergência de novos atores sociais conscientes de seus interesses e partilhando de expectativas divergentes em relação ao encaminhamento de demandas sociais.

Pretendo, ao longo deste texto, enfocar justamente a ação modernizante desses dois administradores, Altino e Washington, sobre a cidade de São Paulo no final dos anos 1910. Ambos representavam uma geração do Partido Republicano Paulista mais afinada com os novos desafios, partilhando de uma concepção mais moderna de administração pública. Porém, no que se refere às relações sociais e aos compromissos com a elite política paulista, mantiveram-se fiéis

2 No período de vigência da primeira constituição republicana (1891-1930), os chefes dos governos estaduais no Brasil eram denominados, oficialmente, de presidentes. A partir da insurreição de 1930 (“Revolução de 1930”), foi adotado o título de governador, que, durante a vigência dos regimes políticos de exceção, eram substituídos por interventores, especialmente entre 1930 e 1945.

a uma interpretação conservadora das mudanças sociais em curso. Para tanto, escolhemos para análise dessa contradição dois eventos significativos para o período: a Greve Geral de 1917 e a pandemia de *influenza* espanhola de 1918. A dificuldade dessas mesmas autoridades em responder adequadamente as demandas surgidas desses episódios, acabou por expor a fragilidade do discurso do PRP, diante de um cenário urbano mais complexo, constituído de uma nova elite de empresários industriais, das expectativas das classes médias de funcionários públicos e profissionais liberais e, principalmente, dos marginalizados das promessas modernizantes da elite, os trabalhadores urbanos.

Crescimento urbano-industrial na capital paulistana durante os anos 1910

Se analisarmos o percentual de crescimento urbano da capital paulistana para a década de 1910, observaremos um ritmo menos intenso que o do início do século, mas nem por isso menos impressionante³. Em números absolutos, houve um acréscimo populacional de aproximadamente 200.000 habitantes, passando de 375.439 em 1910, para 579.033 em 1920, elevando seu percentual dentro do estado de São Paulo de 10,51 % em 1900 para 12,61 %. Fatores conjunturais, como a paralisação do fluxo imigratório durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise no mercado de trabalho, restringiram um crescimento demográfico mais volumoso.

Entretanto, no início dos anos 1910, a capital paulistana se impôs como um dos mais fortes polos de atração de mão-de-obra, em virtude de uma oferta diversificada de oportunidades criadas pelo vigoroso incremento da atividade industrial entre 1907 e 1913. Esse

3 A mais elevada porcentagem de crescimento populacional na capital paulistana ocorreu no período 1890-1900, chegando a 268%, com uma espetacular taxa geométrica de crescimento anual da ordem de 14%, média jamais repetida nas décadas posteriores, pois de 1900 a 1920 a população cresceu 141%, a uma taxa de 4,5% ao ano (cf. SINGER, 1968, p. 58).

período coincidiu justamente com o do efeito das medidas tomadas pela política de valorização do café, encerrando momentaneamente a crise que afetava o comércio desse produto desde o final do século XIX. Segundo Cardoso de Mello (1998), uma parte do enorme capital excedente, gerado pela receita de exportações do café, por não encontrar colocação no próprio mercado cafeeiro, acabou vazando para a indústria, que, à época, oferecia uma perspectiva de lucros superior a outros tipos de investimento⁴.

Naquele período, o setor industrial se concentrava, basicamente, na produção de bens de consumo, apresentando um maior nível de especialização e de melhorias técnicas nos ramos alimentício e têxtil. De 1900 a 1915, o número de cotonifícios na capital passou de 17 para 41, aumentando a sua escala de produção, empregando um número quatro vezes maior de operários envolvidos na confecção de lã, algodão, juta e nos serviços de malharia e estamparia. Novos moinhos de farinha de trigo surgiram para desafiar os da empresa do conde Francisco Matarazzo. Houve também uma significativa expansão nas fábricas de chapéus, calçados, marcenaria e cerâmica. Todos esses novos investimentos elevaram o valor da produção industrial paulistana, que, de 110 mil contos em 1905, passou para 189 mil em 1910 e para 274 mil contos em 1915 (DEAN, 1971, p. 91). O mecanismo da Caixa de Conversão, ao manter uma taxa cambial baixa para conversão do mil-réis, permitiu aos industriais importar máquinas, combustíveis e matérias-primas a um preço bem mais razoável.

Toda essa expansão exigiu um incremento extra de mão-de-obra. Em 1907 havia 326 firmas que empregavam 24.186 operários (DEAN, 1971, p. 102), enquanto, em 1920 esses números saltaram para 4.154 firmas industriais e 102.375 operários, sendo 49.071 brasileiros e 53.304 estrangeiros, compondo pelo menos 54% da

4 “O capital industrial não nasceu num momento de crise do complexo exportador cafeeiro. Despontou, ao contrário, num instante de auge exportador, em que sua taxa de rentabilidade terá, certamente, alcançado níveis elevadíssimos” (MELLO, 1998, p. 143).

população economicamente ativa na cidade (CARONE, 1975, p. 192). Outro grande empregador era o setor de serviços urbanos, composto por diversos segmentos de atividades que apresentavam, antes da guerra, uma forte tendência à especialização, caso do comércio de importação e exportação e, principalmente, do comércio de mercadorias, dominado, basicamente, pelas pequenas lojas de varejo. Além das profissões liberais clássicas, surgiram novas ocupações autônomas que se multiplicavam num meio urbano cada vez mais adensado: barbeiros, padeiros, leiteiros, mecânicos, gráficos, latoeiros, funileiros, carroceiros, etc. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO apud MELLO; SAES, 1985, p. 326).

A fase de prosperidade terminou com o início da conflagração europeia em 1914, momento em que o capital estrangeiro aplicado no país começou a refluir, provocando uma baixa nas divisas, compensada de imediato pela elevação das tarifas e outras pressões para conter a desvalorização da moeda. De imediato, houve um encarecimento generalizado dos produtos básicos importados como: trigo, farinha de trigo, bacalhau salgado, petróleo, combustíveis, querosene, carvão, lâminas e barras de ferro. O aprofundamento da crise se verificou a partir de 1917, com a entrada na guerra de nosso principal comprador de gêneros de exportação e fornecedor de manufaturados: os Estados Unidos (DEAN, 1971, p. 95-96). Em função disso, decorreu uma redução drástica no comércio do café, abatido também pelas geadas de 1918, indicando uma restrição na receita de exportação. Esse quadro representou um sério obstáculo à ampliação da capacidade produtiva da indústria paulistana, na medida adequada ao atendimento de uma demanda criada pela ausência dos importados, conforme afirma Saes (1986, p. 226-227).

Para Dean, o pequeno avanço na produção industrial durante a guerra decorreu do funcionamento por mais horas da maquinaria existente ou pela produção manual. Sendo que alguns setores industriais começaram a se voltar exclusivamente para o mercado de exportação de gêneros essenciais, como a carne, o feijão, o açúcar e outros cereais, visando abastecer as economias dos países

centrais em guerra, desviando parcela considerável da produção doméstica (1971, p. 104).⁵

A política inflacionária praticada pelo governo federal – a escassez e os aumentos abusivos dos gêneros alimentícios, da luz, dos aluguéis, dos calçados, do vestuário – agravou as condições de vida, já precárias, da população paulistana. Na indústria houve grandes oscilações até o final dos anos 1910, em decorrência das reduções nos quadros de empregados e nos salários, como medida de contenção de despesas. A ameaça de demissão, sobretudo dos homens adultos, substituídos por mulheres e crianças, abriu precedente para uma série de abusos como pagamentos em atraso, prolongamento da jornada de trabalho e a introdução de novos descontos (LOPREATO, 2000, p. 72).

Guerra e crise: a *Paulicéia* dos desesperados

Essa conjuntura gerou uma enorme inquietação social, exacerbando as contradições do modelo de modernização urbana iniciada na administração do prefeito Antônio Prado. A moldura elitista das intervenções urbanas privilegiara, então, o centro da cidade e os bairros nobres, constituindo a *urbes* oficial, europeizada e dotada de inúmeros melhoramentos, símbolo de um progresso desejado pela plutocracia paulista. Em contraposição a esta, se formou a cidade popular, dos bairros industriais, das várzeas e dos grotões, onde o grosso da população sofria suas piores agruras em meio a constantes enchentes, epidemias e condições inadequadas de moradia. Contraditoriamente, essas áreas se transformaram em foco de preocupação permanente para as autoridades municipais e estaduais, não só pelos problemas sociais que as afligiam, mas, principalmente, por repre-

5 Quase todo o capital investido na industrialização de alimentos concentrou-se na instalação de usinas de enlatamento e refrigeração de carne e moagem e refinação de açúcar. A primeira firma de acondicionamento de carne do país foi o Frigorífico de Barretos, construído por Antônio Prado e Alexandre Siciliano, em 1910 (LEVI, 1974, p. 258).

sentarem uma ameaça real à ordem estabelecida na cidade oficial (CAMPOS, 2002, p. 91-93).

Nesse sentido, é bastante significativo que uma das primeiras iniciativas no combate à carestia na capital tenha partido justamente do Secretário de Justiça e Segurança Pública, Elói Chaves, que em agosto de 1914 resolveu montar uma comissão com o intuito de buscar uma solução para minorar, segundo o mesmo, “a situação angustiosa em que se encontra a grande massa da população, privada de recursos para a própria subsistência, em virtude da falta de trabalho (Jornal *O Comércio de São Paulo*, 15 ago. 1914, p. 1)”⁶. Constituída por membros da elite paulista, essa comissão teve uma influência reduzida, no sentido de sugerir medidas eficazes ou algum nível de articulação entre o poder municipal e o estadual para solucionar as dificuldades de abastecimento da capital (DEBES, 1994, p. 145).

A essa época a municipalidade paulistana era pressionada pela imprensa por causa da iminência de escassez de gêneros de primeira necessidade e a exploração feita pelos atravessadores (Jornal *O Comércio de São Paulo*, 6 ago. 1914, p. 1). A Câmara municipal entrou em acordo com o prefeito para que tomasse providências nesse sentido, aprovando em 22 de agosto a Resolução nº 50. Esta conferia ao executivo uma série de atribuições: fiscalização e tabelamento de preços; estabelecimento de prazos para o recolhimento sem multa dos tributos municipais; isenção de taxa sobre determinados gêneros, entre outras (DEBES, 1994, p. 145-146).

Valendo-se dessa mesma resolução, Washington Luís procedeu ao estabelecimento de feiras livres para venda de gêneros de subsistência, organizadas e fiscalizadas pelo poder municipal. Para isso, emitiu o Ato nº 710, em 25 de agosto, contendo regulamento e os locais para funcionamento desses mercados. Em Relatório de 1914, o prefeito discorreu minuciosamente sobre o sucesso dessa iniciativa:

6 Tal comissão era composta, entre outros, pelo prefeito da capital, Washington Luís, e por Júlio de Mesquita, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*.

os mercados francos não constituem uma instituição nova nem original, são muito conhecidos, de há muitos anos, em quase todas as capitais europeias e em muitas cidades americanas. Teve em vista a Prefeitura, com a instituição desses mercados livres, baratear o preço dos gêneros alimentícios e viu o seu objetivo coroado de completo êxito, pois que a concorrência de vendedores e, principalmente, de compradores foi tão considerável que mostrou que essas feiras vieram responder a uma necessidade da população de S. Paulo (RELATÓRIO DE 1914, 1916, p. 10-11).

Para Washington Luís, as feiras livres reafirmavam sua crença nas virtudes da livre-concorrência, por apresentar uma relação entre produtor e consumidor sem nenhuma espécie de intervenção ou regulação, sendo, por esta razão, um mecanismo ideal diante das dificuldades para o abastecimento regular na capital. Acreditava que as feiras podiam, inclusive, dar alento a uma pequena produção industrial e artesanal especializada, visto as vantagens obtidas em relação aos outros mercados. O futuro industrial da cidade dependia em sua interpretação, de uma redução nos gastos com a reprodução da força de trabalho, refletindo, assim, uma preocupação mais incisiva que o normal com a produção local, como afirma no mesmo relatório de 1914:

O barateamento da vida em São Paulo, não é apenas uma condição da vida da pobreza; ele é também, uma condição de vida da nossa riqueza. A cidade de S. Paulo está se aparelhando para ser um grande centro industrial, alguma coisa como Chicago e Manchester juntas, isto, entretanto, só se realizará completamente quando ela conseguir vender os seus bons produtos por preços inferiores aos das outras praças. Para vender a preços baratos é preciso produzir os preços baratos, entre outras coisas, ter a mão-de-obra barata, e só há mão-de-obra barata na terra em que a alimentação, a habitação e o vestuário são baratos, visto que o preço dos salários está em relação ao custo de vida (RELATÓRIO DE 1914, p. 11).

Na realidade, a conjuntura de crise provocada pelo início da Primeira Guerra Mundial pouco tinha a ver com essas colocações sofisticadas do prefeito. A significativa diminuição nas exportações de café e a queda nos seus preços internacionais vieram desacelerar o crescimento industrial paulistano. Por outro lado, desde 1912, o custo de vida vinha se elevando em decorrência de problemas econômicos, surgidos ainda no governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Para Pinheiro (1990), o descompasso entre custo de vida e salários se acentuou no período de 1914 a 1919, subindo o primeiro a 48%, enquanto o último aumentou apenas 23% (p. 146-147).

Nesse contexto, as feiras livres podem ter realmente amenizado esse desnível, funcionando como um paliativo. Washington Luís considerava medidas como tabelamento de preços e combate à ação dos atravessadores contrárias aos princípios liberais que defendia, evitando a todo custo sua aplicação, por acreditar no princípio de auto regulação do mercado. Assim, continuou a expandir o número de feiras em diversos pontos da cidade ao longo dos anos, chegando a um total de dez em 1917 (RELATÓRIO DE 1914, 1916, p. 11; RELATÓRIO DE 1916, 1918a, p. 97; RELATÓRIO DE 1917, 1918b, p. 19-21). Essas feiras funcionavam semanalmente e coexistiam com os três mercados municipais existentes na cidade: em Pinheiros; nas ruas São João e 25 de Março. Os mercados ofereciam uma lista mais ampliada de produtos, se comparado às feiras, porém com preços mais elevados: frutas, cereais, legumes, verduras, linguiças, frangos, toda a pequena produção das chácaras existentes nos subúrbios da cidade; um setor de peixe, vindo de Santos, alguns artigos artesanais como cestinhas, peneiras tecidas em taquara e os potes e moringas de barro.

Críticas foram levantadas quanto à possibilidade dessas feiras diminuírem a renda dos mercados fixos, visto que as primeiras desfrutavam de isenção de taxas e de uma fiscalização sanitária mais branda. Por seu lado, o prefeito rebatia, afirmando que as feiras não haviam sido instituídas como geradores de renda (RELATÓRIO DE 1914, p. 12). Analisando a receita proveniente das taxas de fiscalização sobre o movimento das feiras livres em 1916, chega-se a um

montante de 60:834\$300 (sessenta contos, oitocentos e trinta e quatro mil e trezentos réis), valor muito inferior ao arrecadado somente no mercado da rua 25 de Março, que foi de 332:840\$000 (trezentos e trinta e dois contos e oitocentos e quarenta réis) (RELATÓRIO DE 1916, p. 106-119).

Sobre o aspecto das condições sanitárias das feiras e das mercadorias expostas nas inúmeras barraquinhas ou estendidas pelo chão, temos outro dilema. Em relatório dirigido ao prefeito, o chefe da Diretoria de Higiene, Alberto da Costa, constatou, *in loco*, a veracidade de algumas denúncias centradas na comercialização de gêneros adulterados ou estragados:

(...) as operações de fiscalização (...) consistiram na apreensão, com as respectivas multas, dos gêneros falsificados ou deteriorados que vendedores, sem escrúpulos, apresentaram à venda. Os produtos mais falsificados foram a manteiga, sendo apreendidos 100 quilos e a massa de tomate. Os deteriorados eram, na maioria, carnes de porco salgadas, já com princípios de fermentação, e salsicharias feitas às vezes com carnes já em franco estado de decomposição (RELATÓRIO DE 1916, p. 130).

De fato, a adulteração e a falsificação de alimentos constituíram um fato corriqueiro na capital, constantemente denunciado pela imprensa. Em 1917, o alarmante número de óbitos provocados por intoxicação alimentar estaria relacionado à maior intensidade de ocorrências dessa natureza (LOPREATO, 2000, p. 75).

O escritor Monteiro Lobato tratou dessa questão em crônica famosa, na qual considerava a cidade de São Paulo como “paraíso da fraude bromatológica”, listando uma infinidade de irregularidades que se multiplicavam pela deficiente fiscalização e pela existência de um verdadeiro esquema de proteção aos fraudadores:

Era assim, o falsificador antes da guerra. Depois, com a escassez de mercadoria importada e os altos preços alcançados pela que consegue entrar, e também pela produção indígena, ficou assim:

gordo, soberano. A lepra cresceu como maré. Raro, é o dia em que não rebenta nos jornais um caso de falsificação. Cada falsificador tem à sua calda uma coorte de advogados administrativos, prepostos a inutilizar a ação dos poderes públicos, porque não há melhor negócio do que defender um falsificador. Gente que paga bem! (LOBATO, 1959, p. 288-289)⁷

Algumas poucas vezes, Washington Luís manifestou sua opinião acerca do assunto. Em uma delas isentou as feiras livres desses transtornos, atribuindo-os à inspeção ineficaz, que era da alçada da própria administração municipal (RELATÓRIO DE 1914, p. 12). Sem dúvida, esses casos de adulteração se ampliaram na medida em que diversos setores passaram a priorizar o atendimento à demanda dos países em guerra por gêneros de subsistência, deixando o abastecimento interno em segundo plano. A escassez de víveres e a inspeção inadequada, juntamente com a ação de especuladores e açambarcadores, colaboraram para majorar ainda mais os preços dos alimentos básicos entre os anos de 1917 e 1918. Nessa época, os gastos com esse quesito passaram a representar quase 2/3 dos rendimentos domésticos de uma família de baixa renda, impossibilitando a aquisição de alguns produtos (LOPREATO, 2000, p. 77).

Os bastidores da Greve Geral de 1917

Em 1917, os jornais paulistanos registraram as críticas populares contra a elevação dos preços dos gêneros de primeira necessidade, em contraste com a abundante colheita de cereais do ano agrícola de 1916-1917. A *Gazeta* acusava a ação de açambarcadores que com-

7 No rol desses gêneros comumente denunciados pela imprensa figuravam: açúcar, marmelada, goiabada, óleos diversos, sal, farinha de mandioca, macarrão, bebidas alcoólicas, vinagre, sabão, manteiga, café, sardinhas, medicamentos diversos e inclusive a massa de tomate, que, segundo Lobato, levava “abóbora, chuchu, pimentão, óleo de algodão e às vezes até tomate”, servindo assim “indistintamente de massa para uso culinário ou de graxa para sapatos amarelos” (LOBATO, 1959, p. 290-292).

pravam a produção em todo o estado, com intuito de exportar pelo porto de Santos (*Jornal A Gazeta*, 11 maio 1917 *apud* LOPREATO, 2000, p. 74). Para o periódico *O Combate*, a culpa deveria recair sobre o governo por sua inação e indiferença em relação à ação dos trustes, que se desenvolviam sem restrições na inexistência de qualquer tipo de medida legal para coibi-los (*Jornal O Combate apud* LOPREATO, 2000, p. 74). Apesar de reconhecer a existência dos trustes, o Secretário da Agricultura, Cândido Motta, afirmava que a ação repressora não dependia do executivo, cabendo ao legislativo o estabelecimento dos mecanismos para impor limites à exportação. O prefeito Washington Luís, ao contrário, parecia ignorar a ação desses atravessadores, pois creditava “a alta dos preços, à própria exportação que valorizou o produto” (LOPREATO, 2000, p. 74-75).

Os mecanismos ortodoxos, defendidos pela Câmara Municipal, no sentido de conter a elevação abusiva dos preços e da especulação, eram considerados por Washington Luís um tipo de controle ou intervenção nociva à atividade econômica, por extrapolar os limites constitucionais, conforme se posicionou nessa manifestação contrária a um projeto de lei estabelecendo o tabelamento de preços:

Como tive ocasião de vos dizer em ofício de 16 de julho, continuo a pensar que não deve e não pode ser tomada medida municipal que estabeleça o preço máximo pelo qual os gêneros alimentícios sejam vendidos em São Paulo. Não entrando na discussão da legalidade da medida, por parte da Municipalidade, e, portanto, da obediência que a ela prestariam os comerciantes, penso que por inconveniente não deve ser ela adotada (RELATÓRIO DE 1917, p. VIII).

Esse aparente apego aos princípios liberais do *laissez-faire* na fala do prefeito foi empregado novamente, para discutir outro projeto da edilidade que determinava a aquisição, pela municipalidade, de “estoques de gêneros alimentícios para, em seguida, serem vendidos como ração aos habitantes da cidade”. Washington o rejeitou veementemente, por entender que se tratava de uma “tentativa de privilégio forçado com recursos públicos”, e por “estabelecer uma con-

corrência desleal com o comércio local” (Ofício nº 225, de 11/5/1917, *in*: RELATÓRIO DE 1917, p. 70-71). Em ofício de 16 de julho de 1917, voltou a censurar as tentativas de controle oficial de preços:

Como se sabe, São Paulo não é um município produtor; a não ser a verdura de seus arredores, todos os gêneros vem de outros municípios; nessas condições, se se estabelecer aqui um preço de venda abaixo dos altos preços por que estão sendo vendidos os gêneros nos municípios produtores, é bem claro que nenhum produtor, comerciante trará mais os seus gêneros para os vender nesta cidade, porque terá de aqui vir perder o seu dinheiro (Ofício nº 334, de 16/7/1917, *in*: RELATÓRIO DE 1917, p. 80).

Washington atribuía a alta do custo de vida e dos preços dos gêneros alimentícios à conjuntura de guerra. Admitia que a situação beneficiava parte dos agricultores, industriais e comerciantes, em detrimento da maioria da população. Porém, a solução para o drama da carestia deveria ser cautelosa e exercida pelo governo federal para evitar o desabastecimento generalizado:

isto significa que medidas de tal natureza, medidas excepcionais para prover a subsistência, podem e devem ser tomadas nos momentos excepcionais como o que atravessamos; mas devem ser tomadas por poder que se estenda a todos os municípios e a todos os estados, para regular os preços máximos da produção, os dos transportes e a sua efetividade, e os do consumo e as suas quantidades, providenciando para que chegue a todos o que todos precisam. Medidas locais não remediavam as localidades, antes prejudicam-nas, fazendo delas afastar-se os gêneros, que vão encontrar melhor remuneração em outras partes. Para serem úteis, essas medidas têm que ser gerais, têm que partir do governo federal (RELATÓRIO DE 1917, p. IX).

Em nenhum momento, o prefeito fazia menção à atuação dos trustes ligados aos ramos de exportação e sua relação com a cares-

tia e os abusos cometidos pelos atravessadores, inexistindo, assim, qualquer providência para conter a febre especulativa que grassava a capital. O prefeito absteve-se da questão, preferindo transferi-la para uma órbita superior a prejudicar os interesses dos negociantes locais. A insensibilidade das autoridades nesse quesito fomentou focos de alarmante tensão social, percebido no desenrolar da “crise do pão”. Este episódio teve origem na interrupção da importação de trigo para o Brasil, decretado pelos nossos principais fornecedores (Argentina e Estado Unidos), em meados de 1917, fato que provocou a imediata disparada do seu preço, transformando o pão em “artigo de luxo”.

Imediatamente, os sindicatos anarquistas reagiram iniciando um movimento de boicote e protestos contra os industriais Puglisi, Gamba e Matarazzo, acusando-os de estar à testa do grupo de trustes e falsificadores que se beneficiavam da escassez do produto nos seus moinhos (LOPREATO, 2000, p. 75-77). Logo em seguida, o jornal *Guerra Sociale* e o Centro Libertário de São Paulo publicaram um manifesto, em italiano e português, no qual alertaram para a ingenuidade de pedir a intervenção do estado na crise, mostrando-se contrários à proposta veiculada pela imprensa da fabricação de pão misto com farinhas alternativas, considerado um mero lenitivo diante da perspectiva da fome que assombrava os lares dos trabalhadores. Estes eram instigados a atacar os moinhos e distribuir os estoques ao povo (Jornal *Guerra Sociale*, São Paulo, 10 abr. 1917, p. 3, *apud* LOPREATO, 2000, p. 76-77).

Na comemoração do Dia do Trabalho, militantes e sindicalistas de diferentes facções anarquistas, unidas desde a formação do Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários, em março, organizaram uma série de protestos dirigidos, principalmente, contra a possibilidade de entrada do país no conflito europeu – decretado efetivamente em outubro, após o torpedeamento pelos alemães de vários navios brasileiros, – denunciando as injustiças sofridas pelos operários com o aumento do desemprego e a ameaça da falta de pão. Essa arregimentação anarquista, engrossada pela maré de descontentamento, deu alento à formação de diversas ligas operárias de bairro, organismos de encaminhamento de reivin-

dicações da população que tiveram uma atuação bastante relevante durante a Greve Geral de 1917.

Uma metrópole convulsionada e a ação repressiva das autoridades

No início de junho de 1917, 2000 operários do Cotonifício Rodolfo Crespi, localizado na Mooca, entraram em greve pedindo 20% de aumento. A diretoria da fábrica promoveu um *lockout* para constranger os empregados a aceitarem as condições salariais propostas e terminarem com a paralisação. Entretanto, os operários da Crespi passaram a conta com a solidariedade de outros mil operários das fábricas de Nami Jafet e do Lanifício Ítalo-Paulista. No dia 15 de junho, os operários realizaram uma passeata pelas ruas do Brás. A polícia interveio violentamente, dispersando a manifestação e efetuando várias prisões. No começo de julho o movimento paredista se intensificou, alastrando-se por vários estabelecimentos industriais da capital. A imprensa divulgava números divergentes de operários parados, que, no seu auge, entre os dias 11 e 12, teria alcançado por volta de 15.000 a 20.000 grevistas, enquanto as lideranças anarquistas falavam em 70.000 (CARONE, 1975, p. 229-230; LOPREATO, 2000, p. 102-109).

A densidade das manifestações e os choques diários com a polícia começaram a preocupar a autoridade estadual, diante da perspectiva de perda de controle da cidade. Numa dessas refregas, o sapateiro José Martinez, ligado ao Grupo dos Jovens Incansáveis, foi assassinado. Temendo maiores repercussões do caso, o delegado geral de polícia, Thyrso Martins, mandou fechar todas as sedes das ligas e uniões operárias. O enterro de Martinez, acompanhado por cerca de 10.000 operários no dia 12 de julho, serviu como pretexto para convocação da greve geral pelo Comitê de Defesa Proletária (C.D.P.), composto de líderes sindicais e dirigentes do movimento grevista como Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho, Antônio Duarte, Francisco Ciani, Rodolfo Felipe, Luigi (Gigi) Damiani e Teodoro Monicelli. No Brás e na Mooca, os operários ergueram barricadas para se proteger dos ataques da Força Pública. Estabeleceu-se um clima de violência

e desordem com tiroteios e saques à casas comerciais. Durante dois dias a capital ficou sob o controle do Comitê, havendo interrupção do serviço de bondes e do fornecimento de eletricidade, além da paralisação das atividades do comércio e da indústria (Carone, 1975, p. 230-231; DEBES, 1994, p. 160-161).

Ao relatar esses acontecimentos em seu *diário de governo*, o presidente de Estado, Altino Arantes, procurou justificar os excessos cometidos pelos policiais e soldados da Força Pública, que teriam se excedido na repressão – apoiada por tropas do exército enviada do Rio de Janeiro –, atribuindo aos “agitadores da classe trabalhadora” a culpa pelos incidentes:

A greve pacífica, que – verdade seja dita – se declarara com simpatias gerais e até do próprio governo, pedindo o aumento de 20% nos salários dos operários de fábricas; [...] degenerou francamente em movimento subversivo da ordem pública, redobrando de exigência, assaltando e depredando armazéns e usinas, impedindo a liberdade de trabalho e de transporte e praticando outros reprováveis excessos. As autoridades agiram, a princípio com a maior cordura esgotando todos os meios máximos para chamar à razão os desordeiros, já agora sabidamente conduzidos por elementos anarquistas, estrangeiros e alheios à classe operária. Diante da gravidade da situação, hora a hora mais premente, reuni no Palácio os meus Secretários e o Prefeito Municipal, com os gerais assentei medidas de conjunto tendentes a normalizar as cousas. Ao Dr. Eloy Chaves, dei instruções precisas e categóricas no sentido de ser, quanto antes e a todo o custo, restabelecida a ordem pública, – condição preliminar para qualquer outro entendimento com os grevistas. Para esse objetivo, teve a polícia, nestes dois dias de empregar recursos extremos, – e o fez sempre dentro das instruções e ordens legais recebidas, com aplausos da população sensata. [...] O que é certo e quero consignar, é que no dia 13, à noite, – a ordem pública estava completamente restabelecida em todos os bairros da capital, trafegaram livremente os bondes e outros veículos; reabria-se o comércio e a cidade reto-

mava, aspecto alegre e movimentado. Custou-nos isso, é verdade, o sacrifício de algumas vidas, mas eu, que, em ocasiões normais, sou incapaz de, conscientemente, ofender ao ínfimo dos entes vivos, – sinto-me perfeitamente tranqüilo na convicção inabalável de que cumpri apenas o meu dever de autoridade pública (AESP, Arquivo Privado Altino Arantes [APAA], *Locus*: AP91.01.001, vol.4 [12 e 13/07/1917]; grifos no original).

Esse longo trecho expõe claramente a interpretação corrente no meio político em relação aos conflitos entre capital e trabalho durante a Primeira República. Os organismos e liderança anarquistas são comumente identificados sob a perspectiva policial e considerados elementos subversivos, estabelecendo uma estratégia deliberada de deslegitimação de sua ação. Por outro lado, a reação desmedida e brutal, operada pela Força Pública que resultou em muitos mortos e feridos, visava à retomada da “ordem pública”, violada por um bando de estrangeiros sediciosos, que espalhavam ideias “exóticas” e manipulavam a boa-fé do trabalhador paulista.

Em meio ao impasse criado pelo C.D.P., que se recusava dialogar com a polícia, o secretário Elói Chaves viu-se obrigado a convocar os representantes da imprensa paulistana para discutir uma saída para o conflito. Reunidos no Palácio do Governo em 15 de julho, os jornalistas Nestor Pestana e Amadeu Amaral (*Jornal O Estado de S. Paulo*); João Silveira (*Correio Paulistano*); Valente de Andrade (*Jornal do Comércio*); Lisboa Junior (*Diário Popular*); Nereu Rangel Pestana, (*Combate*), Mazzaroldi (*Piccolo*) e outros, compuseram uma comissão para intermediar as negociações entre patrões e empregados, uma vez que o próprio governo se mostrava incompetente para encaminhá-las. Nestor Pestana expôs as reclamações dos operários e as concessões conquistadas junto aos industriais. O presidente Altino, que se mantivera alheio a essas queixas, veiculadas pela própria imprensa, prometeu se esforçar para encaminhar algumas das reivindicações operárias apresentadas como, por exemplo, eliminação do trabalho infantil nas fábricas, encaminhar projeto para melhorar a condição dos operários, sobretudo das mulheres, combate à falsi-

ficação, à adulteração de gêneros alimentícios e aos atravessadores (AESP, APAA, *Locus*: AP91.01.001, vol.4 [15/07/1917]).

Após o término da reunião, Altino comunicou ao prefeito da capital, solicitando-lhe pronunciar-se a respeito, pois seria procurado pela Comissão de Imprensa. Washington garantiu seu empenho na fiscalização e controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade e no aumento do número de feiras livres, fazendo-as funcionar duas vezes por semana. Porém, alegou dificuldades orçamentárias e a manutenção do livre comércio como “empecilhos para uma maior contribuição da prefeitura na solução do conflito” (Jornal *Fanfulla*, 17 jul. 1917, p. 2). Mesmo a contragosto, o prefeito firmou o acordo de conciliação proposto pela Comissão de Imprensa sem, é claro, abandonar suas convicções conservadoras a respeito da questão operária e da maneira de encaminhá-la⁸.

O compromisso, apenas formal, das autoridades estadual e municipal com o acordo não resultou em uma alteração significativa no cotidiano da população, que continuou a conviver com a permanente ameaça de escassez de alimentos, com o desemprego e a elevação do custo de vida. Naturalmente, novas paralisações voltaram a ocorrer ainda em setembro de 1917, levando várias firmas paulistas e a Estrada de Ferro Inglesa a despedirem os paredistas, enquanto a polícia efetuava uma centena de prisões, entre elas a de Edgard Leuenroth (CARONE, 1975, p. 233).

O governo aproveitou a oportunidade para aplicar a temida lei de expulsão de estrangeiros (Lei Adolfo Gordo, de 1907), embarcando alguns dos “indesejáveis” líderes anarquistas no vapor *Curvello*,

8 Washington Luis, então candidato oficial à presidência do Estado, viria a manifestar-se precisamente sobre o assunto em sua Plataforma de Governo, indicando soluções enérgicas para a chamada “questão social” (entendida como agitação operária) caracterizada em seu discurso “questão que interessa mais à ordem pública”. Utilizou-se dos mesmos argumentos de Altino para caracterizar o ideário anarquista como uma espécie de “flor exótica”. “Programa de Governo (Plataforma lida pelo Sr. Washington Luis no grande banquete que o Partido Republicano de S. Paulo ofereceu à Sua Exa. no dia 25 de janeiro de 1920, no Theatro Municipal)” (cf. FONCECA, 1920, p. 104).

da Companhia Lloyd Brasileiro, com destino a Barbados (LOPREATO, 2000, p. 164-165)⁹. Apesar da intensidade das inúmeras paredes operárias que pipocaram até 1920, nenhuma conseguiu alcançar a magnitude do evento de 1917.

Washington tratou de restabelecer o funcionamento dos serviços públicos, paralisados durante a greve. Contando para isso com o apoio de Elói Chaves, que lhe emprestou soldados da Força Pública para colocar em tráfego regular os bondes da Light e na proteção das instalações do Matadouro Municipal, que sofrera danos materiais durante a invasão dos paredistas que mataram o gado existente e distribuíram a carne:

Pessoalmente, estive sempre no Matadouro Municipal, no depósito da Continental, nos mercados livres, para que se fizessem as vendas de gêneros, tendo sido auxiliado com toda a dedicação pelos funcionários pertencentes aos serviços municipais e com eles tenho estado em contato nestes dias (Ofício nº 334, cit.).

Após a greve, os marchantes de gado, ameaçavam elevar o preço do quilo da carne abatida no matadouro municipal em \$20 réis. Em uma de suas poucas medidas de intervenção, o prefeito ameaçou com retaliação: os impediriam de abater rezes no matadouro, caso persistissem naquele propósito, “tendo providenciado para que, nesta hipótese fosse o abastecimento de carne à Capital feito pelos Frigoríficos de Osasco [Continental Products Co.] e de Barretos” (AESP, APAA, *Locus*: AP91.01.001, vol.4 [25/7/1917]).

Para contornar rapidamente essas circunstâncias negativas, originadas da greve geral, Washington apelou para o imaginário do progresso, ao organizar a Primeira Exposição Industrial de São Paulo.

9 Altino Arantes foi um dos defensores na Câmara dos Deputados Federais do projeto que daria origem à lei de expulsão dos estrangeiros em 1907. Ao que parece, a pressão política foi motivada em grande parte pelo movimento paredista de 1906, que paralisou as grandes empresas ferroviárias, tendo levado o governo a apressar sua aprovação (cf. CASALECCHI, 1987, p. 129).

O prefeito havia encaminhado à Câmara a proposta de instalação de “exposições-feiras”, que deveriam ocorrer anualmente com a participação de fabricantes estabelecidos na capital ainda em abril de 1917:

Trata-se do estabelecimento de exposições anuais, das indústrias do município da capital, durante os quais possam ser vendidos os produtos apresentados. Criadas que sejam essas exposições-feiras, anualmente, vai ser uma verdadeira revelação inesperada para a maioria da população, o que se vai apresentar não só em relação à diversidade dos produtos, como do valor pecuniário que eles representam (Ofício nº 209, 30/4/1917, in: Relatório de 1917, p. 68).

Aprovada por lei em julho, Washington pôs-se a providenciar os preparativos para o evento, escolhendo estrategicamente o Palácio das Indústrias, um edifício suntuoso projetado por Ramos de Azevedo, para o novo parque na várzea do Carmo (DEBES, 1994, p. 148). Os diversos salões do palácio ficaram lotados de artigos dos mais diversos expositores – caixas de papelão, fósforos, móveis, cerâmica, vidros, tecidos, couros, calçados, perfumaria, produtos químicos, maquinário industrial, etc.

No dia 30 de setembro, a Primeira Exposição foi inaugurada solenemente pelo próprio Presidente de Estado, Altino Arantes, contando com a presença de seu secretariado, de políticos, de empresários, da imprensa e da população em geral, demonstrando o enorme esforço para congregar os diversos setores da sociedade paulistana. Uma grande festa se seguiu no palácio, com Washington ciceroneando seus convidados por entre os estandes nos vários salões do palácio (PICCAZIO, 1992, p. 34). O evento foi organizado, evidentemente, de forma a promover a exaltação da indústria paulista e materializar certos prognósticos do prefeito sobre a capital, que, frequentemente, utilizava-se dos mecanismos proporcionados pela propaganda e pelo *merchandising* na composição da imagem de São Paulo como metrópole industrial. Encerrada em 31 de outubro, a exposição recebeu 8000 visitantes, alcançando um relativo sucesso. Porém, no ano seguinte, para desgosto de seus organizadores, a Segunda Exposição Industrial acabaria completamente eclipsada por uma ocorrência ainda mais grave: a pandemia de gripe espanhola. Esta revelaria de

maneira mais contundente os contrastes sociais reinantes na capital paulistana.

A Gripe Espanhola chega a São Paulo: limites da utopia da “Capital do Café”

Em 23 de setembro de 1918, Altino registrou em seu diário uma solicitação dirigida ao presidente Nilo Peçanha sobre a situação da Missão Médica-Militar Brasileira, que se encontrava a bordo do navio “La Plata”, atingido pela “terrível influenza espanhola” (AESP, APAA, *Locus*: AP92.01.001, vol. 8)¹⁰. A essa altura, surgiram os primeiros focos de gripe nos portos de Recife, Salvador e Rio de Janeiro, trazidos, provavelmente, pelo vapor inglês “Demerara” (BERTOLLI FILHO, 1986, p. 95).

Apesar da ameaça iminente de propagação do surto, as ações profiláticas tendentes à defesa sanitária da capital paulista começaram a ser tomadas tardiamente. De acordo com o novo Código Sanitário aprovado naquele mesmo ano, cabia ao governo estadual a responsabilidade pelos serviços de higiene urbana e ao estabelecimento dos serviços oficiais de socorro durante as crises epidêmicas que porventura atingissem os municípios paulistas (Código Sanitário do Estado de São Paulo, 1918, p. 3). Entretanto, o diretor do Serviço Sanitário do Estado (SSE), o médico Artur Neiva, nada faz até a decretação oficial de estado epidêmico em 15 de outubro, a despeito dos inúmeros alertas e informes a respeito de casos de pessoas gripadas, noticiados pela imprensa da capital e da situação de calamidade no Rio de Janeiro. Em geral, o SSE tentou minimizar o fato, tratando a epidemia gripal como simples caso de “influenza comum”, passando uma visão tranquilizadora e desmistificadora (DEBES, 1994, p. 161). O próprio presidente Altino somente se mobilizou quando o

10 A Missão Médico-Militar a caminho da Europa fez uma escala em Dacar, no então Senegal francês em 15 de setembro de 1918. A tripulação se contaminou com a gripe, ocorrendo várias mortes, o que provocou o retorno da esquadra para o país para proceder à substituição dos enfermos.

mal grassava havia mais de duas semanas na cidade de Santos e se instalava nas cercanias da capital. Optou pelo simples isolamento de navios infestados e constituiu os primeiros hospitais provisórios:

O comandante Nunes – chefe da nossa divisão naval ancorada em Santos –, falando comigo pelo telefone, pediu-me que lhe facultasse [remeter] a guarnição de seus navios ao Hospital de Isolamento, enquanto se fizesse o expurgo dos barcos contaminados de “influenza espanhola”. Acedi prontamente, dando eu, em pessoa, ao Dr. Neiva as instruções nesse sentido. Com este combinei também o fechamento dos Grupos Escolares da Capital, podendo os respectivos edifícios ser convertidos em enfermarias para os indigentes atacados de gripe (AESP, APAA, *Locus*: AP92.01.001, vol.9 [17/10/1918]).

As primeiras medidas tomadas por Neiva no sentido de conter a epidemia foram: o isolamento dos enfermos; a desinfecção de residências onde houvessem ocorrido óbitos de gripados; vigilância epidemiológica permanente e a publicação pela imprensa de conselhos à população (BERTOLLI FILHO, 1986, p. 200). Esses procedimentos, reconhecidos e largamente utilizados pela polícia sanitária paulista, adotava o modelo de intervenção estatal funcionalista europeu de maneira incompleta, como um conjunto de técnicas de controle de epidemias no meio urbano que atingiam a mão de obra imigrante (TELAROLLI JUNIOR, 1996, p. 234-235). Durante os anos 1910, as reformas introduzidas tenderam a reforçar a gerência estadual das práticas sanitárias sob o comando da Diretoria do Serviço Sanitário, chefiada de maneira autoritária e centralizadora pelo doutor Emílio Ribas, entre 1898 e 1917, quando, então, foi substituído por Neiva.¹¹

11 Os médicos Artur Neiva, Belisário Pena e Afrânio Peixoto, pertenciam à corrente nacionalista em voga, a partir de meados da década de 1910, e advogavam a reversão do modelo sanitário que deveria se voltar para o controle das endemias rurais e a saúde do trabalhador do campo (TELAROLLI JUNIOR, 1996, p. 235).

Essas medidas profiláticas iniciais não demonstraram nenhuma eficácia no sentido de conter o avanço da influenza, pois o número de doentes e de óbitos crescia avassaladoramente. Por intermédio do diário de governo de Altino, temos uma pequena amostra da proporção e intensidade alcançadas pela epidemia na capital. Em seus registros, em datas subsequentes, computa um número elevado de gripados: em 21 de outubro, são 918 novos casos; em 22, 1023; em 23 e 24, a escala aumenta assustadoramente para 1500 e 1900. No registro do dia 30, em uma curta frase lacônica, alude pela primeira e única vez à mortalidade na capital: “Os óbitos de hoje, ao que me informa o Washington, atingiram o numero de 112, quando a média diária, normal, é de 22 apenas (...)” (AESP, APAA, *Locus*: AP92.01.001, vol. 9). Apesar das evidências, Neiva continuava impassível, recusando-se a modificar a estratégia, diante da irremediável falência da ação da Diretoria do Serviço Sanitário, demonstrada na dificuldade de se estabelecer uma terapêutica adequada para a influenza em decorrência da própria circunscrição da medicina.¹²

A municipalidade da capital se mostrou, inicialmente, apática à discussão sobre a questão e nem mesmo a Comissão de Higiene e Saúde Pública, composta por Henrique de Sousa Queiroz, Almerindo Meyer Gonçalves e pelo major Antônio Pereira da Fonseca, foi capaz de propor algo de novo. O vereador José Piedade inaugurou tímido debate ao apresentar um projeto de lei autorizando o prefeito a estabelecer postos médicos e hospitais provisórios para tratamento dos gripados na sessão de 19 de outubro:

Seja, Sr. Presidente, pela fácil sugestão, ou seja, pela fácil propagação do micróbio dessa terrível moléstia, o fato é que, de 4 a

12 As ações do Serviço Sanitário paulista pautavam-se em uma interpretação dupla do ciclo das doenças infecciosas: o contágio e a transmissão. A combinação da antiga concepção miasmática com a bacteriológica acabou originando um conjunto heterodoxo de técnicas de intervenção empregadas pelo SSE: ações genéricas de saneamento urbano, melhorias nas habitações, isolamento dos doentes e desinfecções de locais (AESP, APAA, p. 94-95). Ver também: HOCHMAN, G. *A era do saneamento*: as bases da política de Saúde Pública no Brasil, São Paulo, Hucitec/Anpocs, p. 54, 1998.

5 dias a esta parte, a cidade está tomada de verdadeiro pânico diante do noticiário copioso dos jornais e em face da situação angustiosa que se lhe apresenta, ameaçada por essa terrível morbus (ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo, 1918, p. 316-317).

José Piedade reconhecia a gravidade da situação e reclamava medidas específicas para os habitantes dos bairros operários – Brás, Belenzinho, Mooca, Bom Retiro, Ipiranga e Cambucí – em face da miséria e da dificuldade de acesso a medicação preventiva. O projeto foi rapidamente aprovado sem maiores discussões. Uma semana após essa decisão, a Câmara Municipal sancionou por unanimidade a resolução proposta pelo vereador Marrey Jr., autorizando o prefeito a tomar as medidas cabíveis em relação ao socorro público na cidade, completando intenção inicial da edilidade de transferir para o Executivo a responsabilidade de assistência às vítimas da gripe espanhola (Resolução nº 131, de 26 de outubro de 1918, cf. BERTOLLI FILHO, 1986, p. 181). No início de novembro, a maioria dos vereadores batia em retirada da capital alegando casos de gripe na família ou entre empregados de suas fazendas.

Sem o apoio do Legislativo local, Washington encarregou-se de prover as necessidades do município relacionadas à complexa manutenção do abastecimento de gêneros alimentícios, de regularizar o serviço de limpeza e o funcionamento dos cemitérios e sepultamentos durante a fase epidêmica. Tomou ainda o cuidado de relatar minuciosamente essas providências em ofício publicado nos anexos do Relatório de 1918 (Ofício nº 477 [7/12/1918], *in*: Relatório de 1918, 1919, p. 80-97). Esse documento assumiria uma importância ímpar por se tratar, segundo Bertolli Filho, da “única declaração oficial” a informar “sobre os procedimentos tomados pelo poder executivo durante o flagelo sanitário” (1986, p. 182-183). O ofício nº 477 mereceu, inclusive, uma publicação avulsa, reproduzido em relatórios do secretariado paulistano, nos Anais da Câmara Municipal, nos Anais do Senado Estadual e em vários jornais e revistas que circularam no último mês de 1918 (Ofício nº 477, [7/12/1918], *in*: Relatório de 1918, 1919, p. 80-97).

Ventilando uma versão idealizada sobre os acontecimentos e dos serviços municipais adotados no transcorrer da crise sanitária, o texto começava por comparar a epidemia de influenza aos ciclos de pestes que haviam assolado a Europa no período medieval. Quase nada se podia fazer diante de um mal para o qual não havia nenhuma prescrição médica conhecida e cuja virulência atingia a todos de maneira homogênea. Deste modo, conseguia isentar as autoridades envolvidas, repudiando as “injustas” críticas levantadas pela imprensa contra a negligência na tomada das providências emergenciais (Ofício nº 477, [7/12/1918], in: Relatório de 1918, 1919, p. 80-97).

O ofício 477 expõe os entendimentos firmados entre as autoridades acerca dos limites da ação municipal na defesa sanitária da cidade. À prefeitura coube a manutenção dos serviços municipais: comunicação; transporte, luz e força (executados pela *Light and Power Co.*); serviço funerário (Casa Rodovalho); cemitérios municipais; limpeza pública e abastecimento da cidade. As incumbências formais das demais instituições e indivíduos que se envolveram no atendimento à população enferma e carente demoraram a ser formalmente definidas, sendo decididas em reunião, presidida pelo Secretário do Interior, Oscar Rodrigues Alves, no dia 8 de novembro, semana em que a epidemia chegava ao ápice (*O Estado de S. Paulo*, 9/11/1918, p. 3). Coube ao médico Arnaldo Vieira de Carvalho a direção dos serviços clínicos dos hospitais de tratamento dos gripados; à Associação Brasileira de Escoteiros a função de coletar e organizar os dados estatísticos sobre a morbidade e a mortalidade gripal; à Cruz Vermelha Brasileira, os serviços de enfermagem hospitalar e domiciliar; ao médico Vergueiro Steidel, a direção dos postos de socorros; ao arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva, a alimentação prestada aos enfermos e necessitados em geral.

A teimosia de Artur Neiva em não reconhecer a falência das primeiras medidas profiláticas gerais e a dificuldade em explicar a inoperância do Instituto Vacinogênico e do Butantã, descreditou a Diretoria do Serviço Sanitário diante da população. No auge da crise epidêmica, que em 28 de outubro alcançava 30 mil gripados na capital, Neiva finalmente, decidiu solicitar apoio extraoficial (BERTOLLI

FILHO, 1986, p. 207-214). Diversas entidades se uniram ao esforço público de distribuição de recursos pecuniários: as Associações de Igrejas Evangélicas, a Associação Cristã dos Moços, o Grande Oriente Autônomo e a Liga Nacionalista. O jornal *O Estado de S. Paulo*, juntamente com o diário da colônia italiana, *Fanfulla*, abriram a primeira subscrição pública para obtenção de recursos para uma campanha de amparo à população (“Comissão Estado-Fanfulla”), além de outras iniciativas particulares isoladas para montagem de farmácias populares e estabelecimento de enfermarias provisórias.

Por seu turno, Washington Luís manifestou sérias preocupações com a possibilidade da desorganização dos serviços públicos essenciais, por causa da falta de pessoal que caía adoentado (Ofício nº 477, [7/12/1918], in: *Relatório de 1918*, 1919, p. 80-97). Esse parece ter se constituído em um dos principais empecilhos para manutenção adequada do funcionamento da máquina administrativa durante a quadra epidêmica, levando o prefeito a baixar um ato pelo qual dispensava as formalidades e trâmites burocráticos para substituição de funcionários públicos enfermos, evitando a paralisação dos serviços (Ato nº 1.270, de 25/10/1918). Procedeu-se à abertura de uma verba especial de 467 contos de réis, para auxiliar na “defesa municipal da cidade e de seus habitantes”, valor pouco expressivo se comparado aos demais dispêndios orçamentárias de 1918, não alcançando 10% das despesas (*Relatório de 1918*, p. VII-VIII). Essa quantia, evidentemente, restringiu a ação do Executivo municipal justamente quando precisava tomar certas resoluções para óbices mais complexos como o de manter um adequado suprimento de gêneros alimentícios para a população paulistana.

O ofício 477 apresenta os resultados do estudo encomendado aos diretores municipais, Vitor Freire e Arnaldo Cintra, sobre a quantidade de víveres e combustível necessário para o provimento das famílias na cidade de São Paulo, visando o enfrentamento da crise epidêmica. Os cálculos baseavam-se nos estoques das principais casas atacadistas e nas estatísticas da Bolsa de Mercadorias, comprovando a existência de suprimentos para um período mínimo de três meses, em caso de colapso no abastecimento (Ofício nº 477, in: Re-

latório de 1918, p. 83-85). Contudo, a maior dificuldade nesse caso consistia na inexistência de quem vendesse esses víveres, devido à impossibilidade de funcionamento das casas comerciais por estarem seus funcionários e proprietários adoentados.

A falta de atitude de Washington, diante das denúncias de majoração explícita dos preços dos gêneros de primeira necessidade, praticados pelos comerciantes, a exemplo de atitudes anteriores, apoiava-se, mais uma vez, na visão liberal contrária a qualquer tipo de intervenção do poder público no comércio particular, colaborando para piorar as condições de vida da população mais pobre (BERTOLLI FILHO, 1986, p. 184). O prefeito manteve em funcionamento regular apenas o Mercado Central, atendendo a uma restrita parcela dos habitantes, a mais privilegiada, que morava nas proximidades da Baixa de São Bento. Conseguiu, momentaneamente, controlar a subida no preço da carne verde (fresca) efetuada pelos *marchantes* que elevaram de 950 réis para 1\$100 réis o quilo, firmando acordos com a Continental de Osasco e o Frigorífico de Barretos (Ofício nº 477, in: Relatório de 1918, p. 85-86).¹³

A pressão por parte dos moradores das áreas centrais (Consolação e Sé), contra o acúmulo de lixo e de pó nas ruas, associado ao perigo de infecção gripal, obrigou a prefeitura a se empenhar na continuidade e mesmo intensificação dos serviços de limpeza pública. Os gastos com essa verba extraordinária constituíram o terceiro maior dispêndio destinado ao socorro das vítimas, aplicado na aquisição de um automóvel irrigador mais eficiente para substituir o existente, em aumento salarial e na contratação de pessoal (Ofício nº 477, p. 89). Houve uma maior preocupação do poder Executivo municipal no funcionamento, e na expansão dos cemitérios e nos

13 Em meados de outubro, Altino tentou fixar o preço da carne verde, que se elevava para 1\$400 réis, mediante acerto com o presidente Wenceslau Brás, para possível concessão de autonomia à Junta de Alimentação paulistana para estabelecimento de uma tabela a ser mantida por 90 dias. O pedido foi recusado “para não alterar a situação da Capital Federal, onde a carne se vende a 1\$300 por quilo, sem reclamação dos interessados (...)” (AESP, APAA, *Locus*: AP92.01.001, vol.9 [21/10/1918]).

serviços de sepultamento (Relatório de 1918, p. 615-622). Em fins de outubro, os paulistanos foram tomados de uma sensação aflitiva em relação à inviabilidade dos sepultamentos dos mortos pela epidemia e do transporte para os cemitérios. O serviço funerário concedido à firma Rodovalho Junior, Horta & Cia. entrou em colapso em virtude do número de enterros diários ultrapassar o limite da capacidade da empresa (Ofício nº 477, in: Relatório de 1918, p. 90).

A Prefeitura se viu forçada a colaborar com a casa funerária, responsabilizando-se tanto pelo fornecimento de urnas mortuárias quanto pela maior parte do transporte de cadáveres para os cemitérios. Washington Luís encomendou a serrarias e marcenarias a fabricação de caixões, contudo, teve de solicitar o apoio de diversas empresas – Companhia Nacional de Juta, Light & Power Co., E. R. F. Matarazzo, São Paulo Railway, etc. – e instituições públicas para dar conta da enorme demanda, resultando na compra de 5.941 caixões (Ofício nº 477, in: Relatório de 1918, p. 91-92). Nessa ocasião, foi decretado ato que suspendia temporariamente os enterros de luxo, reduzindo os tipos de cerimônias, caixões e transporte de oito para apenas duas opções, sendo rebaixados os preços (para os pobres passava a ser gratuito). Diversos carros e caminhões, cedidos gratuitamente, foram adaptados para o transporte de mortos. O Palace Theatre, amplo edifício localizado no início da Avenida Brigadeiro Luis Antônio, foi alugado pela Prefeitura que o transformou em imenso morgue, objetivando isolar os cadáveres, vítimas de influenza, pois se acreditava que esses poderiam propagar a infecção (BERTOLLI FILHO, 1986, p. 186-188).

O serviço propriamente cemiterial alcançou uma escala assombrosa. O número de enterros alcançou a cifra de 8.040 em 45 dias. Procedeu-se à contratação de trabalhadores para abertura de covas e sepultamentos, porém, nem mesmo a elevação dos salários conseguiu atrair mão-de-obra disposta a enfrentar a perigosa tarefa:

O desgosto de lidar com cadáveres, o medo de contrair a moléstia epidêmica, os ataques desta às pessoas ocupadas nos serviços internos dos cemitérios dificultam tal serviço, pelo que, não obs-

tante a elevação dos salários, não era fácil encontrar pessoal que quisesse de tal mister (Ofício 477 in: Relatório de 1918, p. 95).

Esses problemas foram resolvidos pelo prefeito mediante o deslocamento de funcionários de outras repartições municipais e por meio do empréstimo de centenas de operários de algumas empresas (Sorocabana, Companhia Armour, Cia. City, Light & Power, S. P. Railway, etc.). Washington conseguiu reunir pelo menos 896 trabalhadores, permitindo a abertura de 11.762 covas, a manutenção das necrópoles e a regularidade no transporte de cadáveres, serviço pesadíssimo realizado em condições geralmente insatisfatórias:

Esses homens, juntos aos outros contratados, entraram numerosos para o serviço, mas logo desfalcaram, se reduziram, impressionados pelo trabalho fúnebre e desagradável (...). Por essas razões, e por não estar a grande maioria deles habituada ao lúgubre serviço, o trabalho deles rendia pouco. Além disso, serviço tão eventual não pode nele existir ordem perfeita, (...). Receso de todos estes fatos, ainda mais das grandes chuvas, tão comuns na estação das águas que atravessamos, que poderiam interromper durante dias o serviço a fazer e desmanchar e inutilizar o serviço já feito, a Prefeitura manteve pessoal avultadíssimo nos cemitérios, sem olhar as despesas que ele ocasionava (Ofício 477 in: Relatório de 1918, p. 95).

Ampliou-se a área dos cemitérios do Brás, Araçá e São Miguel, por meio da anexação ou aquisição de terrenos contíguos. Um novo cemitério teve de ser instalado no bairro da Lapa em 1º de novembro. A Diretoria do Serviço Sanitário resolveu proibir as visitas a esses locais, como medida de isolamento. Foram realizadas construções e recuperações de muros e instalada iluminação elétrica nas necrópoles do Araçá, Consolação e Brás, para permitir a execução de trabalhos noturnos.

No dia 11 de novembro a epidemia chegou ao seu ápice, com 1600 casos de gripe. Dessa data em diante, houve uma tendência declinante da média diária até praticamente desaparecer em 19 de

dezembro, quando a cidade foi declarada livre da epidemia. Oficialmente, pelo menos 116.777 paulistanos foram vitimados pela gripe espanhola, cifra que equivalia a 22,32 % dos habitantes da capital, estimados em 523.196 indivíduos. Pelos mesmos registros verificou-se que faleceram em decorrência da moléstia 5.214 paulistanos ou 1% da população, enquanto no Rio de Janeiro foram 12.388 óbitos e em todo o estado de São Paulo, 12.386 (BERTOLLI FILHO, 1986, p. 106-119). A respeito desse contingente, Bertolli Filho comprovou que a taxa de mortalidade foi significativamente maior nas “áreas tradicionalmente insalubres do município, como o Brás, a Mooca e o Belenzinho, distritos que, desde o início da redefinição da ‘Metrópole do Café’, eram encarados como os espaços por excelência pestilentos de São Paulo” (BERTOLLI FILHO, p. 123-124).

Debelada a crise sanitária, sobraram críticas, principalmente ao prefeito, pelo ineficiente desempenho diante dos dois episódios. Suas palavras finais no ofício nº 477 revelam um estado de impotência e de profunda amargura diante do evento: “Eis o que foi feito neste período de seis semanas. Em melhores mãos ainda prontas, mais eficazes, mais inteligentes teriam sido as providências postas em prática. A cidade de São Paulo tem que se contentar com o Prefeito que escolheu” (Ofício nº 477 *in*: Relatório de 1918, p. 97).

Conclusão

A crise epidêmica de 1918 e a greve geral de 1917 evidenciaram graves contradições e as limitações do processo de modernização paulistano. A permanência de um consenso da elite política em torno da manutenção da estrutura político-partidária e a poderosa máquina burocrático-administrativa estatal paulista manteve o sistema oligárquico em funcionamento. O desgaste sofrido por Altino Arantes ao longo de seu governo, devido a uma conjuntura político-econômica desfavorável, acabou sendo compensado ao final, após obter o conagraçamento das lideranças partidárias, lance vital para promover seu sucessor nos Campos Elíseos: o próprio prefeito da capital, Washington Luís.

Fontes

Anais, Relatórios, Mensagens e Outros Documentos Oficiais

ANAIS da Câmara Municipal de São Paulo de 1918. Organizado pelo taquígrafo Manuel Alves de Souza. São Paulo: Typ. Piratininga, 1918.

RELATÓRIO de 1914. Apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. 2v. São Paulo: Casa Vanorden, 1916.

RELATÓRIO de 1916. Apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.

RELATÓRIO DE 1917. Apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.

RELATÓRIO DE 1918. Apresentando à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luis Pereira de Sousa. São Paulo: Casa Vanorden, 1919.

SÃO PAULO, Cidade. Ofício nº 477 do Prefeito Washington Luís Relativamente às Providências Tomadas pela Municipalidade Durante a Epidemia de Gripe. São Paulo: Casa Vanorden, 1918.

SÃO PAULO, Estado. Código Sanitário do Estado de São Paulo. São Paulo: Typ. do Diário Oficial, 1918.

Fontes privadas

Arquivo do Estado de São Paulo (AESP). Arquivo Privado Altino Arantes (APAA)

Locus: AP91.01.001 - Diário escrito por Altino Arantes durante seu período na presidência de São Paulo, relatando todos os seus acontecimentos [período: 1º/5/1916 a 31/10/1917 - 5 volumes - Atuação de Altino Arantes no Governo de São Paulo - fotocópia] - Título original: *Meu diario – Registro intimo de factos e impressões (redigido ao correr da penna, sem preocupação litteraria de qualquer especie, e destinado a meu uso pessoal e exclusivo)*. [s.p.].

Locus: AP92.01.001 - Diário escrito por Altino Arantes durante seu período na presidência de São Paulo, relatando todos os seus acontecimentos [período: 1º/11/1918 a 6/3/1919 - 5 volumes – Atuação de Altino Arantes no Governo de São Paulo – fotocópia] – Título original: *Meu diário – Registro íntimo de factos e impressões (redigido ao correr da penna, sem preocupação litteraria de qualquer especie, e destinado a meu uso pessoal e exclusivo)*. [s.p.].

Referências

BERTOLLI FILHO, C. *Epidemia e sociedade: a gripe espanhola no município de São Paulo*. 1986. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, 1986.

BRUNO, E. S. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Vol. III. Prefácio de Gilberto Freyre. 3ª ed. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Hucitec, 1984.

CAMPOS, C. M. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

CARONE, E. *A República Velha (Instituições e classes sociais)*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1975.

CASALECCHI, J. Ê. *O Partido Republicano Paulista: política e poder (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Tradução de Octávio Mendes Cajado. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1971.

DEBES, C. *Washington Luís: primeira parte: 1869-1924*. São Paulo: IMESP, 1994.

FONCECA, L. *Washington Luís Pereira de Sousa (1897-1920): o administrador, o político, o homem*. São Paulo: Pocaí & Comp., 1920.

Jornal Fanfulla. *Il messaggio del prefetto alla camera municipale contro la carestía della vita*. São Paulo, 17 jul. 1917.

Jornal *O Comércio de São Paulo*. Uma simpática iniciativa. São Paulo, 15 ago. 1914.

_____. A carestia. São Paulo, 6 ago. 1914.

Jornal *O Estado de S. Paulo*. Influenza Hespanhola. São Paulo, 9 nov. 1918.

LEVI, D. *A família Prado*. São Paulo: Cultura 70, 1974.

LOBATO, M. *Mr. Slang e o Brasil e problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1959.

LOPREATO, C. R. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. de (Orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1997.

MATOS, O. N. São Paulo no século XIX. In: AZEVEDO, A. de (Org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 63-5.

MELLO, J. M. C de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MELLO, Z. M. C. de; SAES, F. A. M. Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo. *Estudos Econômicos*, v. 15, n. 2, 1985.

PAULA, E. S. de. A segunda fundação de São Paulo: da pequena cidade à grande metrópole de hoje. *Revista de História (USP)*, n. 17, 1954.

PICCAZIO, C. (Org.). *São Paulo: 110 anos de industrialização (1880-1990)*. São Paulo: Editora Três, 1992.

PINHEIRO, P. S. O proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil republicano. Tomo III, v. 2. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

RIBEIRO, M. A. R. *História sem fim...* Inventário da saúde pública. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SAES, F. A. M. de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira: 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 1968.

TELAROLLI JÚNIOR, R. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

Este livro foi financiado pelo projeto de “Implantação e estruturação do Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado”, do edital CAPES/FAPEG 11/2012, Auxílio n. 1664/2013, com vigência de 22/07/2013 à 21/07/2016.

Os textos conferem com os originais, sob responsabilidade dos(as) autores(as).



ESTA PUBLICAÇÃO FOI ELABORADA PELA EDITORA DA PUC GOIÁS
E IMPRESSA NA DIVISÃO GRÁFICA E EDITORIAL DA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Rua Colônia, Qd. 240-C, Lt. 26 a 29, Chácara C2,
Jardim Novo Mundo. CEP. 74.713-200,
Goiânia, Goiás, Brasil. Secretaria e Fax (62) 3946-1814.
Livraria (62) 3946-1080

